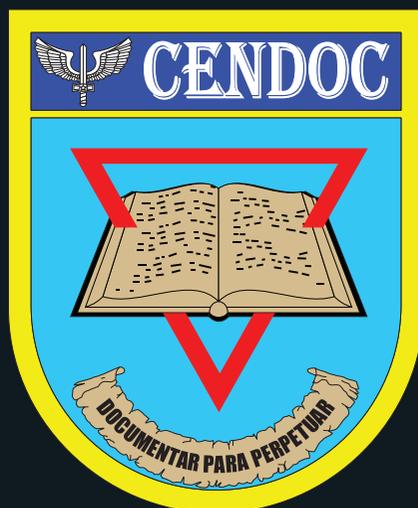




CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA AERONÁUTICA

≡ 50 anos ≡





HERÁLDICA/HERALDRY

Escudo português com o chefe diminuto em blau (azul ultramar), contendo a destra o gládio alado em prata (branco), símbolo do Comando da Aeronáutica e a sinistra a sigla da Organização "CENDOC", também em prata (branco).

Campo em blau (azul cerúleo), onde se visualiza, no coração, um livro aberto em perspectiva, com nuances em bege e sable (preto), representando o Sistema de Documentação e o registro perene dos documentos de valor histórico, probatório e informativo da Aeronáutica. Transpassando o livro, aparece um triângulo equilátero, vazado e contornado em goles (vermelho), simbolizando a Arquivologia, uma das atividades pertencentes ao Sistema de Documentação.

Em contrachefe, figura um pergaminho em bege, com a divisa, em sable (preto), "DOCUMENTAR PARA PERPETUAR", lema da Organização.

Contorna o escudo um filete em jalne (amarelo).



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA AERONÁUTICA

≡ 50 anos ≡



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA AERONÁUTICA – CENDOC

V.1, 2019

DIREÇÃO GERAL:

Ten Brig do Ar Luís Roberto do Carmo Lourenço
Comandante do COMGEP

COORDENAÇÃO:

Ten Cel Int Michael Silva da Cunha
Diretor do CENDOC

ASSESSORIA DE PROJETOS:

Ten Cel R1 Marcus Rosselini Policarpo Silva

ASSESSORIA DE DIFUSÃO CULTURAL:

Ten Cel R1 Sahara Burity Fernandez Cyrino



CORPO EDITORIAL:

Ten Cel R1 Sahara Burity Fernandez Cyrino
Cap R1 Sérgio Luís Tavares
1º Ten QOEA SVI Luciana Maia do Rosário
1º Ten QOCON BIB Thiago Roberto dos Santos Mercedes

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO:

Ingrafoto

REVISÃO E ASSESSORAMENTO TÉCNICO:

Professora Mestre Catarina Labouré Madeira Barreto Ferreira
Cap R1 Sérgio Luís Tavares
2º Sgt SDE Ana Paula Soares de Siqueira

NOSSA CAPA:

Arte - Ten Cel R1 Sahara Burity Fernandez Cyrino
Fotografia - 1º Sgt Johnson Jonas Canindé Macedo de Barros

COLABORADOR:

1º Sgt Alexander Henrique da Silva

TIRAGEM:

500 exemplares - bial

EDITOR/AUTOR CORPORATIVO:

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA AERONÁUTICA - CENDOC

Home Page: www.cendoc.aer.mil.br

Intraer: www.cendoc.intraer

E-mail: cendoc@fab.mil.br

Telefone: (21) 2157-2718.

Endereço: Avenida Marechal Fontenelle, 1000, Campos dos Afonsos,
CEP: 21.741-002, Rio de Janeiro/RJ.



SUMÁRIO

PALAVRAS DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA.....	5
PALAVRAS DO COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL DA AERONÁUTICA.....	7
PALAVRAS DO DIRETOR DO CENDOC.....	8
DIRETORES E CHEFES (GALERIA DE RETRATOS)	10
MENSAGEM DE UM VELHO AMIGO.....	11
ENCONTRO COM ILUSTRE GUARDIÃ DE RARO ACERVO DE SANTOS DUMONT ...	12
DE DIRDOC A CENDOC: A TRAJETÓRIA DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA AERONÁUTICA	17
PRATAS DA CASA	29
CENDOC E DPHDM, JUNTOS NA MISSÃO DE VALORIZAÇÃO, GESTÃO, PRESERVAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DE NOSSAS FORÇAS ARMADAS	29
ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO: GUARDIÃO DO PAIOL DA CULTURA DO EXÉRCITO	34
ARQUIVO NACIONAL: UM POUCO DE HISTÓRIA.....	38
MISSÃO DAS BIBLIOTECAS NACIONAIS	42
O PAPEL DO DOCUMENTO	47
O BRILHO DO CENDOC NA GESTÃO DOCUMENTAL À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	52
BIBLIOTECAS INTEGRADAS DA AERONÁUTICA: ALÇANDO VOO PARA A DISSEMINAÇÃO INFORMACIONAL.....	56
ARQUIVO PERMANENTE DO COMANDO DA AERONÁUTICA	63
O SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS DO COMANDO DA AERONÁUTICA.....	67
PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS	69
A COMISSÃO DE FORMAÇÃO E FORTALECIMENTO DE VALORES E O PROGRAMA PERPETUAR	87
CULTURA E EDUCAÇÃO ALÉM DOS PORTÕES DA GUARDA	80

PALAVRAS DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA

É fraterna minha satisfação em dirigir algumas palavras aos integrantes do efetivo do Centro de Documentação da Aeronáutica - CENDOC, enaltecendo o brilhante e profícuo trabalho evidenciado ao longo de meio século de história.

Desde 20 de maio de 1969, fiel à missão que lhe foi atribuída, esta Organização tem atuado com exímio sucesso e conquistas importantes, enquanto Órgão Central da Gestão Documental do Comando da Aeronáutica.

Nascida no berço da aviação brasileira, atua de forma exemplar na preservação, na memória e na pesquisa do relevante acervo do Comando da Aeronáutica, bem como na produção científica e difusão cultural.

Quando estive à frente do COMGEP, pude acompanhar com orgulho o trabalho abnegado de homens e mulheres que edificam nossa Instituição, sempre atentos aos princípios fundamentais dos grandes Arquivos.

Como Comandante da Aeronáutica, sinto-me honrado em dirigir-me à Organização que traz na letra de sua canção a essência do seu trabalho: implantar uma fonte de riquezas para nosso país, uma vez que sua missão é preservar a memória de uma Instituição que participa ativamente do engrandecimento do Brasil.

Ao parabenizar o CENDOC pelos seus 50 anos, concito seus integrantes a seguirem unidos e firmes em sua missão, pois o genuíno sucesso advém dos esforços de todos, a nossa gente, embasados na integridade, na ética e na disciplina, atributos sabidamente característicos dos componentes desta singular Organização.

Neste ensejo, transmito os meus sinceros cumprimentos a todos os homens e mulheres de azul que, ao longo do tempo, têm ofertado seu abnegado trabalho para a edificação e o fortalecimento da Força Aérea Brasileira.

Brasília, 27 de março de 2019

Tenente-Brigadeiro do Ar ANTONIO CARLOS MORETTI BERMUDEZ
Comandante da Aeronáutica



PALAVRAS DO COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL DA AERONÁUTICA

A comemoração do Jubileu de Ouro do CENDOC nos proporciona inúmeros motivos para celebrarmos.

Nos idos de 1969 foi criada, no âmbito do Ministério da Aeronáutica, a Diretoria de Documentação e Histórico, que, ao longo de seu processo evolutivo como organização, veio a tornar-se o Centro de Documentação da Aeronáutica (CENDOC).

Neste ano de 2019, essa importante Organização Militar do Comando da Aeronáutica celebra seu jubileu de ouro, e não posso me furtar em enaltecer todo o importante trabalho realizado por este Centro e parabenizá-los por mais essa data comemorativa.

O trabalho árduo dos homens e mulheres do efetivo do CENDOC em benefício de uma Gestão Documental moderna, eficiente e ágil, de acordo com as exigências da era digital em que vivemos, nos traz modernidade e eficiência no cumprimento de sua nobre missão de planejar, gerenciar, controlar e executar as atividades relacionadas à documentação no âmbito do Comando da Aeronáutica. São essas atividades desafiadoras que garantem a guarda do acervo de 78 anos de história do Comando da Aeronáutica, e que muito contribuem para o ensino e diversas pesquisas internas e externas.

No espírito de celebração, sinto-me orgulhoso por também fazer parte dessa história e reforço a relevância do trabalho desenvolvido por todos do efetivo do CENDOC, de ontem e de hoje, que labutam com elevado padrão e que construíram esse legado de 50 anos.

Que Deus continue abençoando o trabalho de vocês!
Parabéns, CENDOC!



Ten Brig do Ar LUIS ROBERTO DO CARMO LOURENÇO
Comandante-Geral do Pessoal da Aeronáutica

PALAVRAS DO DIRETOR DO CENDOC

CENDOC, HÁ 50 ANOS PRESERVANDO A HISTÓRIA DA NOSSA FORÇA AÉREA

O aniversário é uma data sempre especial, que nos remete a uma infinidade de sentimentos bons. Neste contexto, por ocasião da comemoração do jubileu de ouro do Centro de Documentação da Aeronáutica, destacamos quatro sentimentos, que ardem em nossos corações: **saudade, alegria, gratidão e sonho.**

Saudade!

Da história de vida e do crescimento do CENDOC.

Criado em 20 de maio de 1969, como Núcleo da Diretoria de Documentação e Histórico da Aeronáutica (DIRDOC), em 12 de maio de 1970, passou a ser denominado Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica. Por fim, com a transferência das atribuições, como as de heráldica, música e histórico do CENDOC para o Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, alcançou a atual denominação em 19 de setembro de 2012.

Tais modificações ocorreram em face da evolução das legislações e da elevação do patamar de importância, atribuídas ao serviço público federal, no que tange à Arquivologia, Biblioteconomia, Correspondência, Imprensa e Publicações.

Com a missão de planejar, gerenciar, controlar e executar as atividades relacionadas à documentação no âmbito do Comando da Aeronáutica, e ainda de ser responsável pela guarda e preservação de todo arquivo permanente do COMAER, o CENDOC tem-se destacado pela competência e responsabilidade com que vem desempenhando as suas atividades. Nesta esteira, cabe fazer menção a todos os homens e mulheres, abnegados, que passaram pelo nosso Centro, servindo e contribuindo para o alcance do atual nível de excelência no trato da documentação da Aeronáutica.



Alegria!

Diante das incontáveis realizações.

Pode-se citar a gerência e desenvolvimento do Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos da Aeronáutica (**SIGADAER**), motivo de orgulho tanto no COMAER, quanto em diversos órgãos do Poder Público, os quais constantemente solicitam informações e orientações para seguirem o nosso modelo de gestão; a criação do Sistema de Legislações do COMAER (**SISLAER**), que, com uma plataforma mais moderna e exígua, permitirá, com maior eficiência e agilidade, a consulta às publicações no âmbito da Aeronáutica; o advento da Rede de Bibliotecas da Aeronáutica (**REDE BIA**), que integrou as diversas bibliotecas da Aeronáutica em um sistema informatizado, permitindo, com maior eficácia, a consulta e o acesso ao acervo de livros existente do COMAER; o assessoramento técnico do processo de reestruturação da FAB, nas áreas de Arquivologia (gestão documental) e de Biblioteconomia, visando a padronizar os procedimentos previstos em suas normas e legislações pertinentes.

Gratidão!

Ao Comando-Geral do Pessoal, pelo apoio irrestrito a todas as ações estratégicas desenvolvidas pelo CENDOC; aos grandes incentivadores e parceiros que apoiaram nosso Centro de forma incondicional, nesses 50 anos de existência, podendo-se destacar: a Diretoria de Administração da Aeronáutica, Diretoria de Administração do Pessoal, Diretoria de Ensino da Aeronáutica, Universidade da Força Aérea e Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica. Ainda, na trilha dos agradecimentos ao apoio recebido, cabe destacar o reconhecimento ao Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, Museu Aeroespacial, Museu de Astronomia e Ciências Afins, Arquivo Nacional (Órgão Central de Gestão Arquivística da União), Museu Nacional de Belas Artes, Biblioteca Nacional, Casa de Rui Barbosa, Universidade Federal Fluminense, Museu da Marinha do Brasil, Arquivo da Marinha do Brasil, Arquivo Histórico do Exército Brasileiro e Jornal Estado de São Paulo, pelas orientações e troca de conhecimentos e experiências. Por fim, ao Autor da Vida, que nos tem dado toda sorte de bênçãos.

Sonhos!

Em uma frase marcante, Franklin Roosevelt afirmou: *“os únicos limites das nossas realizações de amanhã são as nossas dúvidas e hesitações de hoje”*. Sem dúvida e hesitação e sempre motivado para enaltecer e exaltar o ilibado nome de nossa querida Força Aérea, o CENDOC, nos seus cinquenta anos de idade, entende que ainda tem muito a realizar, a fim de se tornar, a cada dia, um referencial de excelência na gestão documental da Administração Pública do Brasil, o que vai ao encontro das aspirações e anseios da Força Aérea Brasileira do Século XXI.

DOCUMENTAR PARA PERPETUAR! PARABÉNS CENDOC!

MICHAEL SILVA DA CUNHA – Cel Int
Diretor do CENDOC

DIRETORES e CHEFES (GALERIA DE RETRATOS)



Maj Brig Ar
EWERTON
FRITSCH
22 Maio 1969
08 Set 1970



Brig Ar DÉLIO
JARDIM DE
MATTOS
08 Set 1970
15 Dez 1971



Brig Ar
JOÃO PAULO
MOREIRA
BURNIER
15 Dez 1971
22 Mar 1972



Maj Brig Ar
PAULO DE
VASCONCELLOS
SOUZA E SILVA
01 Out 1973
02 Abr 1976



Maj Brig Ar
WALTER FELIU
TAVARES
01 Set 1976
13 Abr 1978



Brig Int JORGE
FRANCO
BITTENCOURT
13 Abr 1978
01 Jun 1979



Brig Int JORGE
TUPINACY
CAVALCANTI
01 Jun 1979
20 Maio 1980



Brig Ar EVÔNIO
AROUCA
21 Nov 1980
10 Abr 1981



Cel Av ERIVAN
JOSÉ PIRES
VASCONCELLOS
26 Jan 1983
30 Jan 1986



Cel Int ALOÍSIO
DANTAS DA
SILVA
30 Jan 1986
31 Jan 1989



Cel Int JÚLIO
CÉSAR
COIMBRA DE
OLIVEIRA
31 Jan 1989
04 Jan 1991



Cel Int AMAURY
SILVEIRA FARIA
04 Jan 1991
12 Dez 1991



Cel Int LUIZ
BERNARDINI
24 Jan 1992
13 Jan 1994



Cel Int
RICARDO JOSÉ
CLEMENTE
13 Jan 1994
15 Fev 1996



Cel Int
LEANDRO
PAULO DO
NASCIMENTO
15 Fev 1996
05 Fev 1998



Cel Int
GILBERTO
FERREIRA
FAZENDA
05 Fev 1998
24 Set 1998



Ten Cel Int
WALDYR
RODRIGUES
(Interino)
24 Set 1998
19 Abr 1999



Cel Int ERNANI
EUSTÁQUIO DE
OLIVEIRA
12 Jan 2001
08 Jan 2003



Cel Int
OSWALDO LUIZ
NEPOMUCENO
DE FIGUEIREDO
08 Jan 2003
28 Jan 2005



Cel Int JAILTON
PORTO DE
FARIA
28 Jan 2005
14 Fev 2007



Cel Int DAVID
DE ANDRADE
TEIXEIRA
14 Fev 2007
22 Jan 2009



Cel Int GERSON
CHERUBIM
DOS SANTOS
CASTRO
22 Jan 2009
14 Jan 2011



Cel Int PAULO
MAURICIO
JABORANDY
DE MATTOS
DOURADO
14 Jan 2011
24 Jan 2013



Cel Int MARCUS
CUNHA DA
GAMA
24 Jan 2013
11 Fev 2015



Cel Int CARLOS
ALBERTO LEITE
DA SILVA
11 Fev 2015
05 Fev 2018

MENSAGEM DE UM VELHO AMIGO

Caríssimo CENDOC,

Na manhã ensolarada, do dia 07 de dezembro de 1998, perante a tropa, formada em tua homenagem, no exercício da Chefia, tive o privilégio de dirigir-me a ti, de viva voz, para parabenizar-te pelo vigésimo primeiro aniversário. Atingias, pois, a maioridade. Mister se fazia, então, um retrospecto de tão importante jornada.

Lembrei-me, naquele instante, de que não havia sido uma trajetória tranquila. Muito pelo contrário, um enorme elenco de dificuldades de toda ordem, quer estruturais, quer operacionais e até mesmo indefinição de objetivos constituíram os principais óbices a serem superados. E o foram! Isto, graças, principalmente, ao somatório de esforços de todos quantos, antes de nós, por ti labutaram.

Aquele momento festivo era, na realidade, um “intermezzo” no turbilhão de preocupações que nos afligiam, então. Dentre outros, o desafio da vez era o de concluir a elaboração, captar recursos e iniciar a execução de um projeto ousado de mudança do “Lay out” interno, revisão e reparo da rede elétrica e climatização, visando a proporcionar um melhor conforto ambiental a todo o efetivo, sem perder de vista um acréscimo na produtividade. Os recursos foram conseguidos através da Chefia do Estado Maior da Aeronáutica e a execução se deu durante o ano de 1999.

Cumprir salientar o espírito de corpo e a dedicação de todos, para superar os transtornos causados durante a realização dos serviços. Todas as metas e prazos foram cumpridos. Tua missão não foi prejudicada.

Passados todos esses anos, eis que a mim foi concedida a honra de dirigir-me a ti, desta vez, não através de uma Ordem do Dia, mas por meio de uma publicação comemorativa da tua metade de século vivida.

Tenho por ti inestimável apreço, posto que aí, nesse velho Pavilhão Van Ess, aprendi muitas lições de vida, bem como me despedi do serviço ativo. Ao longo deste tempo, acompanho tua caminhada de sucesso no desenvolvimento e emprego de métodos e tecnologias, no intercâmbio com instituições congêneres e na capacitação do teu pessoal.

Por fim, cabe-me cumprimentar-te e aos teus integrantes, de todos os níveis, por este Jubileu de Ouro, patamar atingido com muita competência, profissionalismo, força de vontade, união e muito amor à Pátria.

Deus te abençoe!

Rio, 20 de fevereiro de 2019

Waldyr Rodrigues

Tenente-Coronel Reformado da Aeronáutica.



ENCONTRO COM ILUSTRE GUARDIÃ DE RARO ACERVO DE SANTOS DUMONT

Vilma Jesus de Oliveira

Tenente-Coronel da Reserva da Aeronáutica. Mestre em Ciências Aeroespaciais pela Universidade da Força Aérea. Arquivista.

“Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós”.

ANTOINE SAINT-EXUPÉRY

Quando se decide ingressar na profissão militar, desde a prestação de concurso oficial, é possível almejar o caminho a trilhar na carreira de formação, do início do exercício efetivo na ativa até o maior posto ou graduação prevista para a especialidade oferecida e/ou escolhida, podendo-se vislumbrar, ainda, o tempo futuro, apesar de distante, o alcance da reserva, a conquista da aposentadoria militar.

Entretanto, ao percorrer esse caminho, muitos fatos e situações acontecem e, por vezes, alguns deles marcam as nossas vidas de maneira significativa e positiva, tanto pessoalmente quanto profissionalmente, inclusive como cidadãos brasileiros. No meu caso, aconteceu em 2003, quando, ao atuar como Capitão Arquivista do então Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica (CENDOC), atual Centro de Documentação da Aeronáutica, localizado no lendário Campo dos Afonsos – Rio de Janeiro/RJ, quando tive a grata satisfação de conhecer a Senhora Sophia Helena Dodsworth Wanderley, nascida em 14 de maio de 1913 e sobrinha-neta de Alberto Santos Dumont, o Pai da Aviação e Patrono da Aeronáutica Brasileira.

O contato inicial ocorreu quando uma ilustre guardiã de raro acervo de Santos Dumont manifestou-se desejosa de doar um acervo inédito do Pai da Aviação, datado do período de 1899 a 1903, zelosamente sob a guarda da família, por vários anos. De pronto, essa manifestação existiu por motivo de mudança da família para um imóvel menor, sem desconsiderar, sobretudo, a salvaguarda do valioso conjunto documental. Nessa intenção, os herdeiros buscaram contatos com instituições a fim de viabilizarem a pretendida doação. Assim sendo, a partir de contatos com o Arquivo Nacional, houve o direcionamento para a Aeronáutica, mais especificamente para o CENDOC.

A guardiã e responsável pelo mencionado acervo era a própria Senhora Sophia Helena, viúva do Tenente-Brigadeiro do Ar Nelson Freire Lavenère-Wanderley, Patrono do Correio Aéreo Nacional (CAN) e ex-Ministro da Aeronáutica, falecido em 30 de agosto de 1985.

O CENDOC, por meio de seu chefe, Coronel Intendente Oswaldo Luiz Nepomuceno de Figueiredo,

manteve os primeiros contatos com a Senhora Sophia Helena, que transmitiu os conhecimentos acerca do acervo sob sua guarda e de sua pretensão. Contudo, nesse diálogo, estabeleceu algumas exigências para a doação, visto que desejava do órgão receptor do acervo os devidos cuidados com os tratamentos técnicos necessários, tais como: digitalização, preservação adequada e divulgação ampla, proporcionando-se assim o acesso de alunos de diferentes escolas e do público em geral.

As interlocuções com o CENDOC evoluíram positivamente de modo que foram agendadas visitas à residência da Senhora Sophia Helena, em bairro da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, para conhecimento do raro acervo sob a posse dos herdeiros e tratativas de demais assuntos pertinentes aos trâmites da pretensa doação. Durante esse tempo, ela sempre se fazia acompanhar do Senhor Alberto Dodsworth Wanderley, seu filho e sobrinho-bisneto de Santos Dumont. Dessas visitas, além do chefe do Centro de Documentação, participavam também especialistas das áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, História e Museologia. Entre esses participantes, estava eu lá presente.

O fato de saber que estaria pessoalmente com os descendentes de Santos Dumont, bem como no local onde a documentação rara estava armazenada, causou-me grande impacto, ao rememorar a nossa história e meus tempos de estudante ante a realidade de estar com uma pessoa diretamente ligada ao Pai da Aviação e a um dos patronos da nossa Força Aérea Brasileira. Sem contar o comovente fato de, como profissional de arquivo, ter acesso àquele raro e histórico acervo. Assim sendo, questionava-me sobre quais seriam os documentos, qual o seu volume, como estavam armazenados ou organizados, que informações aqueles documentos continham, como se apresentava o seu estado de conservação. Enfim, tudo eram conjunturas, somente *in loco* poderiam ser obtidas as constatações.

No dia da visita, a Senhora Sophia Helena, acompanhada do Senhor Alberto Dodsworth, recebeu-nos de uma forma receptiva e muito agradável, com seu sorriso tranquilo e olhos azuis brilhantes. A ampla e harmoniosa sala de visitas da casa tornou-se um local acolhedor pela sua ilustre presença. No decorrer da visita, brindou-nos com a história do acervo, por meio

da qual soubemos conter uma forte relação com o saudoso Tenente-Brigadeiro do Ar Lavenère-Wanderley.

Com vivacidade e ares de nostalgia, aquela Senhora relatou-nos, orgulhosamente, que o conjunto de documentos fora enviado por Santos Dumont, da França para a sua casa no Brasil, mais precisamente em Petrópolis/RJ, armazenado em um baú de vime. Posteriormente, por segurança foi encaminhado à casa dos familiares no Rio de Janeiro, onde foi guardado no porão da residência. Passados longos anos, o seu esposo localizou no porão o baú de vime que continha o acervo. Ao observar do que tratava o conteúdo e da sua importância, o Tenente-Brigadeiro do Ar Lavenère-Wanderley, que, além de militar da Aeronáutica, detinha formação em História, logo empreendeu cuidados pertinentes com o fim de preservar o raro e precioso acervo. Nos anos de 1969 a 1972, ele, então, reuniu a maior parte dos documentos – recortes de jornais – em cinco volumes encadernados, tratando, também, dos demais documentos, como fotografias e correspondências pessoais que, de certa forma, apresentavam boas condições de conservação.

O rico material que apontava mais evidências da vida pessoal e da obra de Santos Dumont causou-me muita emoção por termos sido os primeiros militares a terem acesso a ele, como também por podermos desfrutar da história diretamente narrada por quem a vivenciou em todo aquele tempo. A Senhora Sophia Helena contava-nos com vivacidade e orgulho, levando-nos ao deleite daquele contexto real e histórico vivido por ela e por seus ascendentes. De minha parte, fiquei triplamente gratificada: primeiramente em poder estar pessoalmente com a sobrinha-neta de Santos Dumont em sua residência; em seguida, por saber que aqueles documentos foram salvos de perda total, graças ao apreço, dedicação, conhecimento do valor histórico e capacidade de organização do Tenente-Brigadeiro do Ar Lavenère-Wanderley; e, por último, por ver e poder tocar nos documentos de tão precioso acervo. Lembro-me, no entanto, de que a célebre guardiã do acervo dizia em tom firme que aqueles documentos somente sairiam de sua residência se fossem acompanhados por ela ou por seu filho Sr. Alberto Dodsworth, enfatizando também como condição a sua digitalização e divulgação.

Na medida em que foram sendo ajustados os acordos com a sobrinha-neta e seus filhos herdeiros com

vistas à doação do acervo de Santos Dumont, o CENDOC manteve o tratamento técnico-arquivístico desse material, com trabalhos iniciais de conservação, seguidos, posteriormente, dos demais procedimentos técnicos de diagnóstico, descrição, microfilmagem e digitalização, a fim de tornar-se possível a preservação e o acesso às informações. Cabe aqui ressaltar que a Senhora Sophia Helena, juntamente com o Senhor Alberto Dodsworth – um filho sempre atencioso com sua mãe, bastante gentil e educado com todos – fazia questão de estar presente e acompanhar as atividades que envolviam o projeto de preservação do acervo pessoal de Alberto Santos Dumont desenvolvido pelo CENDOC, com o fito de perpetuação da memória do Pai da Aviação, em conjunto com órgãos conveniados ou parceiros.

Em detrimento dessas operacionalizações técnicas empreendidas pelo CENDOC, na data de 16 de agosto de 2003, a Senhora Sophia Helena assinou o Termo de Compromisso de Doação do acervo ao CENDOC. Oportunamente, em maio de 2004, com vistas ao diagnóstico técnico, tratamento de conservação, microfilmagem e digitalização do acervo, a Chefia dessa Organização Militar firmou um Acordo de Cooperação Técnica com o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)/RJ, dando possibilidades de se alcançar a capacitação técnica necessária para realizar as atividades requeridas pelo Projeto Acervo de Santos Dumont.

Infelizmente, aos 91 anos de idade, em 16 de outubro de 2004, a Senhora Sophia Helena partiu para a pátria celestial. Apesar do pouco tempo de convivência no período em que se desenvolviam os processos para a doação, ela muito me encantou e a todos aqueles que tiveram a oportunidade de compartilhar de sua companhia, por sua firmeza, postura, elegância, simplicidade e por tratar-se de pessoa humilde e simpática. Em decorrência desse desfecho, seu filho, o Senhor Alberto Dodsworth, passou a ser o representante da família no trato dos assuntos pertinentes ao Termo de Doação.

Assim sendo, o CENDOC, juntamente com os herdeiros da família de Santos Dumont, deu prosseguimento aos trâmites necessários para efetivar a pertinente doação. Após o CENDOC atender aos aspectos e requisitos iniciais visando à preservação, guarda e divulgação, pleiteados em vida pela Senhora Sophia Helena, e haver tomado, também, as providências previstas e medidas necessárias em sua competência

e em âmbito superior, finalmente, em 26 de janeiro de 2005, os sete herdeiros, diretamente representantes dela, assinaram o Termo de Doação. Com esse procedimento efetivado, cumpriram-se assim o desejo da célebre guardiã e a aspiração do CENDOC para salvar e guardar importante conjunto documental e histórico do grande inventor brasileiro.

Com o desenvolvimento dos trabalhos, inclusive em parceria com outras Organizações Militares, instituições públicas e privadas, a fim de que um dos desejos – a divulgação – manifestados nas primeiras visitas com a Senhora Sophia Helena fosse cumprido, o CENDOC lançou, em janeiro de 2005, em rede interna da Aeronáutica (INTRAER), localizada na Universidade da Força Aérea (UNIFA), exposição virtual denominada “Acervo de Santos Dumont” com imagens de documentos correspondentes ao 1º volume dos encadernados do significativo acervo.

Em seguida, em 18 de abril de 2005, em parceria com o Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER), o CENDOC realizou, nas dependências desse Instituto, onde aconteceu a primeira exposição física com a mostra intitulada “Santos Dumont: recortes históricos”, bem como a inauguração da Exposição Virtual “Acervo Santos Dumont” na internet, uma cerimônia de agradecimento pela doação do mencionado acervo. Para isso, contou com o apoio e o assessoramento do órgão central de divulgação, o Centro de Comunicação Social da Aeronáutica (CECOMSAER). Na abertura dessa cerimônia, realizou-se uma inesquecível homenagem póstuma à Senhora Sophia Helena, em presença de seus filhos herdeiros, também homenageados. Ambas as exposições tornaram-se possíveis à visitação graças à dedicação dos especialistas do CENDOC que, com a colaboração do INCAER e do MAST, confeccionaram o projeto e realizaram-nas com base nos recortes de jornais, em fotografias e em outros documentos do acervo referente a Santos Dumont, doados com o objetivo de disseminar-se e manter-se viva a memória do Pai da Aviação.

Com seu nobre gesto de doação, a saudosa Senhora Sophia Helena e seus representantes herdeiros primaram por assegurar a salvaguarda do acervo de Santos Dumont e proporcionar a sua divulgação em nível nacional e internacional. Graças, então, ao nobre gesto em 2005, neste ano de 2019, faz 14 anos em que se deram as primeiras divulgações do valoroso acervo pessoal do gênio da



Senhora Sophia Helena Dodsworth Wanderley e esposo, Tenente-Brigadeiro do Ar Nelson Freire Lavenère-Wanderley – 1976



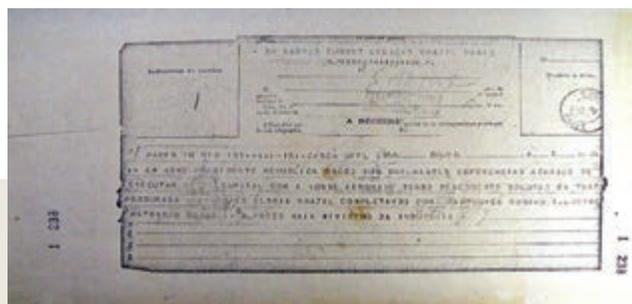
Senhora Sophia Helena Dodsworth Wanderley, Coronel Intendente Nepomuceno e Senhor Alberto Dodsworth

Aviação Mundial, com a Mostra “Santos Dumont: recortes históricos” e com a Exposição Virtual. Primeiras divulgações de um acervo em que, já no posto de Major, compus, prazerosamente, a comissão organizadora constituída por oficiais, graduados e funcionários civis do INCAER, CENDOC, SEGECAE (Serviço Geral de Correspondência e Arquivo da Aeronáutica) e do MAST.

Por haver recebido esse inédito e importante patrimônio, atendidos os anseios dos doadores, o CENDOC sente-se honrado. Nesse sentido, até os dias atuais, a OM mantém a veiculação de exposições com base em temáticas que possibilitam o rico acervo de Santos Dumont, tornando possível o acesso de estudantes de escolas de ensino fundamental e médio, universitários, escritores, jornalistas, pesquisadores, além do público das Forças Armadas, e conferindo muitos frutos. Com isso, na condição de donatário, tem possibilitado, por meio da divulgação, que o conhecimento da vida, memória, história e as invenções do Pai da Aviação continuem a ser perpetuadas pela Força Aérea Brasileira, pelo Brasil e pelo mundo.

De certo, ainda hoje, o registro daquele inesquecível encontro perdura na minha memória e no coração. Nesta oportunidade da celebração do Jubileu de Ouro do CENDOC (1969-2019), Organização Militar onde trilhei toda a minha carreira, com grande alegria, recordo o nosso encontro com a Senhora Sophia Helena Dodsworth Wanderley – um dos marcos na minha vida e carreira na Aeronáutica no tempo em que, com orgulho e gratidão, servi na Força Aérea Brasileira.

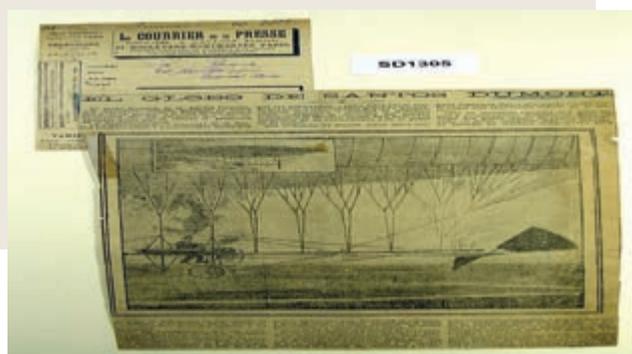
O acesso digital a todo o acervo doado de Santos Dumont é possível pelo *site* do CENDOC (<http://www2.fab.mil.br/cendoc>), no menu *Acervo*, ou ainda por meio da Base de Consulta aos Acervos Permanentes (http://www.cendoc.acervo.fab.mil.br/mostra_pesq.php).



Mostra "Santos Dumont: recortes históricos" realizada no INCAER, em 2004



Imagens de alguns documentos do acervo doado de Santos Dumont





DE DIRDOC A CENDOC: A TRAJETÓRIA DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA AERONÁUTICA*

Maria Luiza Cardoso

Tenente-Coronel da Reserva da Aeronáutica e Mestre em Educação pela UERJ,
Doutora e Pós-Doutora em Educação pela USP. Professora Militar
aposentada pela Universidade da Força Aérea (UNIFA)
E-mail: marialuizacardoso@terra.com.br.

*Parte do texto apresentado no XXVII Simpósio Nacional de História. Tema: Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis, SC: 27 a 31 de julho de 2015.

No Comando da Aeronáutica, a Organização Militar que se dedica à normatização e ao controle das atividades relacionadas à arquivologia, à biblioteconomia, à imprensa (principalmente, à edição e divulgação do Boletim do Comando) e à correspondência oficial, é o Centro de Documentação da Aeronáutica (CENDOC). Também, faz parte da sua missão guardar a documentação permanente de “valor histórico, probatório e informativo” dessa Força Armada, como pude comprovar trabalhando nesse Centro, nos primeiros quatro meses do ano de 2015.

Todavia o CENDOC teve uma missão muito mais abrangente: resguardar a memória da Força Aérea nos campos da museologia, da biblioteconomia, da arquivologia e da história, além de cuidar da normatização, do controle e da divulgação de documentos administrativos e da correspondência oficial.

Este trabalho de pesquisa surgiu em função do que observei, quando fui convidada pelo então Chefe, Coronel-Intendente Carlos Alberto Leite da Silva, a montar a Seção de Acesso e Divulgação da Documentação, que o Centro nunca teve, de acordo com os registros consultados¹. Seu objetivo foi analisar as atribuições que o CENDOC foi adquirindo ao longo do tempo, desde a sua origem.

Quanto às fontes, a investigação se baseou no Livro Histórico da Instituição e nos Regulamentos e Regimentos Internos que regulamentaram as atividades do Centro e da Organização Militar que o antecedeu. O CENDOC foi criado no dia 07 de dezembro de 1977², a partir da instituição que o precedeu, a Diretoria de Documentação e Histórico (DIRDOC).

Três anos após a Revolução de 1964, o então Ministério da Aeronáutica estabeleceu a sua estrutura básica (Decreto nº 60.521, de 31/03/1967), a fim de adequar-se ao Decreto-Lei nº 200, de 25/02/1967, que reorganizou a administração federal e estabeleceu diretrizes para uma Reforma Administrativa. No Decreto de março, constava uma Diretoria de Acervo Histórico, subordinada ao Comando Geral do Pessoal (COMGEP).

Todavia, em 02/05/1969, no Decreto nº 64.451, que aprovava o Regulamento desse Grande Comando, a Diretoria de Acervo Histórico surgiu

com a denominação de Diretoria de Documentação e Histórico (DIRDOC). De acordo com o Livro Histórico, essa Diretoria era a “Organização do Ministério da Aeronáutica que tem [tinha] por finalidade o trato dos assuntos relativos às atividades de expediente, de arquivologia, de bibliologia³, de histórico, de museologia e de cerimonial.” (LIVRO HISTÓRICO, p. 2). Igualmente, cabiam à DIRDOC as atividades relacionadas à imprensa e às publicações, “incumbendo-lhe também identificar e solucionar os problemas que eventualmente emperrem a burocracia, [...]” (LIVRO HISTÓRICO, p. 2).

Segundo a conferência proferida pelo Ministro da Aeronáutica, Marechal do Ar Márcio de Souza e Mello, na Escola de Guerra Naval (EGN), no dia 23/09/1971,

[...] foram cometidos à Diretoria de Documentação e Histórico, entre outros, os trabalhos e as responsabilidades de pesquisar os fatos, consolidar notícias, concatenar dados e reunir documentação e materiais esparsos relacionados com a vida pretérita da corporação e de quantos a ela se ligam, direta ou indiretamente.

Essa atribuição destina-se a cultivar as tradições aviatórias, tendo em mente que a história de uma corporação, como a de um povo, escrita para si mesmo, tem que registrar as narrativas do acontecido, enriquecidas com a transmissão dos valores espirituais carregadas de geração em geração.

[...]

A manutenção das tradições [...] por todos os motivos de alta conta, conduziram-nos a concluir que, [...] deixava a cada órgão guardá-las de per si, era preciso e chegara o momento de encarregar uma Diretoria de centralizar os dados esparsos e incorporá-los numa contextura maior, de toda a corporação, reunindo os subsídios, criando os cerimoniais, coordenando as manifestações, fortalecendo-as, exaltando, em suma, a herança honrosa do nosso pioneirismo na mais complexa e arrojada conquista do gênio humano da mesma forma que a nossa predestinação de triunfar no ar. (LIVRO, p. 2-4).

Pela Portaria nº 38/GM7, de 20/05/1969, foi criado o Núcleo da Diretoria de Documentação e Histórico,

1. Até então, os poucos pesquisadores que frequentaram o CENDOC foram recebidos nas salas onde trabalhavam os militares e civis do Centro.

2. Decreto nº 80.965, de 7 de dezembro de 1977.

3. A bibliologia é a ciência do livro. “Se o livro fosse um ser humano, a Bibliologia seria a ciência do corpo, expressa nos suportes e nas composições de imagem e texto utilizados para o registro da informação.” (PINHEIRO, 2002, apud RODRIGUES; CALHEIROS; COSTA, 2003, p. 3-4).

que passou a ficar subordinado, como já referido, ao COMGEP. Esse Núcleo teve dois Chefes: o Major-Brigadeiro Engenheiro Ewerton Fritsch (maio 69) e o Brigadeiro do Ar Délio Jardim de Mattos (set. 1970).

Em 12/11/1970 (Decreto nº 67.555), a Diretoria foi finalmente ativada e aprovado o seu Regulamento. Seu primeiro Diretor (Interino) foi o Brigadeiro do Ar João Paulo Moreira Burnier. Infelizmente, quase dois anos depois, ainda na gestão desse primeiro Diretor Interino, a DIRDOC foi temporariamente desativada (Portaria nº 028/GM3, de 20/03/1972, e Decreto nº 72.553, de 31/07/1973). As causas dessa tragédia foram mencionadas na Ordem do Dia, que será citada mais adiante. Entretanto a principal, certamente, foi a falta de pessoal qualificado para trabalhar na nova Organização Militar. Cabe ressaltar que o Decreto de julho de 1973, também criou o Núcleo do Museu Aeroespacial, da mesma forma, subordinado ao COMGEP.

Em 17/08/1973 (Decreto nº 72.636), a DIRDOC foi, enfim, reativada e o Núcleo do Museu Aeroespacial passou a subordinar-se a essa Diretoria. Seu primeiro Diretor foi o Major-Brigadeiro do Ar Paulo de Vasconcellos Sousa e Silva, nomeado no dia 04/09/1973, que proferiu as seguintes palavras, em 01/10/1973, na sua Ordem do Dia:

Assumi, nesta data, o cargo de Diretor de Documentação e Histórico, [...].

Seria temerário antecipar planos, [...], vez que a DIRDOC esteve desativada durante mais de ano e meio, circunstância de que decorreram naturais dificuldades relativas à formação das equipes, ao preparo das instalações e ao levantamento das atividades levadas a efeito tanto durante o funcionamento da Diretoria, como durante o período em que esteve desativada, fase em que os seus encargos foram transferidos para outros órgãos do COMGEP. Além disso, há que considerar que a DIRDOC é Órgão Central dos sistemas das atividades que lhe são peculiares – aspecto esse que impõe cautela e prudência, para que as normas, princípios, critérios e programas, atinjam, efetivamente, os objetivos colimados que visam assegurar aos órgãos integrantes do sistema a orientação normativa, a supervisão técnica e a fiscalização específica imprescindíveis ao eficiente funcionamento das Organizações.

[...] ao mesmo tempo em que lhe cabe zelar pela tradição, aprimorando o cerimonial e cuidando da

preservação das coisas, fatos e lembranças pretéritas, que serão legadas às gerações futuras – compete-lhe, também, dinamizar o funcionamento da máquina administrativa, assegurando ritmo harmonicamente acelerado ao tráfego dos expedientes que são o próprio sangue que alimenta os órgãos formadores da vasta estrutura da Aeronáutica [...].

E porque não perco de vista a grandeza da missão [...], tenho a clara consciência da urgência requerida para a implantação das medidas que possibilitem o funcionamento da DIRDOC [...], a despeito da precariedade da situação, [...]. (LIVRO, p. 6-7).

A julgar pelo discurso do seu primeiro Diretor, parecia que se havia encontrado “o homem certo para ocupar o lugar certo”, uma vez que demonstrava estar preparado para desempenhar as funções requeridas para o cargo.

O primeiro Diretor do Núcleo do Museu Aeroespacial foi o Major Especialista em Aviões R/R João Maria Monteiro, empossado no dia 01/10/1973, data em que o Diretor da DIRDOC proferiu a sua Ordem do Dia. Somente em 18/10/1976, o Museu seria inaugurado.

A posse do Major-Brigadeiro Sousa e Silva ocorreu no Gabinete do Comandante Geral do Pessoal. Isso porque entre a reativação da Diretoria e a conclusão das obras no prédio que iria ocupar⁴ – o Pavilhão Van Ness, no Campo dos Afonsos – a DIRDOC funcionou em vários locais, principalmente no edifício do então Ministério da Aeronáutica, localizado na Avenida Churchill, no Centro do Rio.

Quanto ao Museu Aeroespacial, este ficou situado também no Campo dos Afonsos, no prédio nº 25, que alojava a antiga Divisão de Instrução de Voo (DIV), no tempo em que a Academia da Força Aérea (AFA) ocupava o local, e nos 05 hangares que lhe eram adjacentes.

Nessa época, a DIRDOC possuía a seguinte estrutura:

- 1 – Diretor;
- 2 – Subdiretoria de Documentação;
- 3 – Subdiretoria de Histórico e Cerimonial; e
- 4 – Gabinete.

(BRASIL, 1970, p. 3527).

4. Dia 05/07/1974.

À Subdiretoria de Documentação cabia o estudo, o planejamento, a coordenação, o controle e a normatização das atividades de expediente e de bibliologia no âmbito do Ministério. Ela era o Órgão Central do Sistema de Documentação da Aeronáutica e constituía os seguintes setores: Divisão de Expediente; Divisão de Biblioteconomia; Divisão de Publicações; e Imprensa da Aeronáutica.

A Divisão de Expediente tinha como atribuições “o estudo referente à forma, elaboração, tramitação e controle da correspondência oficial do Ministério da Aeronáutica.” (BRASIL, 1970, p. 3529); a Divisão de Biblioteconomia tinha por finalidade “o trato dos assuntos relativos às bibliotecas, no âmbito do Ministério [...]” (BRASIL, 1970, p. 3529). Inclusive, estava prevista a criação da Biblioteca Central da Aeronáutica, que estaria vinculada a essa Divisão; quanto à Divisão de Publicações, esta tinha como atribuição o estudo das normas para as atividades de publicações e traduções, na esfera do Ministério da Aeronáutica; e a Imprensa da Aeronáutica tinha por finalidade a publicação da documentação necessária ao Ministério.

À Subdiretoria de Histórico e Cerimonial cabia o estudo, o planejamento, a coordenação, o controle e o desenvolvimento de normas para as “atividades de histórico, arquivologia, museologia e cerimonial [...]” (BRASIL, 1970, p. 3529-3530). Essa Subdiretoria era constituída dos seguintes setores: Divisão de Histórico; Divisão de Cerimonial; Arquivo da Aeronáutica; e Museu Aeroespacial. Vale notar que a arquivologia não estava ligada à área dos documentos administrativos, e sim à área dos históricos.

Eram atribuições da Divisão de Histórico: “pesquisar e registrar metodicamente a História da Aeronáutica Brasileira.” (BRASIL, 1970, p. 3530); à Divisão de Cerimonial cabia propor os procedimentos individuais e coletivos (normas de etiqueta militar) a serem adotados nas cerimônias, no âmbito da Aeronáutica; o Arquivo da Aeronáutica tinha como finalidade “prestar informações sobre (sic) os fatos e ocorrências passadas na vida administrativa das organizações do Ministério da Aeronáutica e de seu pessoal, obtidas de documentação judiciosa e devidamente preservada.” (BRASIL, 1970, p. 3530). Como podemos verificar, havia a preocupação com a preservação da memória de todas as Organizações Militares.

Com relação ao Museu Aeroespacial, este foi criado com a finalidade de “preservar o passado histórico da Aeronáutica Brasileira, através da exposição do seu acervo histórico.” (BRASIL, 1973, p. 1489). Observem que o seu objetivo era a preservação do passado aeronáutico, e não do Ministério da Aeronáutica.

No ano de 1974, o Serviço Geral de Expediente e Arquivo da Aeronáutica (SGEAAER) passou a ficar subordinado, também, à DIRDOC (Portaria nº 80/GM3, de 26 de setembro).

Após ciência da não inclusão de seu nome na Lista de Escolha organizada para as promoções ao posto de Tenente-Brigadeiro (apesar de ser o Major-Brigadeiro mais antigo da Aeronáutica, na época), sem justo motivo, o Major-Brigadeiro do Ar Sousa e Silva, Diretor da DIRDOC, passou, a pedido, para a Reserva Remunerada, em 02 de abril de 1976.

O Subdiretor de Documentação, Coronel-Aviador Armando Sequeira Ferreira, que estava ocupando este cargo interinamente, uma vez que se destinava a Brigadeiro, teve que assumir a Direção da DIRDOC, até que fosse nomeado novo Diretor. Isso aconteceu no dia 05 de agosto de 1976, quando o Major-Brigadeiro do Ar Walter Feliu Tavares assumiu essa função. Também, sob a responsabilidade desse Oficial-General, ficou o Comando de toda a Guarnição de Aeronáutica do Campo dos Afonsos.

Pouco mais de um ano após a posse do novo Diretor, a DIRDOC foi extinta e, em seu lugar, foi criado o Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica (CENDOC) (Decreto nº 80.965, de 07/12/1977), cujo Diretor seria um Brigadeiro, da Ativa, posto inferior ao de Major-Brigadeiro.

Quando da transmissão do cargo de Diretor (13/04/1978), o Major-Brigadeiro Walter Feliu Tavares citou as atividades que foram realizadas sob o seu comando, na sua Ordem do Dia:

[...]

5) A consolidação do Sistema de Documentação com o desencadeamento de diversas ações administrativas sobre as Organizações Militares do Ministério da Aeronáutica, visando obter o conhecimento e aplicação devida das Normas do Sistema de Documentação [...]: NSMA 5-1 (Confecção e Controle de Publicações) e NSMA 5-2 (Numeração de Publicações).

6) A renovação e atualização, com assinatura de um contrato, entre a Diretoria de Documentação e

Histórico (DIRDOC) e o Serviço de Correspondência Agrupada (SERCA) da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT), visando uma utilização coordenada através de malas-postais, de Correspondência Oficial de todas as Organizações Militares do Ministério da Aeronáutica, com supervisão direta do Serviço Geral de Expediente e Arquivo, órgão executivo, diretamente subordinado à DIRDOC.

7) A introdução de novos equipamentos [...] no Serviço Geral de Expediente e Arquivo [...] no velho edifício do antigo Ministério da Aeronáutica, no Rio de Janeiro, onde ocupa um andar e um subsolo.

8) A pesquisa histórica desenvolvida, no sentido de se efetivar um exemplar protótipo, pioneiro, referente a um “Resumo Histórico da Evolução Operativa e Tecnológica da Aviação Brasileira no Ministério da Aeronáutica, desde a sua criação, em 20 de janeiro de 1941, até a inauguração do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, no Galeão, dia 20 de janeiro de 1977”, subdividido em 5 períodos, constituídos por inúmeros acontecimentos marcantes e fotografias selecionadas, alusivas. Esse Resumo Histórico foi concluído em maio de 1977, e apresentado pessoalmente ao Exmo. Sr. Ministro da Aeronáutica, obtendo aprovação do mesmo e a determinação de sua continuidade através da implantação do 6º período, que já está em plena sequência de lançamentos, de eventos históricos, gravuras e fotos selecionadas.

9) Os trabalhos visando dotar o Ministério da Aeronáutica de uma IMA⁵ pertinente à observância da HERÁLDICA em todas as propostas de Estandartes, Brasões e Emblemas, para todas as Organizações Militares do Ministério da Aeronáutica; encargo [...] que nos foi [...] delegado pelo Estado-Maior da Aeronáutica, sendo coroado de pleno êxito, com a aprovação ministerial da IMA 900-2, sobre o uso da Heráldica em nosso Ministério.

10) (a) Estudos apresentados ao Comando Geral do Pessoal preconizando a ativação de uma Subchefia de Informática no Estado-Maior da Aeronáutica, em Brasília, a fim de dinamizar os Sistemas de Estatística e Processamento de Dados, em nosso Ministério.

(b) Exposição de Motivos, apresentada ao Comando Geral do Pessoal preconizando a necessidade da ativação, em futuro próximo, de um Arquivo Geral para o Ministério da Aeronáutica, em Brasília, e de uma Imprensa Militar de Aeronáutica, para atendimento imediato a todas as Organizações Militares existentes em Brasília, com vistas a próxima ativação do Centro de Documentação e Histórico, [...].

5. Instrução do Ministério da Aeronáutica (IMA).

11) A ordenação paciente e meticulosa de um Cadastramento-Histórico, para todas as Organizações Militares do Ministério, através da criação de uma Ficha-Histórica para Cadastro-Histórico de Unidades e Sub-Unitades de nosso Ministério, com 14 itens, já com levantamento efetivado de mais de 60% das Organizações existentes, mediante aprovação do Grande Comando do COMGEP e seu encorajador estímulo.

12) O Decreto nº 80.965, de 07 de dezembro de 1977 extingue a Diretoria de Documentação e Histórico e cria o Centro de Documentação e Histórico, com as mesmas atribuições da DIRDOC e encargos específicos. O Regulamento para esse futuro CENDOC e sua respectiva TOL⁶ – Proposta, foram objeto de cuidadosa avaliação por esta DIRDOC e regular encaminhamento ao ESCALÃO-SUPERIOR, [...].” (LIVRO, p. 45-47).

Conforme o discurso anteriormente citado, podemos observar a necessidade ou a vontade que se sentia de implantar em Brasília: 1) um Arquivo Geral que desse conta da documentação de todo o Ministério (provavelmente, daquela que estava nos arquivos dos tipos corrente⁷ e intermediário⁸ e, não somente, permanente), importando lembrar que o setor denominado Arquivo da Aeronáutica, da DIRDOC, estava inserido na Subdiretoria de Histórico e Cerimonial; e 2) um setor ou instituição que cuidasse da Imprensa Militar da Aeronáutica. Entretanto, como podemos observar, a DIRDOC, na sua estrutura administrativa, já possuía esse setor atrelado à Subdiretoria de Documentação. Será que ele não estava funcionando na DIRDOC? Será que a Direção considerava que, em função da sua importância, esse setor deveria ser transferido para Brasília? E se fosse? Seria desvinculado da DIRDOC ou do CENDOC? Infelizmente, não temos a resposta.

No que se refere à preservação da memória e da história da Força Aérea, foram realizadas as primeiras pesquisas sobre a evolução da aviação brasileira, desde que o Ministério foi criado, bem como um cadastro com o histórico das suas Organizações Militares.

Também, um novo campo de estudos e pesquisas surgiu na DIRDOC: o campo da Heráldica. De acordo

6. Acreditamos que seria uma tabela contendo o orçamento e a lotação do pessoal, necessários para trabalhar na “nova” Organização Militar.

7. “Arquivo corrente – Conjunto de documentos em curso ou de uso frequente.” (PAES, 2004, p. 24).

8. “Arquivo intermediário – Conjunto de documentos procedentes de arquivos correntes, que aguardam destinação final.” (PAES, 2004, p. 24).

com o Art. 2º, do Decreto que criou o CENDOC (nº 80.965, de 07/12/1977), a nova Organização tinha por finalidade “o trato dos assuntos relativos às atividades de expediente, de arquivologia, de bibliografia, de histórico e de cerimonial.” (LIVRO HISTÓRICO, p. 41). Vale notar que as atividades de museologia foram retiradas, enquanto que as de bibliologia foram reduzidas a bibliografia.

O CENDOC, que ficou subordinado diretamente ao COMGEP, como a DIRDOC, passou a ter a seguinte estrutura:

- 1 – Diretor;
 - 2 – Divisão de Documentação;
 - 3 – Divisão de Histórico e Cerimonial;
 - 4 – Serviço Geral de Expediente e Arquivo da Aeronáutica; e
 - 4 – Gabinete.
- (LIVRO, p. 42).

No dia 1º de junho de 1978, o Brigadeiro Intendente Jorge Franco Bittencourt assumiu o cargo de Diretor do CENDOC e, na sua Ordem do Dia, fez um resumo das realizações que deveriam ser creditadas à extinta DIRDOC. Citamos somente as não mencionadas anteriormente:

- Proposta para implantação do Sistema de Cerimonial;
 - Elaboração de propostas de publicações sobre: Introdução ao Cerimonial; Despedida de Oficial-General; e Embarque e Desembarque de Autoridades.
 - Esboço de propostas de publicações sobre: Investidura de Autoridades; Bandeira Nacional; e Ala de Polícia da Aeronáutica.
 - Elaboração de Norma de Funcionamento da Comissão de Hinos e Canções Militares;
 - Instalação formal e abertura dos trabalhos referentes à Comissão Julgadora de Hinos e Canções Militares;
 - Elaboração de proposta para implantação da Heráldica no Ministério da Aeronáutica, por intermédio da IMA 210-1 “Confecção, aprovação e uso dos brasões, standartes e emblemas no Ministério da Aeronáutica”, já aprovada pelo Exmo. Sr. Ministro;
 - Elaboração de um Folheto (FMA 210-1 “Noções de Heráldica”), a ser proximamente impresso e difundido para toda a Aeronáutica;
- [...]

- Estudos, pesquisas e propostas sobre providências e pareceres em defesa de acervos patrimoniais (“A Encantada” – Petrópolis; “Museu Aeronáutico” de São Paulo: Fundação Santos Dumont);
- [...]
- Proposta para divulgação do Resumo Histórico da Evolução do Ministério, desde a sua criação (20 jan. 41) até a inauguração do Aeroporto Internacional do Galeão;
- [...]
- Levantamento parcial do acervo patrimonial na área dos Afonsos, com finalidade de Tombamento Histórico no Ministério da Aeronáutica;
 - Proposta à ECEMAR⁹ [...] para inclusão em Monografias, de assuntos voltados à História da Aeronáutica Brasileira, a fim de enriquecer nosso acervo histórico e conhecimentos de fatos relevantes;
 - Elaboração, em GT (Grupo de Trabalho), de um anteprojeto de Regulamento para a Diretoria de Documentação e Histórico e, posteriormente, para o CENDOC, inclusive, estudos para instituição dos Sistemas de Histórico, de Museologia, de Arquivologia e de Cerimonial;
- [...]
- Confecção, atualização, distribuição e controle dos indicadores de legislação militar – ILM (BMA-114), baseados nos Mensários de Legislação da Aeronáutica (BMA-113);
- [...]
- Providências iniciais para a implantação da Imprensa de Aeronáutica, baseadas nas respostas ao RD DIFRAL 060/SUDOC/040478;
 - Providências iniciais para implantação de uma Biblioteca Central e da atividade normativa de Biblioteconomia no âmbito do Ministério da Aeronáutica.
- (LIVRO, p. 49-51).

Pouco antes de tornar-se CENDOC, a DIRDOC, já na década de 1970, ocupava-se de alguns assuntos atuais que merecem destaque neste texto: a preservação do patrimônio cultural, material e imaterial da Força Aérea; o incentivo às pesquisas históricas e a divulgação dos conhecimentos acumulados, relacionados à história da Aeronáutica; e a implantação de sistemas no Ministério, nas áreas histórica, museológica, arquivística e de cerimonial, a serem administrados pela Diretoria, que seria o órgão central de

9. Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR).

todos eles, estabelecendo normas, supervisionando e apoiando os seus funcionamentos. Quanto à Imprensa da Aeronáutica, apesar do discurso do ex-Diretor, Major-Brigadeiro Walter Feliu Tavares, esta permaneceu na Diretoria.

Como DIRDOC ou CENDOC, faltava, no entanto, inaugurar o Arquivo Geral e a Biblioteca Central, a fim de realizar a integração das três áreas das Ciências da Informação (na década de 1970), em torno do assunto Aeronáutica: a arquivologia, a biblioteconomia e a museologia.

Em 17 de maio de 1978, o Decreto nº 81.677 aprovou um novo Regulamento para o CENDOC, uma vez que o anterior limitava muito as suas atividades. De acordo com o Art. 1º, o CENDOC passou a ter a seguinte finalidade: “o trato dos assuntos relativos às atividades de correspondência oficial, de publicação, de impressão, de arquivologia, de biblioteconomia, de histórico, de museologia e de cerimonial.” (LIVRO, p. 53).

Assim, o CENDOC passou a ter as seguintes competências:

- 1- estudar e planejar as atividades do Ministério da Aeronáutica, relativas à documentação administrativa, gráfica, áudio-visual, histórica e de cerimonial;
 - 2 - propor o estabelecimento de normas, critérios, princípios e programas relativos aos assuntos de arquivologia, biblioteconomia, publicações, impressão, museologia, correspondência oficial, cerimonial e histórico;
- [...].
(LIVRO, p. 54).

O Centro continuou com a estrutura administrativa anterior: Diretor; Divisão de Documentação; Divisão de Histórico e Cerimonial; Serviço de Expediente e Arquivo da Aeronáutica; e Gabinete.

A Divisão de Documentação tinha por finalidade “o estudo, o planejamento, a coordenação, o controle e o desenvolvimento normativo das atividades de correspondência oficial, publicações, impressão, arquivologia e de biblioteconomia, [...], bem como as atividades de impressão¹⁰.” (LIVRO HISTÓRICO, p. 54).

De acordo com o parágrafo único, do Art. 7º do Decreto nº 81.677, “A Divisão de Documentação dispõe de uma Imprensa para executar as atividades de impressão atribuídas ao CENDOC.” (LIVRO, p. 54).

Percebe-se, então, que as atividades referentes à arquivologia migraram do setor histórico para o da documentação. Contudo não se pode afirmar que a Divisão de Histórico e Cerimonial ficou sem o assessoramento de arquivistas. Também, a Imprensa da Aeronáutica foi mantida e expandida no Centro.

Com relação à Divisão de Histórico e Cerimonial, esta passou a ter por finalidade “o estudo, o planejamento, a coordenação, o controle e o desenvolvimento normativo das atividades de histórico, museologia e cerimonial, no âmbito do Ministério da Aeronáutica.” (LIVRO, p. 55). Portanto as atividades de museologia retornaram ao CENDOC. Cabe ressaltar que, no final da década, a Divisão estava mais envolvida com os trabalhos relativos à Heráldica que à pesquisa histórica. Todavia não se descuidou das tarefas relacionadas à proteção do patrimônio cultural da Aeronáutica, conforme Ordem do Dia alusiva à despedida do Brigadeiro Intendente Jorge Franco Bittencourt.

Ao campo histórico, também é creditada a desenvoltura com que se desdobrou para permitir um desfecho feliz ao chamado PROJETO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ou PROJETO PH, tendo por escopo dotar o Ministério de um documento destinado a proteger seu patrimônio histórico espalhado em todo o território nacional, por intermédio de medidas administrativas oficiais, conscientes e realísticas, orientadas por forma prática, de molde a perpetuar suas tradições pela conservação de obras, monumentos, sítios, áreas, instalações, documentos históricos – de bens móveis e imóveis, os quais, por sua conotação histórica relativamente ao Ministério da Aeronáutica deveriam ser tombados, uma vez que obedecida a legislação específica e consagrada a este respeito. Decisiva, neste particular, foi a cooperação do Centro de Documentação do Exército e do Serviço de Documentação Geral da Marinha, oferecendo-nos copiosa matéria legislativa, muito colaborando para o êxito do Projeto citado, afinal, concluído, pelo encaminhamento ao Exmo. Sr. Ministro da IMA 210-2 sob o título: “Tombamento de Bem Patrimonial Histórico e Cultural da Aeronáutica”, documento que, uma vez aprovado, tornará possível, oficialmente, a implantação de uma política destinada à preservação de nossas tradições, sempre presentes nos monumentos, áreas,

10. Parece redundante esse complemento da frase.

documentos e instalações, consideradas históricas para o nosso Ministério.

Na realidade, os trabalhos aqui descritos, afora outros em plena desenvoltura, expressam um ciclo embrionário destinado à futura formação do que poderíamos denominar a MEMÓRIA AERONÁUTICA, em seu todo, enfeixando o HISTÓRICO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA.

(LIVRO, p. 60-61).

Tanto que, no dia 12/11/1979, a IMA 210-2 “Tombamento de Bem Patrimonial Histórico e Cultural da Aeronáutica” foi aprovada pela Portaria nº 831/GM3. Dois dias após a aprovação do seu novo Regulamento, o CENDOC perdeu a sua autonomia administrativa (Portaria nº 543/GM3, de 19/05/1978). Como o Centro estava sediado no Campo dos Afonsos, o Grupo de Apoio local (GAP AF) passou a prestar auxílio administrativo e de segurança ao CENDOC e, com isso, a administrar parte da sua verba.

Por outro lado, em 1979, quatro Portarias foram assinadas, no dia 05 de dezembro, implantando os Sistemas de Documentação (nº 1507/GM3), de Histórico (nº 1508/GM3), de Cerimonial (nº 1509/GM3) e de Museologia (nº 1510/GM3) na Aeronáutica, cujo Órgão Central de todos esses era o CENDOC.

Em cada sistema, competia ao Órgão Central:

- 1 – a orientação normativa, a coordenação e o controle das atividades do Sistema;
- 2 – a supervisão técnica das atividades do Sistema;
- 3 – a fiscalização específica do desempenho dos Órgãos e/ou Elementos Executivos;
- 4 – a coordenação do planejamento e da elaboração das propostas para os Orçamentos Plurianuais e Orçamentos-Programas anuais, necessários ao desempenho das atividades de [...];
- 5 – a direção, a coordenação, o controle e a supervisão do apoio logístico aos Órgãos e Elementos Executivos do Sistema de [...];
- 6 – a ligação com as Organizações congêneres das demais Forças Armadas, Instituições similares estranhas ao Ministério da Aeronáutica, Sociedades Científicas e universidades, a fim de acompanhar, continuamente, a evolução tecnológica nessa área. (LIVRO, p. 63-64).

A ideia, com relação à área cultural, era incentivar a criação de museus, bibliotecas e centros de memória nas Organizações Militares da Aeronáutica,

que seriam orientadas e fiscalizadas quanto às suas atividades. Havia, também, a preocupação em manter-se um intercâmbio técnico-científico com instituições congêneres, a fim de serem aperfeiçoados, cada vez mais, os conhecimentos acerca dos campos envolvidos.

Em junho de 1979, o Brigadeiro Intendente Jorge Franco Bittencourt passou a Direção do Centro para o Coronel-Intendente Jorge Tupinacy Cavalcante; em maio de 1980, esse militar, recém-promovido a Brigadeiro, passou a Direção do CENDOC para o Coronel-Aviador Reynaldo Monteiro de Rezende, que assumiu o cargo, interinamente.

De acordo com a Ordem do Dia do Brigadeiro Intendente Jorge Tupinacy Cavalcante, quando de sua despedida, o CENDOC tinha absorvido, também, na época, o acervo e o efetivo da “Agência Central de Livros e Regulamentos (ACLER), cuja finalidade é suprir, via reembolsável, publicações e material bibliográfico e didático, através da comercialização de itens de Suprimento Reembolsável.” (LIVRO HISTÓRICO, p. 70).

O Coronel-Aviador Reynaldo Monteiro de Rezende, enquanto esteve à frente da Direção do Centro, investiu esforços, principalmente, no resgate da cultura imaterial, no que se refere aos Hinos e Canções Militares. Realizou, junto com a sua equipe, uma pesquisa para levantar o acervo musical do Ministério da Aeronáutica, cuidando da sua organização e divulgação, da padronização de partituras, da criação de Bandas em cada Comando Aéreo Regional (COMAR), bem como da promoção de concursos entre estas. Também, procurou-se disseminar, por meio de palestras, os procedimentos a serem adotados pelas Bandas nos cerimoniais da Aeronáutica.

Em julho de 1980, o Brigadeiro do Ar Evônio Arouca foi nomeado o novo Diretor do CENDOC. Porém, como era de se esperar, sua gestão durou pouco tempo. A partir de abril de 1981, a missão da Unidade mudaria drasticamente. Nesse período, o Coronel-Aviador Waldemar Rodrigues assumiu, interinamente, a Direção do Centro.

Já em março de 1981, a Agência Central de Livros e Regulamentos (ACLER) passou a ficar subordinada diretamente ao GAP AF, transformando-se, mais tarde, em uma gráfica, o que acarretou a perda de toda a sua finalidade. Pouco depois, o novo Diretor, acompanhado de outros Oficiais, no período de 21 de

abril até 26 de junho de 1981, decidiu realizar uma série de visitas técnicas pelas Organizações Militares da Força Aérea espalhadas pelo Brasil, retornando à sede do CENDOC em pequenos intervalos.

No dia 11 de setembro daquele mesmo ano, o Coronel Waldemar foi convidado pelo Comandante Geral do Pessoal a ministrar uma palestra sobre o CENDOC. Lamentavelmente, o Livro Histórico não possui o conteúdo da sua explanação. Entretanto, em 04 de maio de 1982, três documentos foram expedidos, em função desse infeliz encontro: 1) o Decreto nº 87.148, de 4 de maio de 1982, que extinguiu o Serviço Geral de Expediente e Arquivo da Aeronáutica; 2) o Decreto nº 149, que alterou a finalidade do CENDOC; e 3) a Portaria nº 505, que aprovou o novo Regulamento do Centro.

De acordo com aquele Decreto nº 149, o CENDOC passou a ter por finalidade “o trato dos assuntos relativos à documentação, ao histórico e ao cerimonial do Ministério da Aeronáutica”. Também, segundo o parágrafo único do Art. 2º, “A Chefia do Centro é de Coronel do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, da Ativa.” (LIVRO HISTÓRICO, p. 79). Importa reparar que foram retiradas do Centro não somente as atividades de expediente, mas, também, as de museologia e de biblioteconomia.

Após esse período, o CENDOC nunca mais seria o mesmo... Anos mais tarde, contudo, o Centro recuperou as atividades relacionadas a biblioteconomia, porém, no ano de 2013, excluíram-lhe, também, as

atividades relacionadas à pesquisa histórica e aos cerimoniais, bem como os profissionais que trabalhavam nessas áreas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA. Decreto nº 67.555, de 12 de novembro de 1970. Aprova o Regulamento da Diretoria de Documentação e Histórico e dá outras providências. Fonte: Boletim do Ministério da Aeronáutica nº 11, de 30 de novembro de 1970.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA. Decreto nº 72.553, de 31 de julho de 1973. Altera dispositivos do Regulamento da Diretoria de Documentação e Histórico, aprovado pelo Decreto nº 67.555, de 12 de novembro de 1970 e dá outras providências. Fonte: Boletim do Ministério da Aeronáutica nº 08, de 31 de agosto de 1973.

COMANDO DA AERONÁUTICA. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA AERONÁUTICA. LIVRO HISTÓRICO. Período: de 15 de agosto de 1974 até os dias atuais.

RODRIGUES, Alessandra Hermógenes; CALHEIROS, Mariana Fernandes; COSTA, Patrícia da Silva. Análise bibliológica de livros raros : a preservação ao “pé da letra”. Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 123, p. 33-48, 2003 [2007]. Disponível em: http://www.bn.br/planor/documentos/anais_123_2003.pdf. Acesso em: 10 jun. 2015.



PRATAS DA CASA

1º Tenente QOEA SVA Cristina Botelho Fernandes

Primeiro-Tenente do Quadro de Oficiais Especialistas da Aeronáutica
e Chefe da Seção de Comunicação Social do CENDOC. Graduada
em Serviço Social pela Universidade Castelo Branco.

Pensar no Centro de Documentação da Aeronáutica e narrar sobre seu passado não é tarefa fácil!!! Homens e mulheres que passaram por aqui deixaram suas marcas, seus feitos e lembranças. Estas, em nossa memória, perpetuam valores que a caserna possui de mais belo e característico. Sim, o cotidiano, a retirada de falta, a formatura. Tantas são as características de nossa rotina no quartel que, dificilmente, quem não vivesse esta experiência não conseguiria compreender a dinâmica de ser militar.

Instituições são formadas por pessoas, e todos nós possuímos uma história para contar do lugar onde trabalhamos e dos indivíduos com os quais convivemos; sem eles, ficaria o vazio e não haveria elo entre um dia e outro; daí em diante, surgem o companheirismo e camaradagem, sentimentos tão típicos e presentes na vida militar.

Ao comemorarmos o cinquentenário do CENDOC, militares e civis que trabalharam, desde os tempos da extinta Diretoria de Documentação e Histórico da Aeronáutica (DIRDOC) e Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica (CENDOC), deixaram seu legado.

A Unidade possui militares que, desde o término do Curso de Formação, foram designados para esta OM e contam com mais de 10, 20 e 30 anos de efetivo serviço somente neste Centro; como é o caso da Suboficial (SO) SAD Elâne Pereira Viana, que se apresentou em agosto de 1988 e até hoje trabalha na mesma Divisão. Há, ainda, os que permaneceram um longo período na Unidade, foram transferidos e, na ativa ou na reserva remunerada, retornaram à “Família Cendoquiana”.

Comumente, os mais antigos narram “feitos” e até algumas “lendas” aos mais jovens militares: a curiosidade, o interesse de ouvir as histórias, os “bizus” unem passado e presente e, desta forma, o “élan” é cada vez mais forte e inspirador.

O Centro de Documentação da Aeronáutica não só reconhece o valor e a importância dos seus ex-integrantes e o atual efetivo, como também deseja homenagear àqueles que dedicaram e dedicam seu trabalho ao engrandecimento desta Instituição.

Para tanto, dentre muitos companheiros brilhantes que serviram ou que atualmente estão lotados nesta OM, destacamos a trajetória do SO Reformado Paulo Roberto Boechat, que sintetiza bem o exemplo

de dedicação, profissionalismo e amor ao trabalho realizado e ainda hoje contribui, decisivamente, para o engrandecimento deste CENDOC. O SO Boechat é carinhosamente conhecido como uma “Figura Lendária”, pois vivenciou a história da Diretoria de Documentação e Histórico da Aeronáutica (DIRDOC) e a transformação, posteriormente, para Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica (CENDOC).

Ele ingressou nas fileiras da Força Aérea Brasileira no dia primeiro de julho de 1965, na antiga Escola de Aeronáutica – Campos dos Afonsos – como soldado. Em dezembro de 1973, após conclusão do Curso de Formação de Sargentos, especialidade de Escrevente (Administração) foi classificado na DIRDOC. Foi recebido pelo então Major-Brigadeiro do Ar Paulo de Vasconcellos Souza e Silva, Diretor e futuro mentor do SO Boechat.

O papel do Maj Brig do Ar Souza e Silva foi fundamental para o jovem 3º Sargento Boechat, pois as orientações emanadas da Direção incutiram no militar a importância de se cultivar o passado para a preservação do futuro. Surge, a partir desta época, o interesse pelo registro das informações e os cuidados para a catalogação e acesso.

Testemunhou, na linha do tempo, a trajetória da Unidade, totalizando vinte e quatro anos de serviço, divididos em quatorze anos na ativa (1973 a 1987) e dez anos como voluntário para Prestação de Tarefa por Tempo Certo (2008 até 2018).

Desempenhou inúmeras atividades que dependiam, exclusivamente, de conhecimentos específicos e compartilhou-os com os colegas, para realizar a disseminação do conhecimento. Vivenciou desafios no tocante à organização do acervo do Arquivo Permanente e Intermediário.

O SO Boechat exerceu as funções de Encarregado do Setor de Legislação e Publicação, Seção de Pessoal Militar e Fotografias e Pesquisas. Uma das qualidades que é admirada por todos, principalmente, por aqueles que trabalharam diretamente com ele, é a memória viva sobre os fatos e acontecimentos da época dos eventos. É comum se dirigir a ele e perguntar sobre uma fotografia ou catálogo, pois mais velozmente somos atendidos e, juntamente com o material, segue a contextualização que a imagem revela.

É indiscutível o reconhecimento técnico e profissional demonstrado ao longo de sua carreira militar

e, como não poderia deixar de ser tão bem observado, o relacionamento respeitoso e cortês com subordinados, pares e superiores é característica indelével de sua personalidade, ratificada, ainda, pela sua lealdade e discrição. Por tudo que foi mencionado sobre o SO Boechat, poder-se-á afirmar que ele faz parte da memória afetiva da Unidade: suas lembranças confundem-se com a própria constituição da Organização.

Ao comemorar o Jubileu de Ouro, mescla-se passado e presente para a preparação de um futuro, cuja bússola é amparada pela história, e o porvir é a certeza de que não passarão esquecidos os feitos e legados de nenhuma instituição, como também de todos aqueles que se empenham para a grandeza deste Centro de Documentação da Aeronáutica.

Parabéns aos membros da Família Cendoquiana!!!

Vejamos os principais registros destes 50 anos de História!!!



Programa Perpetuar: Diretor do CENDOC com o Tenente-Coronel POLICARPO (à direita)



Recebimento da medalha "Ordem do Mérito Aeronáutico" pela Suboficial ELANE

Aniversariantes do mês: Suboficiais ALEXANDRE (à esquerda) e PIMENTEL (à direita)



Palestra da Delegada de Polícia Juliana Emerick, na foto com a Civil Ana Maria (à esquerda)



Semana Nacional de Arquivos - Mostra Santos Dumont. Visita mediada pelo SO Boechat



CENDOC E DPHDM,
JUNTOS NA MISSÃO
DE VALORIZAÇÃO,
GESTÃO, PRESERVAÇÃO
E DIVULGAÇÃO DO
PATRIMÔNIO DOCUMENTAL
DE NOSSAS FORÇAS
ARMADAS

Marcos de Castro Jasmin

Capitão de Corveta. Chefe do Departamento de Arquivos da Marinha. Pós-graduado stricto sensu no Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); Pós-graduado lato sensu no Curso de Especialização em Gestão Estratégica da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Pós-graduado lato sensu no MBA-Executivo em Auditoria e Contabilidade pela Fundação de Apoio ao Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET-RJ, Bacharel em Administração pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Em homenagem aos 50 anos de criação do CENDOC, o presente artigo tem o propósito de exaltar e abordar a importante e estratégica missão desse Centro de Documentação e, para tanto, será desenvolvido em uma breve introdução seguindo-se os seguintes tópicos:

- 1) Importância da informação orgânica, documentos e arquivos para as instituições e a necessidade de implementação de programas de gestão de documentos para torná-los confiáveis, acessíveis e disponíveis;
- 2) Como a Marinha do Brasil se estrutura e se organiza para gerir e preservar seus documentos; e
- 3) Necessidade da parceria entre o CENDOC e a DPHDM para enfrentar os desafios da gestão de documentos digitais.

INTRODUÇÃO

Todas as organizações, sejam elas públicas ou privadas, para cumprirem suas missões e alcançarem seus objetivos, estruturam-se e necessitam de recursos financeiros, recursos humanos (funcionários e colaboradores), recursos materiais (imóveis, veículos, máquinas e equipamentos) e recursos informacionais (informação orgânica, documentos e arquivos).

Constitucionalmente, as Forças Armadas, compostas pela Marinha, Exército e Aeronáutica são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e disciplina, destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e por iniciativa destes, da lei e da ordem.

Organicamente, são instituições complexas, estruturadas para desempenharem atividades específicas como logística; operações militares; informações; infantaria; hidrografia e navegação; aviação militar; armamento militar; controles de tráfego aéreo e marítimo, além de quase a totalidade dos serviços inerentes à organização de um Estado ou Governo, quais sejam educação, cultura, saúde, finanças, justiça, ciência e tecnologia, assistência social, gestão e outras.

As Forças Armadas, a fim de cumprir com efetividade suas diversas atribuições, sempre buscaram soluções que visassem à melhoria contínua de seus processos e à racionalização do uso de todos os seus recursos

disponíveis, inclusive os informacionais por meio, estrategicamente, da gestão de seus documentos. E para melhor compreender como gerenciar os recursos informacionais, é imperioso entendermos a importância de alguns conceitos como informação orgânica, documentos arquivísticos, arquivos e gestão documental.

INFORMAÇÃO ORGÂNICA, DOCUMENTOS, ARQUIVOS E GESTÃO DOCUMENTAL

Informação e documento são termos com vários significados, porém como o foco principal da gestão documental se dá no nível das organizações, pode-se afirmar que a informação que necessita de gerenciamento é a informação orgânica, que definimos como a informação produzida dentro de uma organização, em decorrência do cumprimento das funções e atividades institucionais, executadas pelos próprios membros da organização que, ao mesmo tempo, são produtores e consumidores dessa informação.

Essa informação orgânica é registrada em documentos arquivísticos: são aqueles que, de alguma forma, estão relacionados com essas instituições, ou seja, são documentos que são gerados, recebidos e utilizados pelas instituições no curso de uma atividade prática, como instrumento ou resultado de tal atividade, e retido para ação ou referência.

A informação orgânica, registrada em documentos arquivísticos, é primordial para ser utilizada pela própria organização, quer pelo seu valor primário, a fim de decidir, de agir e de controlar as decisões e as ações empreendidas e ser insumo nos processos decisórios que demandam informações confiáveis, quer pelo seu valor secundário, a fim de possibilitar a preservação da memória organizacional por ser fonte de pesquisas históricas retrospectivas, que evidenciam decisões ou ações passadas.

Contudo, de nada adianta produzir informação orgânica e registrá-la em documentos arquivísticos se não é possível garantir a confiabilidade e autenticidade desses documentos e possibilitar a recuperação e acesso aos mesmos e, neste sentido, o processo de produção das informações orgânicas e seu registro em documentos arquivísticos são o que originam os arquivos de uma organização.

Os arquivos das instituições são os locais designados para custodiar todos os documentos arquivísticos, seja qual for o seu suporte e idade, produzidos e recebidos pelo organismo no exercício das suas funções. Neste sentido, a função de um arquivo é guardar a documentação e principalmente fornecer aos interessados as informações contidas em seu acervo de maneira rápida, segura e confiável.

Porém, para dispor de arquivos efetivos é imperioso estabelecer um conjunto de práticas que garanta a organização e preservação dos documentos, isoladamente ou em aglomerações, e essas práticas são aplicadas por meio da implementação de programas de gestão documental, também denominados de gestão arquivística de documentos.

A gestão documental é um modelo sistêmico de organização de arquivos, em que o documento passa a ser controlado desde o momento de sua produção até a destinação final, que se daria por sua eliminação criteriosa ou guarda permanente, e rompe com uma perspectiva historicista, na qual a função primordial dos arquivos públicos era de se voltar exclusivamente para aqueles documentos considerados de valor histórico, passíveis de utilização, sobretudo, pelos historiadores, e restaura e dinamiza a concepção dos arquivos, também, como instrumentos facilitadores da administração.

No Brasil, a gestão de documentos se institucionaliza por meio da Lei nº 8.159, de 08/01/1991, sendo definida como “o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento dos documentos em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente”.

Esta lei que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados reconheceu que as atividades relativas à documentação das fases corrente e intermediária, realizadas pelas entidades produtoras, com acompanhamento das instituições de arquivo, são distintas das atividades da fase permanente, realizadas pelas mesmas instituições.

Reconheceu, também, a necessidade da participação dessas instituições arquivísticas desde o início do processo de produção documental, a fim de subsidiar os produtores de documentos com informações que facilitem o exercício das suas atividades e adotou, no seu art. 8º, o conceito de

ciclo vital, importante para a definição do valor dos documentos e da responsabilidade pela sua guarda, incluindo sua organização, conservação e condições de acesso e uso.

Os conceitos de gestão de documentos e de ciclo vital, ao serem incorporados na legislação, subsidiaram e possibilitaram, por exemplo, a elaboração dos códigos de classificação e tabelas de temporalidade das atividades-meio da Administração Pública Federal e das atividades-fim do Ministério da Defesa. São instrumentos que, por estabelecerem a temporalidade de guarda e a destinação final (eliminação / guarda permanente) dos documentos, aliados a outras publicações, também produzidas pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), são fundamentais para se implementar a gestão arquivística de documentos na Administração Pública Federal.

Com isso infere-se que a gestão de documentos aplicada nas empresas é uma atividade estratégica na constituição do acervo arquivístico, pois permite uma produção controlada, formas de recuperação da informação arquivística e o estabelecimento de prazos de retenção, que, conseqüentemente, racionalizam a massa documental acumulada.

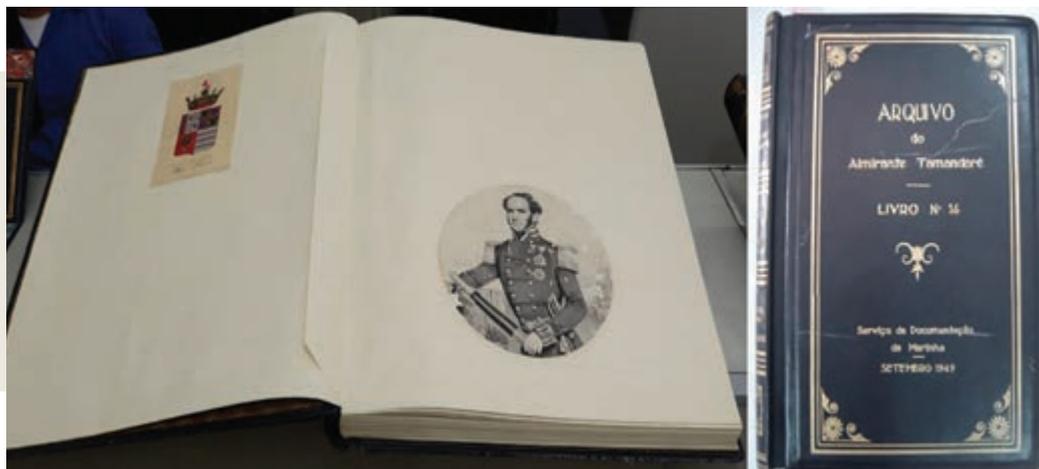
Neste diapasão, em consonância com as diretrizes emanadas pelo CONARQ, atuam duas organizações militares (OM) estratégicas: a Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM) e o Centro de Documentação da Aeronáutica (CENDOC) que, dentre outras atribuições, são responsáveis pela implementação das políticas de gestão documental no âmbito das suas respectivas forças, adaptando-as às idiossincrasias de cada organização.

GESTÃO DOCUMENTAL NA MARINHA DO BRASIL

A complexidade na Gestão de Documentos cresce proporcionalmente em virtude das várias missões, atribuições e responsabilidades de uma organização. Quanto mais atribuições, mais variados são os documentos arquivísticos produzidos ou recebidos que devem ser gerenciados.

Como a Marinha do Brasil (MB) é uma instituição centenária com diversas atribuições constitucionais e infraconstitucionais e para cumprir suas múltiplas tarefas e missões se equipara de uma estrutura

Acervo Arquivo Tamandaré: uma janela para o Estado Imperial Brasileiro, nomeado Memória do Mundo Registro Nacional, em 2010. (acervo DPHDM-32.3)



organizacional, composta por mais de 400 OM, com atuação em quase todo o território nacional e em outros países do mundo, infere-se que a gestão de documentos na MB é uma tarefa extremamente complexa.

Conforme citado, conduzir a implementação da gestão documental, no âmbito da MB, cabe à DPHDM, organização militar sediada no Rio de Janeiro que tem o propósito de preservar e divulgar o patrimônio histórico e cultural da Marinha, contribuindo para a conservação de sua memória e para o desenvolvimento da consciência marítima brasileira, cabendo-lhe, dentre outras tarefas: administrar o Departamento de Arquivos da Marinha; a Biblioteca da Marinha; a editora Serviço de Documentação da Marinha; os Navios-Museus; e os Museus que lhe são subordinados.

Neste sentido, cabe ressaltar que o Departamento de Arquivos da Marinha (DPHDM-30) é responsável pela custódia, guarda, preservação e acesso aos documentos da Marinha, nas fases intermediária e permanentemente de arquivamento, e possui um acervo com mais de 30 milhões de registros, que cobre o período do século XVIII aos dias atuais, com três conjuntos documentais premiados com o selo Memória do Mundo¹.

DPHDM-30 é composto por quatro Divisões: Divisão de Gestão Arquivística (DPHDM-31)²; Divisão

de Processamento Técnico Arquivístico (DPHDM-32)³; Divisão de Acesso à Informação (DPHDM-33)⁴; e Divisão de Microfilmagem (DPHDM-34)⁵, cada uma com suas atribuições específicas, valendo destacar a Divisão DPHDM-31 que é responsável pelo acompanhamento e implementação da gestão arquivística de documentos no âmbito da Marinha;

Por fim, outra OM que atua juntamente com a DPHDM é a Diretoria de Administração da Marinha (DAdM), também sediada no Rio de Janeiro, e que tem a atribuição de aplicar a gestão documental aos documentos em fase corrente de arquivamento. Ressaltando que tanto a DAdM quanto a DPHDM são subordinadas à Secretaria Geral da Marinha (SGM), cuja sede é em Brasília.

PARCERIA ENTRE CENDOC E DPHDM

Expostos à importância da gestão documental para as organizações e para as Forças Armadas que, por suas diversas atribuições constitucionais e infraconstitucionais, produzem uma grande e variada massa documental e, também, que a DPHDM é uma

1. Memórias do Mundo é um projeto da UNESCO, criado em 1992, com objetivo de garantir a preservação, pelos meios mais adequados, do patrimônio documental que tem um significado mundial e incentivar a preservação do patrimônio documental de importância nacional e regional.

2. DPHDM-31 é constituída pelas seguintes Seções: Seção de Políticas Arquivísticas (DPHDM-31.1); Seção de Integração dos Arquivos (DPHDM-31.2); e Seção de Capacitação Arquivística (DPHDM-31.3).

3. DPHDM-32 é constituída pelas seguintes Seções: Seção de Protocolo (DPHDM-32.1); Seção de Arquivos Intermediários (DPHDM-32.2); Seção de Arquivos Permanentes (DPHDM-32.3); Seção de Documentos Iconográficos e Audiovisuais (DPHDM-32.4); Seção de Documentos Digitais (DPHDM-32.5); e Seção de Conservação, Preservação e Restauração (DPHDM-32.6).

4. DPHDM-33 é constituída pelas seguintes Seções: Seção de Consulta Presencial (DPHDM-33.1); e Seção de Consulta à Distância (DPHDM-33.2).

5. DPHDM-34 é constituída pelas seguintes Seções: Seção de Preparação e Revisão (DPHDM-34.1); Seção de Microfilmagem Convencional (DPHDM-34.2); Seção de Microfilmagem Eletrônica (DPHDM-34.3); e Seção de Processamento e Duplicação (DPHDM-34.4).

OM com atribuições congêneres às do CENDOC, nada mais salutar que incentivar e proporcionar parcerias entre as mesmas com trocas de experiências e de conhecimento técnico.

Neste sentido, cabe ressaltar que, de longa data, a MB e a FAB compartilham experiências e atuam de forma conjunta em diversas operações, cabendo registro o ano de 1965 onde, por meio da assinatura do Decreto 55.627/1965, pelo então Presidente da República, General Castelo Branco, cria-se o 1º Grupo de Aviação Embarcada (1ºGpAvEmb) da FAB para operar aeronaves de asa fixa a bordo do Navio Aeródromo Ligeiro (NaeL) Minas Gerais (A-11).

Importante frisar que, no campo da gestão de documentos, a Marinha e a Aeronáutica já trabalham sinergicamente, fazendo parte da Subcomissão do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo, do Ministério da Defesa (SSIGA-MD), onde, após um longo e árduo trabalho de levantamento dos tipos documentais utilizados e produzidos pelas três Forças Armadas, obteve-se como produto final o Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação

de Documentos de Arquivo relativos às Atividades Fim do Ministério da Defesa, aprovados em 2013.

Além disso, frente aos desafios do gerenciamento dos documentos arquivísticos digitais, é digno de registro que a DPHDM e o CENDOC trocam experiências e mantêm um profícuo diálogo para buscarem o desenvolvimento de uma futura solução SIGAD (Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos) para o gerenciamento dos documentos em fase corrente e intermediária de armazenamento e para implementação de um próximo Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq) para armazenamento, gerenciamento e preservação dos documentos em sua fase permanente.

Por fim, diante dos desafios da gestão documental, a DPHDM saúda e deseja bons ventos e mares tranquilos ao CENDOC pelos seus 50 anos de trabalho contínuo, de dedicação e de profissionalismo à frente dessa estratégica missão de valorização, gestão, preservação e divulgação do patrimônio documental de nossas Forças Armadas.

VIDA LONGA AO CENDOC!

Aviões P-16 Tracker, do 1ºGpAvEmb, a bordo Nael Minas Gerais (A-11), na Operação UNITAS XIV, entre agosto e novembro de 1973. (acervo DPHDM-32.4)





ARQUIVO HISTÓRICO
DO EXÉRCITO:
GUARDIÃO DO PAIOL
DA CULTURA DO EXÉRCITO

Itairê Alves de Andrade e Silva

Coronel do Exército Brasileiro. Diretor do Arquivo Histórico do Exército.

RESUMO HISTÓRICO

O Arquivo Histórico do Exército (AHEx) tem suas raízes na criação do Real Archivo Militar na cidade do Rio de Janeiro, em 7 de abril de 1808, pelo Príncipe Regente D. João, transmigrado com a Família Real Portuguesa para o Brasil.

Após várias transformações, foi instituído como Organização Militar, em 8 de março de 1934, com a denominação de *Arquivo do Exército*. Em 1986, foi transformado em *Arquivo Histórico do Exército*, com a missão de guarda do acervo permanente do Exército Brasileiro.

Atualmente, o AHEx tem por missão principal manter a memória institucional do Exército Brasileiro por meio da gestão, recolhimento, tratamento técnico, preservação e divulgação do patrimônio documental da Instituição. O AHEx constitui-se na única Organização Militar de cunho arquivístico do Exército, sendo o principal interlocutor da Força junto ao Arquivo Nacional e ao Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

Sede do Arquivo do Exército no Palácio Duque de Caxias de 1934 a 1941 – Acervo AHEx

ORGANIZAÇÃO DO AHEx

Para atender às suas atividades-fim, o AHEx está organizado em 4 Divisões:

DIVISÃO DE DIFUSÃO DE ACESSO (DDA)

É a responsável pelo atendimento aos pesquisadores e aos cidadãos que buscam documentos para assegurar direitos junto às instâncias administrativas ou judiciais. Os contatos podem ser realizados pessoalmente, por telefone, por correio eletrônico, por correspondência ou ainda por meio do Serviço de Informação ao Cidadão do Exército Brasileiro (SIC-EB).

A DDA é executora do Projeto de Descrição dos Códices do Período Joanino (1808-1822), ligado à Comissão Luso-Brasileira de Salvaguarda e Documentação (COLUSO), que trata da facilitação de acesso a esta documentação, em convênio celebrado entre o Brasil e Portugal, contando para tal serviço com o trabalho de cinco estagiários da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Essa Divisão também possui a incumbência de coordenar e apoiar exposições de acervos referentes

Regulamento do Real Archivo Militar -1808

“Sendo-me presente a grande vantagem de que será ao meu real serviço, e até a necessidade absoluta, que já existe de haver um arquivo central, onde se reúna e conservem todos os mapas e cartas, tantos das costas, como do interior do Brasil e também dos meus domínios ultramarinos e igualmente onde as mesmas cartas hajam de copiar-se quando seja necessário, e se examine quanto à exatidão como que foram feitas, para que possam depois servir de base, seja à retificação de fronteiras, seja a planos de fortalezas e de campanha, seja projetos para novas estradas, e comunicações, seja ao melhoramento e novos estabelecimentos de portos marítimos, hei por bem criar um arquivo militar, que ficará anexo à repartição de Guerra, mas que será também dependente de outras repartições do Brasil, Fazenda e Marinha, a fim que todos os meus Ministros de Estado possam ali mandar buscar, ou cópias ou planos de que necessitam para o meu Real Serviço.”

às diversas efemérides do Exército, bem como participar, mediante cessão por empréstimo de acervos, de eventos culturais, no meio civil e militar. Recebe, ainda, a visita de cursos de graduação e pós-graduação em História de diversas universidades.

O AHEx, por meio desta Divisão, desenvolve, ainda, forte trabalho de divulgação da História do Exército Brasileiro junto às escolas civis e militares, além de subsidiar informações institucionais no apoio às decisões dos escalões superiores da Força Terrestre, credenciando-o como verdadeiro Guardião do Paio da Cultura do Exército.

DIVISÃO DE GESTÃO DOCUMENTAL (DGD)

É a responsável pela consolidação das Listagens de Eliminação de Documentos (LED) do Exército Brasileiro, pelas Visitas de Orientações Técnicas sobre gestão documental para as OM que serão desativadas e, ainda, pelo acompanhamento da evolução da legislação arquivística e das normas e diretrizes emanadas pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).



Sede do Arquivo do Exército no Palácio Duque de Caxias de 1934 a 1941 – Acervo AHEx

Em 2018, a DGD recebeu, conferiu e consolidou 125 (cento e vinte e cinco) Listagens de Eliminação de Documentos de Organizações Militares do EB, além de apoiar mais de 50 (cinquenta) OM em assuntos de Gestão Documental. Também, no corrente ano, apoiou a MINUSTAH¹ sobre o destino dos acervos do BRABAT² e do BRAENGCOY³, desativados no Haiti.

DIVISÃO DE GUARDA DE ACERVOS (DGA)

É a responsável pela guarda do acervo relativo à História do Exército Brasileiro. Entre 2015 e 2016 aprimorou os locais de guarda e iniciou o projeto de conservação do acervo do antigo Gabinete do Ministro da Guerra, tratando 154 (cento e cinquenta e quatro) metros lineares do conjunto documental. Entre suas principais atribuições, constam:

- Guarda das pastas de alterações de militares do Exército Brasileiro, possuindo documentação pessoal de militares desde o século XVIII.
- Custódia de documentos, manuscritos e impressos, que se referem ao Exército e às ações por ele desenvolvidas ao longo da História do Brasil, cujo documento mais antigo escrito é de 1794 e discorre sobre a escolha de madeira para navios da Esquadra Real.

1. Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti.

2. Batalhão Brasileiro de Força de Paz.

3. Companhia de Engenharia Brasileira.

- Guarda de cerca de 4.000 mapas e plantas de dimensões variadas, abrangendo todos os Estados do Brasil e ainda, alguns países da América do Sul, notadamente a Argentina, o Paraguai e o Uruguai. Possui também uma coleção de mapas utilizados pela Força Expedicionária Brasileira na Itália. O Arquivo possui a guarda do Mapa das Américas, de Sebastian Münster, datado de 1549 e o da Planta da Fortaleza de São José de Macapá, de 1766.
- Custódia, como acervos especiais, das cópias em DVD do Projeto História Oral do Exército (PHOEx) e imagens fotográficas, reproduções, gravuras, vídeos da Força Terrestre. A fotografia original mais antiga é de 1894, embora existam litogravuras originais datadas da década de 1850.
- Guarda dos Registros Históricos das Organizações Militares (RHOM), resultando, somente no corrente ano, na conferência, controle e armazenamento de 544 Registros Históricos recebidos das diversas OM da Força.

Entre 2008 e 2015, a UNESCO conferiu o título de Memória do Mundo aos acervos da Força Expedicionária Brasileira, da Campanha de Canudos e da Guerra do Paraguai, no nível nacional, sendo, este último, também agraciado com o prêmio nos níveis América Latina e Mundial na sua parte icônográfica. São acervos que a humanidade deverá preservar para as gerações posteriores.

DIVISÃO DE PROCESSAMENTO TÉCNICO (DPT)

É a responsável pela preservação dos acervos do AHEx, utilizando técnicas de processamento para dirimir o ritmo dos efeitos da degradação sobre eles. Dividida em 4 Seções, a DPT efetuou a digitalização de mais de 48.000 documentos e a encadernação de inúmeros documentos de diversas OM, em 2018.

É responsável, atualmente, pelos trabalhos de preservação da Coleção Marechal Castello Branco, custodiada na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Além disso, ao longo do corrente ano, efetuou reparos em acervos da Diretoria de Avaliação e Promoção e restaurações em peças documentais de outras Organizações Militares.

O Arquivo Histórico do Exército procura, ainda, estreitar os laços com as instituições

congêneres. Em duas situações em que foi acionado por autoridades, a fim de recuperar informações de ex-militares ou documentações relevantes, valeu-se do Centro de Documentação da Aeronáutica. Em um primeiro caso, solicitou àquela Organização Arquivística irmã a documentação do antigo Ministro da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar Clóvis Monteiro Travassos, integrante da Arma de Aviação do Exército, nas décadas de 1920 e 1930, transferido para o Ministério da Aeronáutica em 1941. Em outra ocasião, foi solicitado ao Arquivo o relatório de um acidente, em Lisboa-Portugal, com o avião que trasladava os restos mortais de soldados que tombaram na Segunda Guerra Mundial. Em curto espaço de tempo, o CENDOC enviou as cópias autenticadas da documentação sobre o Ministro e o relatório do acidente, o que causou muito boa

impressão às autoridades sobre a capacidade de guarda e recuperação de informações nos arquivos das Forças Armadas.

Somando esforços, o Exército Brasileiro, por meio do Centro de Desenvolvimento de Sistemas e do Arquivo Histórico do Exército, vem trabalhando em conjunto com o Centro de Documentação da Aeronáutica para formulação de um Sistema de Gestão Arquivística unificado para a três Forças, o que redundará em um incremento substancial na Gestão Documental das Forças Armadas.

Moderno e atuando com transparência, o Arquivo Histórico do Exército serve hoje à Administração Militar, preservando os Direitos da União; garantindo ao cidadão pleno acesso à informação na defesa de seus direitos e ao pesquisador de alto nível que busca, em nossos acervos, as informações necessárias à pesquisa acadêmica e à produção de conhecimento científico e cultural.

No momento em que o Centro de Documentação da Aeronáutica celebra o seu Jubileu de Ouro, os integrantes do AHEx desejam votos de continuado sucesso a essa tradicional Organização Militar da nossa Força Aérea Brasileira.

DOCUMENTAR PARA PERPETUAR!





ARQUIVO NACIONAL: UM POUCO DE HISTÓRIA

Louise Gabler

Mestre e graduada em História. Técnica em Assuntos Culturais do Arquivo Nacional e pesquisadora do programa Memória da Administração Pública Brasileira, da mesma instituição

O Arquivo Nacional foi criado pelo regulamento n. 2, de 2 de janeiro de 1838, com o nome de Arquivo Público do Império, visando à guarda dos documentos relativos à memória nacional e à administração do Estado, num período em que o governo buscava consolidar a nação independente e estruturar suas instituições. Inicialmente, os trabalhos no órgão eram divididos entre três seções – de acordo com a natureza da documentação arquivada – a Legislativa, a Administrativa e a Histórica. Com a reforma de 1876, aprovada pelo decreto n. 6.164, de 24 de março, foram criadas a Seção Judiciária, a Biblioteca e a Mapoteca. Essa estrutura administrativa foi mantida com a Proclamação da República, e o órgão passou a se chamar Arquivo Público Nacional (GABLER, 2014).

A lei n. 23, de 30 de outubro de 1891, reorganizou os serviços da administração federal, criando o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, que absorveu parte das competências das extintas secretarias de Estado dos Negócios da Justiça, do Interior e da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Sendo assim, o arquivo passou a ser subordinado à recém-criada pasta da Justiça e Negócios Interiores. Cabe salientar que, com exceção do período entre 2000 e 2011, em que esteve subordinado à Casa Civil da Presidência da República, o Arquivo Nacional esteve ligado ao Ministério da Justiça ao longo de todo o período republicano.

Em 21 de abril de 1892, foi inaugurada a primeira exposição da instituição, uma homenagem ao centenário da morte de Tiradentes. A República intensificara o mito de Tiradentes – a data da sua morte tornara-se feriado em 1890 – e nesse dia era realizado um desfile pela capital (CARVALHO, 1987). O evento no Arquivo Público Nacional exibiu documentos sobre a Inconfidência Mineira e contou com 40 visitantes em sua abertura. A exposição foi remontada em 1902 e 1903, tendo contado, em sua inauguração, com 20 e 95 visitantes, respectivamente. (LOURENÇO, 2014, p. 62-63).

O decreto n. 1.580, de 31 de outubro de 1893, determinou um novo regulamento para o órgão. Como nos atos anteriores, estipulou os procedimentos de trabalho, os funcionários e o tipo de documentação a ser recolhida nas seções, que permaneceram as mesmas do Império. A Biblioteca e a Mapoteca também

foram mantidas, porém, o decreto instituiu um museu no Arquivo Público. O Museu Histórico foi criado a partir da discussão acerca do destino dos bens e da memória da família imperial, sendo sua atribuição guardar coleções de “moedas, medalhas, modelos ou exemplares de patentes, cartas ou diplomas impressos ou litografados, e mais uma coleção de figurinos, retratos e bustos de brasileiros notáveis, estampas de edifícios e de monumentos comemorativos da memória pátria” (ESTEVÃO; FONSECA, 2010, p. 94).

Em 1907 o Arquivo passou a funcionar na antiga sede do Museu Nacional, na Praça da República, n. 26, endereço que viria ocupar até 1985. Naquele mesmo ano, foi instalada a oficina gráfica da instituição, com maquinário trazido da Imprensa Nacional. Com a implantação da tipografia, a instituição passou a imprimir suas próprias publicações, além de prestar serviços a outros órgãos da administração pública, aos moldes da Imprensa Nacional, até a década de 1940 (LOURENÇO, 2014, p. 62-65).

O Ministério da Justiça e Negócios Interiores foi reorganizado pelo decreto n. 9.196, de 9 de dezembro de 1911. Nesse mesmo dia, o decreto n. 9.197 aprovou um novo regulamento para o órgão, que passou a se chamar Arquivo Nacional. A estrutura não apresentou alterações significativas, com exceção das seções Legislativa e Judiciária, que foram unificadas. O ato previu a implantação, em 12 meses, de um Curso de Diplomática, visando ao ensino de paleografia, cronologia, crítica histórica, técnicas de diplomática e regras de classificação. De acordo com o ato, o curso deveria ser ministrado pelos funcionários da casa e aconteceria uma vez por semana.

Observa-se, nesse regulamento, um projeto de coleta de documentos privados, visto que foi criado na Seção Histórica um espaço para o arquivamento de “documentos de família e de serviços ao Estado”, que seria composto por “requerimentos e memoriais antigos que estivessem instruídos com atestados de serviços, patentes, fés de ofício, certidões de idade, títulos de nomeações, diplomas de condecorações e mercês, etc.” (BRASIL, 1915). O decreto também previa que deveriam ser arquivados documentos não oficiais que qualquer cidadão quisesse doar ou depositar no arquivo, relativos a genealogia, biografia e serviços prestados ao Estado pelo indivíduo ou seu antepassado.

A política de ampliação do acervo, para além da documentação remetida pelo governo, era bem antiga na instituição. Em 1874, o então diretor Machado Portela sugeriu ao governo a criação de uma comissão para coletar documentos históricos nas províncias, inspirado em François Guizot, ministro da Instrução Pública na França, que em 1834 havia nomeado uma delegação encarregada de examinar todos os arquivos da capital e de corresponder-se com as sociedades literárias dos departamentos. Exemplo similar seria o de Gonçalves Dias, que, enquanto presidiu a seção Etnográfica e Narrativa de Viagem, da Comissão Científica do Império, fundada em 1859, com a finalidade de explorar as províncias mais distantes buscando dados científicos, teria sido incumbido de visitar os arquivos das capitais de algumas províncias do Norte com o objetivo de reunir documentos para o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (GABLER, 2015, p. 71-72).

A proposta do diretor foi institucionalizada no regimento de 1876, quando foram criados nove cargos de agentes auxiliares na Corte e três em cada província. O cargo de agente auxiliar permaneceu

em todos os regimentos da Primeira República, o que nos leva a crer que a atividade de ampliação do acervo através da coleta de documentos históricos em outros estados da federação continuou sendo uma prática corrente em todas as administrações do período.

A estrutura administrativa estabelecida em 1911 prevaleceu por mais de dez anos, até o decreto n. 15.596, de 2 de agosto de 1922, que criou o Museu Histórico Nacional, determinar a transferência para o novo órgão dos objetos integrantes do Museu Histórico do Arquivo Nacional. No ano seguinte, o arquivo foi reformado pelo decreto n. 16.036 e passou a contar com as seções Administrativa, Histórica, Legislativa e Judiciária, além da Secretaria, à qual estavam subordinadas a Biblioteca, a Mapoteca e as oficinas Gráfica e de Encadernação. O decreto propôs ainda a criação de um Curso Técnico, em conjunto com a Biblioteca Nacional e o Museu Histórico Nacional, com o objetivo de formar funcionários aptos a trabalhar nessas instituições (VENÂNCIO, 2013, p. 64-65). O órgão manteve essa configuração administrativa até o final da Primeira República.

O Centro de Documentação da Aeronáutica é uma Instituição Parceira do Arquivo Nacional. Parabenizamos o CENDOC pelo Jubileu de Ouro e fazemos votos de pleno sucesso para o futuro da Organização.

Neide De Sordi

Diretora-Geral do Arquivo Nacional





MISSÃO DAS BIBLIOTECAS NACIONAIS

Luciana Grings

Bibliotecária, Doutora em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Coordenadora de Serviços Bibliográficos da Fundação Biblioteca Nacional.

Este artigo apresenta um recorte da tese “O Leigo e a Especialista: memórias da administração da Biblioteca Nacional nas décadas de 60 e 70”, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro em 2018. Uma das constatações do trabalho foi a de que a própria classe bibliotecária desconhece não só a Biblioteca Nacional do Brasil, mas as características das instituições denominadas “bibliotecas nacionais”, já que a formação dos profissionais bibliotecários tem-se dado em escolas que não abordam devidamente esse tema. A ex-diretora da Biblioteca Nacional do Brasil, Jannice Monte-Mór, chamou a atenção para o problema, pontuando a realidade dos cursos de biblioteconomia do Rio de Janeiro:

A transferência [do curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional para a Fefieg, atual Unirio, em 1969] provocou, possivelmente pelo distanciamento físico, igual e progressivo distanciamento conceitual de “BIBLIOTECA NACIONAL” para os estudantes de Biblioteconomia. Qual é o seu significado? Pergunta raramente respondida com acerto. Em decorrência, formam-se profissionais distanciados informativa e afetivamente do real valor deste patrimônio (MONTE-MÓR, 1987, p. 170. Grifo da autora).

A gênese da biblioteca nacional como instituição está na Antiguidade, nas grandes coleções de Pérgamo e Alexandria. Esta última, fundada para ser um centro de estudos e de preservação dos ensinamentos de Aristóteles, cresceu às custas dos saques às naus que aportavam na cidade. A ambição de Demétrio de Falera, o bibliotecário responsável, era construir uma biblioteca para o faraó Ptolomeu, uma coleção que fosse ao mesmo tempo repositório de saber e demonstração de poder. A própria coleção de Pérgamo foi incorporada à grande biblioteca egípcia: Marco Antônio deu os cerca de 200 mil volumes como presente de casamento à Cleópatra e, com isso, entregou grande parte da cultura grega à destruição que selou o destino de Alexandria.

As instituições que hoje conhecemos como bibliotecas nacionais tiveram suas origens no período medieval, quando as famílias reais europeias investiam na formação de grandes coleções. Já naquela

época, o colecionismo era marcado pelo desejo humano de patrimonialização como instrumento de prestígio. Uma coleção de livros é volumosa, demandando tempo para seu desenvolvimento, espaço para seu crescimento, dedicação, estudo e dinheiro. Simbolicamente, uma coleção carrega a imagem do poder e a memória de seu detentor. O maior exemplo é o da Biblioteca Nacional da França, cuja coleção começou a ser composta pelo rei Carlos V no século XIV e teve o acervo aberto ao público ainda no século XVII. Uma das principais funções dessas bibliotecas sempre foi a de preservação e difusão do patrimônio constituinte de seu acervo. Assim, a biblioteca se tornou não só um símbolo de poder intelectual e repositório de memória bibliográfica, mas também um espelho da identidade coletiva da nação a que pertence.

Apesar das bibliotecas nacionais serem instituições seculares, como já vimos, foi somente na segunda metade do século XX que elas entraram para o rol de tópicos constituídos em âmbito internacional. Dos marcos fundamentais na discussão do tema, destacam-se a realização do Colóquio de Viena de 1958 e a Conferência Geral da Unesco de 1970. O primeiro, movido pela constatação de que ainda não se sabia de fato o que era uma biblioteca nacional, foi estruturado de modo a tornar a questão da biblioteca nacional uma realidade prática, e não só uma abstração.

Organizado em seis grandes sessões, o Colóquio discutiu o papel da biblioteca nacional, suas atribuições e tarefas. Concluiu-se que eram tarefas das bibliotecas nacionais a coleta da literatura nacional, a edição da bibliografia nacional, a preservação e ampliação das coleções de livros estrangeiros, o estabelecimento de centros de informação bibliográfica, a disponibilização de autoridades para uso da comunidade e o desenvolvimento de serviços em diversas áreas, principalmente de difusão de informação e cooperação interinstitucional.

A partir das considerações do Colóquio, Burston propôs uma tipologia – excessivamente ampla, segundo avaliação de Fuentes Romero (2003) – para as bibliotecas nacionais. Entendendo que biblioteca nacional é aquela cuja comunidade é “toda uma nação, ou uma parte da nação amplamente estendida social ou geograficamente” (1973, p. 184), o autor

concluiu que se podiam categorizar as bibliotecas nacionais em:

- culturais: bibliotecas que oferecem seus serviços a uma determinada região coesa por identidades culturais e políticas;
- de dupla finalidade: aquelas que atuam como bibliotecas nacionais e, ao mesmo tempo, como acadêmicas, públicas ou parlamentares;
- temáticas: aquelas cujo acervo atende a necessidade de especialização das fontes de pesquisa e buscam ser exaustivas em sua área de conhecimento;
- de referência e empréstimo: aquelas em que o acervo permite que se faça circulação de documentos, sem prejuízo das atividades de preservação;
- para usuários com necessidades especiais: bibliotecas cujo acervo atende particularmente pessoas com necessidades especiais motoras ou de leitura, cujo exemplo mais comum é a de acervos em Braille.

Em 1963, o diretor da Biblioteca Nacional da Dinamarca, Ib Magnussen, revisou as ponderações da literatura da área e colocou que o conceito de biblioteca nacional estava ligado ao fato de a instituição ser depósito da produção intelectual de um país (enciclopédica ou tematicamente) e depender de um governo, ou de verbas públicas. Para ele, portanto, uma biblioteca universitária pode exercer a função de biblioteca nacional, desde que ela tenha uma coleção de literatura nacional, uma de literatura estrangeira, atue como museu do livro, disponibilize o acervo para acesso público, desenvolva serviços de informação e atividades bibliográficas, funcione como centro de treinamento profissional e participe da planificação bibliotecária nacional.

Ainda na década de 60, o bibliotecário inglês K. W. Humphreys publicou suas reflexões sobre as bibliotecas nacionais em dois artigos, nos quais agrupou todas as funções que considerou atinentes às instituições. Subdividiu estas funções em oito fundamentais (naturalmente, incluindo a função de depositário legal da produção editorial do país), três desejáveis e cinco opcionais. Atividades como empréstimo interbibliotecas e pesquisa em biblioteconomia são, para o autor, desejáveis, enquanto

intercâmbio, desenvolvimento de coleções especiais como braille e treinamento em biblioteconomia são apenas opcionais. Três décadas depois, Maurice Line (2000) fará uma crítica a esta tipologia, considerando que as bibliotecas nacionais são um produto do contexto pós-guerra, e que a inclusão de funções como as de elaboração de bibliografias e as de preservação/conservação são um reflexo claro de como o cenário biblioteconômico foi afetado pelas duas guerras mundiais.

Doze anos depois do Colóquio de Viena, em 1970, realizou-se a Conferência Geral da Unesco que teve como missão redigir uma recomendação para a padronização internacional das estatísticas em bibliotecas, a fim de auxiliar as autoridades responsáveis pelas instituições a reportar à Unesco a situação de suas bibliotecas. A Conferência redigiu uma relação específica de definições a serem consideradas, bem como uma classificação dos tipos de bibliotecas que deveriam constar nos relatórios dos países-membros. Neste documento está a definição de bibliotecas nacionais mais comumente referida até hoje:

Bibliotecas que, independentemente de seu título, são responsáveis pela aquisição e conservação de exemplares de todas as publicações importantes impressas no país e que funcionam como “biblioteca de depósito”, por força de lei ou outros dispositivos. Além disto, elas normalmente executam algumas das seguintes funções: elaborar uma bibliografia nacional; reunir e manter atualizada uma coleção ampla e representativa de obras estrangeiras que inclua livros relativos ao próprio país; atuar como centro nacional de informação bibliográfica; compilar catálogos coletivos; publicar a bibliografia nacional retrospectiva. Bibliotecas chamadas “nacionais”, mas cujas funções não correspondem às definições acima não deveriam ser colocadas na categoria de “bibliotecas nacionais” (UNESCO, 1970, p. 145. Tradução nossa).

Existe, portanto, um consenso histórico em torno da missão depositária e patrimonial que infunde a instituição “biblioteca nacional”. É como depositária que ela garante a posição de principal museu do livro e dos tesouros bibliográficos da nação. Sendo assim, não se faz tarefa desta o atendimento do público em geral, que deve ser atendido pelas bibliotecas públicas; à biblioteca nacional cabe o papel

de biblioteca “de última instância”, de atendimento aos pesquisadores cujas demandas são altamente especializadas e não são atendidas pelo sistema de bibliotecas regular.

Para compor esse acervo de tesouros a preservar, a maioria das bibliotecas nacionais é beneficiária do instituto do depósito legal, um dispositivo que prevê o depósito de exemplares da produção editorial do país em instituições específicas, geralmente a biblioteca nacional. Voluntário ou compulsório, o depósito legal garante o registro e a guarda da produção intelectual do país, que serve de subsídio para a elaboração da bibliografia nacional. É através do depósito legal que as coleções das bibliotecas nacionais se mantêm como coleções enciclopédicas, notadamente humanísticas, e frequentemente são os maiores acervos de seus países.

No Brasil, o depósito legal foi trazido por dom João VI: eram as “propinas”, que obrigavam a Imprensa Régia instalada no país a enviar exemplares de suas publicações para a Real Biblioteca, oficialmente transferida para o Brasil, em 1810. Com a independência do Brasil em 1822, a responsabilidade de recebimento do depósito coube à Biblioteca Imperial e Pública da Corte, e assim permaneceu até 1907, quando o Decreto 1.825 regulamentou o depósito legal no país e determinou que a Biblioteca Nacional fosse sua única beneficiária.

Depois de quinze anos de tramitação, nova legislação sobre o assunto foi aprovada: a Lei 10.994/2004 passou a exigir o depósito de pelo menos um exemplar de todas as publicações produzidas no país por qualquer meio ou processo, para distribuição gratuita ou venda. Além disso, também requeria o depósito de obras estrangeiras com indicação de editor ou vendedor domiciliado no Brasil. Apesar de a norma não ter sido regulamentada, foi complementada em 2010 pela promulgação da Lei 12.192, que regula especificamente o depósito de obras musicais.

Outra modalidade de aquisição de acervos muito importante é o intercâmbio bibliográfico, que permite às bibliotecas nacionais estabelecer programas de permuta com instituições congêneres para ampliar suas coleções. No Brasil, o intercâmbio está regulamentado desde 1931, através do Decreto 20.529; ele torna a Biblioteca Nacional a instituição

distribuidora das publicações oficiais brasileiras para aqueles países aderentes à Convenção de Bruxelas de 1886 (Brasil, Portugal, Espanha, Sérvia, Suíça, Estados Unidos, Bélgica e Itália), às principais bibliotecas públicas do país e outras instituições culturais de relevo. Apesar da convenção ser anterior ao período republicano, em 2003 o decreto foi revigorado e o Serviço de Intercâmbio continua sendo um grande meio de aquisição de obras para o acervo da Biblioteca Nacional, bem como um canal de distribuição de publicações oficiais e duplicatas do acervo para bibliotecas que dela necessitem. É também através do Intercâmbio que parcerias importantes como o CENDOC se solidificam e fortalecem os laços das redes de cooperação bibliotecárias.

Com essa amplitude de recursos que uma biblioteca nacional é capaz de captar e preservar, bem como pela natureza identitária de sua constituição dentro de uma nação, entendemos que uma coleção dessas constitui, estendendo o conceito de Mary Douglas (2007), um bem público. Para a autora, bem público é aquele que deve beneficiar a todos, ou pelo menos ser acessível a todos – algo que, sem dúvida, é um dos objetivos da manutenção dos acervos das Bibliotecas. Segundo ela, um bem pode ser entendido como público a partir das seguintes formulações: inicialmente, quando seu suprimento não é diminuído pelo consumo individual; depois, quando alguém não pode reivindicar reembolso pela produção do bem, já que é a coletividade que o produz; por fim, quando nenhum membro da comunidade pode ser excluído do usufruto do bem. Pensemos numa biblioteca: salvo em caso de furtos ou danos às peças, seu acervo não diminui pelo consumo individual (pela consulta ou empréstimo, nos casos de instituições que o realizam). O acervo de uma biblioteca é constituído coletivamente, de modo que ninguém pode reivindicar nenhum reembolso de nenhuma natureza à mesma. No caso específico das bibliotecas nacionais, como vimos, os acervos se constituem principalmente através do depósito legal – ou seja, da contribuição da coletividade de autores, publicadores e impressores. Por último, o acesso ao acervo da Biblioteca Nacional é, pela essência da própria instituição, franqueado a qualquer interessado, apesar de seu acervo se destinar preferencialmente à preservação e à pesquisa especializada.

Este acesso vem sendo facilitado mais e mais com o avanço das tecnologias de comunicação e informação, que permitem que ele ocorra até à distância. A digitalização dos acervos e sua disponibilização online estão permitindo não só que o alcance do atendimento se expanda indefinidamente, como que a preservação ocorra de modo mais efetivo. Na Biblioteca Nacional, a equipe da Biblioteca Nacional Digital trabalha digitalizando e organizando os acervos especiais, oferecendo grande quantidade de informações para pesquisadores no país e no exterior. Ao facilitar a consulta aos arquivos digitais de grande qualidade, a manipulação dos materiais originais diminui e, com isso, uma vez mais se cumpre a tarefa primordial das bibliotecas nacionais: divulgar, guardar e preservar os tesouros da nação para as futuras gerações.

REFERÊNCIAS

BURSTON, Godfrey. National libraries: an analysis. *International Library Review*, v. 5, n. 2, p. 183-194, abr. 1973.

DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: Edusp, 2007.

FUENTES ROMERO, Juan José. **Las bibliotecas nacionales: un estado de la cuestión**. Gijón: Trea, 2003.

LINE, Maurice. The modern national library: a post-war invention. *Alexandria*. London: Sage, v. 12, n. 1, p. 1-2, abr. 2000.

MONTE-MÓR, Jannice. Patrimônio Bibliográfico e a Problemática das Bibliotecas Nacionais. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 163-170, 1987.

Sede da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro





O PAPEL DO DOCUMENTO

Jussara Derenji

Graduada em Arquitetura e em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, possui especialização em Paisagismo pela Universidade de São Paulo e mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, possuindo obras publicadas nessa seara do conhecimento. É filiada ao Instituto Histórico e Geográfico de Portugal e Algarves (IHGPA) e atualmente preside a Mesa Diretora do Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO.

A forma de divulgar o pensamento e realizações humanas por manuscritos, textos impressos, imagens, fotos, desenhos, mapas, sofreu profundas modificações pela possibilidade da digitalização de imagens dos mesmos, com a reprodução de originais, arquivos e bibliotecas inteiras. As novas mídias facilitaram o acesso à distância a esses acervos que antes se mantinham em rigoroso afastamento do público interessado em pesquisá-los. Uma rede de intermediários: funcionários de bibliotecas, curadores de coleções, arquivistas, separava os pesquisadores de seu objeto de desejo, o texto original.

Para as novas gerações, ou para um desconhecido dos difíceis caminhos do trabalho de pesquisa, pode parecer inacreditável que o interessado tivesse, sempre, que se deslocar a um local físico, uma biblioteca ou arquivo, muitas vezes situado em outro continente, que possuía a “fonte”, única ou rara, indispensável para seu trabalho.

A noção de fonte requer um adjetivo: confiável. Ou seja, na frente do documento escrito, mapa,

desenho, fotografia (considerando apenas os meios usados nos séculos mais próximos de nós), o pesquisador testava visualmente sua integridade, conservação e confiabilidade fosse ele papel, ou outros suportes que modernamente passaram a incluir fitas magnéticas, depois CD, DVD e *pen drives*, antes de chegar à inefável “nuvem”.

Criada a Internet em 1992, o documento original passou a ser divulgado de outras formas, de uma maneira acessível e ampla, mas, em razão da rapidez das mudanças, surgiram inúmeros outros questionamentos. Por milênios a principal forma de transmitir informações, comunicar sentimentos, relacionar riquezas e dívidas dependia basicamente da escrita em uma base permanente: barro, pedra, pergaminho e, a mais comum até pouco tempo atrás, papel.

Em apenas algumas décadas, isso começa a mudar em incrível rapidez. Quem pode ler hoje um disquete, remanescente de uma pesquisa de 20 anos atrás? Ou ouvir uma música gravada da forma em que isso acontecia no mesmo período?

Em contrapartida os documentos originais, em bases tradicionais, como o papel, permanecem legíveis, inteligíveis e sujeitos a novas interpretações e estudos. Exigem cuidado e preservação, proteção para fatores climáticos ou catástrofes naturais, mas têm



MEIRELES, Vitor. Estudo para o “Combate Naval do Riachuelo” [Batalha Naval do Riachuelo]. Soldado paraguaio. [c. 1868-1872], 1 desenho, giz de cera, grafite e giz sobre papel, 23,1 x 38,5 cm.

MEIRELES, Vitor. Estudo para “Combate do Naval do Riachuelo”, [1868], figura masculina, 1 desenho, grafite e giz sobre papel, 21,1 x 24,7 cm. 7684.



uma função não só importante como também imprescindível na divulgação das mais diversas informações.

Reconhecendo esta importância primordial do documento, no mesmo ano de 1992, no qual surgiu a Internet, a UNESCO criou um Programa de proteção a documentos que fossem considerados como de importância para toda a humanidade, ou seja: documentos isolados, coleções, acervos e fundos que pudessem ser representativos de momentos importantes, decisivos ou únicos, conformando uma herança mundial. O registro na lista da UNESCO desses documentos deveria assegurar que fossem preservados e difundidos com o mais amplo acesso permitindo o seu conhecimento atual e a manutenção de sua integridade para gerações futuras. O Programa denomina-se MoW, *Memory of the World*. O MoW, desde então, reconhece acervos documentais de significância internacional e lhes confere uma nomeação visando a manter seu registro, garantir sua preservação e difusão. O Programa nasceu em resposta aos crescentes riscos do patrimônio documental em várias partes do mundo, causados por desastres naturais, conflitos, especialmente os de cunho religioso, frágil conservação ou dificuldades de acesso.

Somente em 2004, surge no Brasil um Comitê Nacional, denominado de MoW Brasil e ligado ao Ministério da Cultura, composto de 18 membros e do representante do Brasil no MoWLAC, o Comitê criado para a América Latina e Caribe. O Comitê brasileiro encarrega-se, desde 2007, de propor anualmente um edital de convocação das instituições interessadas em obter o registro no Programa Nacional, mantendo também relações com o MoWLAC e com o Comitê Internacional.

São representados no MoW Brasil diversas instituições e segmentos culturais, sendo a indicação dos membros orientada pela escolha de especialistas nas áreas de atuação mais significativas do Comitê. Compõem o MoW Brasil representantes do Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Ministério das Relações Exteriores, Conselho Nacional de Arquivos, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto Brasileiro de Museus, e também dos segmentos: Arquivos audiovisuais, militares, eclesiásticos, municipais e estaduais, privados e de instituições de ensino. O trabalho dos membros é voluntário e o mandato de dois anos.

O resultado desses 12 anos de atuação do Comitê Nacional é um conjunto diversificado de 111



Esboço de assentamentos e capelas nas rodovias para Cordilheiras; estrada que supõe López usou quando forçado a abandonar Ascura. [1870] Desenho com anotações manuscritas, 48,3 x 59,5 cm.

documentos nominados. Uma tentativa de ordenar esses documentos foi feita por ocasião de uma mostra sob a responsabilidade do Arquivo Nacional e teve uma proposta de organização que os dividiu em:

- Expansão Marítima portuguesa, administração colonial e movimentos de afirmação de autonomia.
- Escravidão, movimento abolicionista e imigração. Povos indígenas e políticas Indigenistas.
- Guerras, contestações, rebeliões, movimentos sociais e religiosos.
- Censura e repressão às lutas políticas no Brasil e na América do Sul.
- Artistas e intelectuais.
- História da Ciência. Cartografia.
- Evolução urbana, arquitetura e urbanismo.

Mais do que salientar os acervos com um registro nacional, as nomeações têm servido para chamar a atenção na diversidade dos acervos nacionais, como se pode constatar pelas classificações acima, e despertar a consciência de gestores para o valor e necessidade de sua preservação.

A grande maioria dos documentos e acervos nominados se concentra, ainda, na região Sudeste, mas o Comitê está alcançando os extremos do território

nacional, seja pela admissão de membros de estados do norte, sul e nordeste, como pela oferta de oficinas nas cinco regiões brasileiras o que tem aumentado o interesse e a qualidade das participações destas regiões.

O Programa é então apresentado a um público alvo constituído prioritariamente de técnicos de instituições de documentação e custódia de acervos. Trabalha-se nessas oficinas em pontos-chave do programa como:

- Identificação do patrimônio documental;
- Conscientização;
- Preservação;
- Acesso; e
- Estruturas.

Essas metas têm sido perseguidas para que se possa, essencialmente, aumentar a consciência sobre a existência e significado do patrimônio documental, facilitar a sua preservação e apoiar o acesso à informação que os documentos contêm.

Nos últimos anos, os documentos nominados têm diversificado suas regiões de origem, as instituições custodiadoras têm sido representadas por órgãos públicos e privados, abrangendo de pequenas irmandades religiosas a grandes arquivos públicos. Descobrem-se, com essa ampliação de interesses, arquivos e acervos desconhecidos ou pouco

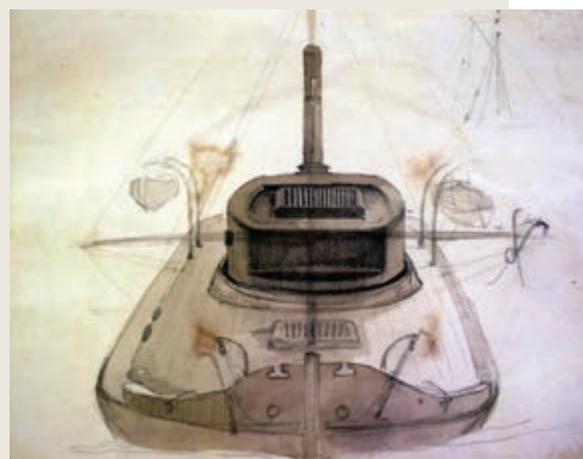
visualizados, começando-se a tecer novas tramas da história recente e remota de nosso país.

Revela-se, assim, o papel do documento na conformação de novas, e necessárias, leituras da memória. Disponibilizados para os seus interessados, os documentos originais, preservados e difundidos, tornam viva a possibilidade de nos revermos e reconhecermos em novas tessituras.

Os representantes de arquivos militares têm estado presentes desde a criação do Mow Brasil, alternando a presença de membros das três armas: Marinha, Exército e Aeronáutica. Atualmente, o Centro de Documentação da Aeronáutica tem como membro do Mow Brasil uma Oficial representante do segmento militar.

Os arquivos militares brasileiros têm alcançado nomação de projetos oriundos dos seus valiosos documentos, certificados nacionalmente, um nominado pelo Comitê MoWLAC, o mesmo que foi nominado pelo Comitê Internacional: A Guerra da Tríplice Aliança: Representações Iconográficas e Cartográficas. Este conjunto de documentos reuniu várias instituições brasileiras e uma do Uruguai representando importante passo para releitura de um dos acontecimentos mais importantes na definição da atual delimitação dos Estados nacionais, no extremo sul da América Latina.

DE MARTINO, Eduardo, Passagem de Humaitá pela Esquadra Brasileira. 1868, aquarela e caneta e tinta sobre papel, 22,20 x 30,20cm BRRJDPHDM ED DE GP (3238).



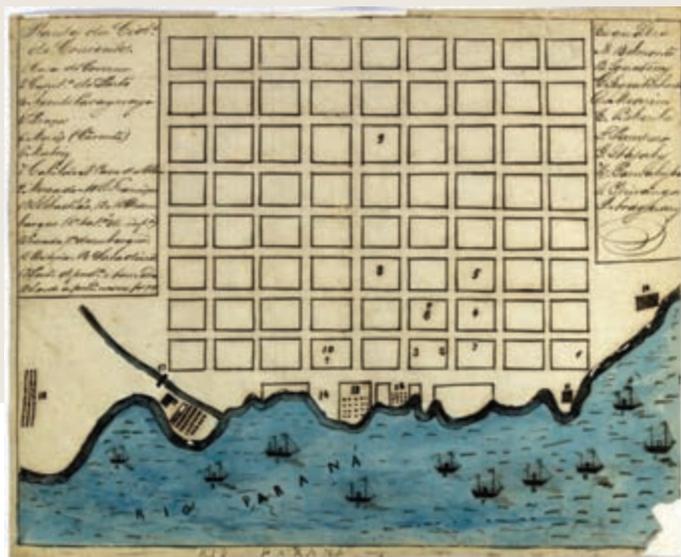
DE MARTINO, Eduardo. Monitor Alagoas. C.1866, 22,40x30,50cm, aquarela e grafite sobre papel, BRRJDPHDM ED DE GP (3192).



Plano topográfico de Angostura, linha Pikysyri e Lomba [Lomas] Valentina [Valentinas]. [c. 1869], 1 mapa MS, Nanquin, escala [c.1: 100], 91,6 x 122,3 cm. ARC, 001, 0, 020; Reg. 521,093 AA 1978.

PIMENTEL, A. do. Esboço das estradas de Iगतemy a Panadero, Ponta-Porã, Dourados e Miranda, Conceição, Belém-Cuê, Horqueta e Paquaty, incluindo os terrenos adjacentes. 1870. 1 mapa ms. Desenho, nanquim; 61 x 54 cm. Em fl. 51 x 45 cm. ARC.008,02,030, Reg. 164,606 AA1953.

MAWEROFF, L. Gastão de Orleans, Earl D'Eu e militares dentro de um oval na Vila do Rosário. Fotografia italiana - Assunção. Albúmen, 20,6 x 26,1 cm.



Plano da cidade de Corrientes. Local: S / L 1 item: cor 21,6 x 26,5 cm BR RJHGB 77 ACP Visconde do Uruguai IL 65,61.

Plano do giro do Riachuelo, com a posição do esquadrão brasileiro e do esquadrão paraguaio protegido por uma bateria de terra. Local: S / L 1 item: cor 22,8 x 37,6 BR RJHGB 77 ACP Visconde do Uruguai IL 69,37.





O BRILHO DO CENDOC NA GESTÃO DOCUMENTAL À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Cap R1 Sérgio Luís Tavares

Adjunto à Divisão de Documentação do
Centro de Documentação da Aeronáutica.
Mestrando em Direito (Universidade Estácio de Sá).

Enfatizar o brilho de uma peça de uma engrenagem não ofusca a relevância de todo o artefato, muito menos de seus demais componentes. Semelhantemente, destacar a importância do Centro de Documentação da Aeronáutica não tem por escopo travar comparações com outras Organizações da nossa Força Aérea, mas tão somente lançar merecidas luzes a um “senhor” que, com seus 50 anos de existência, ficou afamado como o guardião dos documentos arquivísticos aeronáuticos.

Fração considerável dessa mencionada importância do CENDOC é revelada pela sua própria vocação institucional, à luz do que preconiza o ordenamento jurídico brasileiro, cuja raiz mais profunda é o texto da Constituição de 1988¹. Nesta está insculpido, no seu artigo 216, que o patrimônio cultural brasileiro, composto por bens materiais e imateriais, é referencial à memória da sociedade brasileira.

Aponta ainda que a gestão da documentação governamental é tarefa da Administração Pública, múnus esse que, no âmbito do Comando da Aeronáutica, é confiado ao CENDOC, berço dos bibliotecários e arquivistas, profissões legalmente regulamentadas em nosso país, desde o segundo quadrante do século passado, mas que também serve de fértil cenário interdisciplinar para historiadores, museólogos, educadores, cientistas políticos, aeronautas e pesquisadores em geral.

A imprescindível Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados, disciplinada pela Lei federal nº 8.159, de 1991², encontra no CENDOC porto seguro para a sua eficiente implementação, no que concerne não só à documentação do Comando da Aeronáutica, como também à preservação e organização de importantes acervos outros, a partir de parcerias celebradas com outras instituições afins, tais como o Arquivo Nacional, museus e demais organizações civis e militares engajadas nesse mister.

Respeitoso ao passado, eficiente no presente, mas também atento ao futuro, o CENDOC implementa e desenvolve parcerias de apoio ao ensino de crianças e adolescentes, ao acolher menores partícipes de projetos sociais capitaneados pelo

Comando da Aeronáutica, na área do Campo dos Afonsos, o que materializa o acesso à educação, direito social expresso no artigo 6º da Constituição republicana de 1988.

Ávido por acrescentar valores ao seu existir, o CENDOC investe esforços em prol da cultura nacional, à medida que contribui de forma significativa para a realização de eventos como exposições e palestras, inclusive em coadjuvação com demais organismos, a exemplo de museus, centros culturais, arquivos e bibliotecas, marcando inestimável colaboração ao Sistema Nacional de Cultura, previsto no artigo 216-A de nossa Carta de outubro de 1988.

Todavia, esse “senhor” com apenas um jubileu dourado contado não para por aí. Contribui, com suas atividades, com a Política Nacional do Meio Ambiente, estabelecida a partir do artigo 225, da Constituição Federal, especialmente ao viabilizar que a Lei de Crimes Ambientais³ (Lei federal nº 9.605, de 1998) seja respeitada, a partir de uma gestão documental correta e controlada.

Inequívoca, portanto, a missão do CENDOC quanto à perpetuação da memória da Aeronáutica Brasileira, instituição nacional e permanente, assim reconhecida pelo artigo 142, da Lei Maior do Brasil. Avançar ao futuro, tendo paz e desenvolvimento no presente, relaciona-se inexoravelmente com o zelo reverencial ao passado.

Para tanto, é inestimável a contribuição da tecnologia da informação, que tende a proporcionar maior rapidez e confiabilidade no registro, controle e acesso das informações, documentos e procedimentos relativos à Arquivologia e à Biblioteconomia da Força Aérea. Exemplificam tal avanço tecnológico a implantação, desenvolvimento e operacionalidade de sistemas como o SIGADAER (Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos da Aeronáutica), a REDE BIA (Rede de Bibliotecas Integradas da Aeronáutica), o SISLAER (Sistema de Legislação de Publicação da Aeronáutica), o SISPUBLIC (Sistema de Publicações do COMAER), o SISCOP (Sistema de Controle de Processos), o SISBCA (Sistema de Boletins do COMAER) e o SIRAC

1. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm

2. BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm

3. BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm

(Sistema de Rastreamento de Correspondências do COMAER).

Ademais, fiel ao cumprimento das regras e dos princípios constitucionais e legais que norteiam o funcionamento da Administração Pública brasileira, o CENDOC é bastião do Estado Democrático de Direito, ao instrumentalizar o cumprimento do Art 37, § 3º, inciso II, da Carta Magna, que preconiza garantir o acesso do cidadão às informações sobre atos de governo, consoante as exceções pertinentes, tarefa tal normatizada pela pronunciada Lei de Acesso à Informação (Lei federal nº 12.527, de 2011, conhecida como LAI)⁴, bússola de navegação para as rotinas cendoquianas.

A democracia brasileira se consolida com o efetivo cumprimento de suas normas constitucionais e com o fortalecimento das instituições democráticas. Para tanto, a participação da sociedade na rotina do Estado e da Administração Pública é vetor preponderante. Uma das facetas dessa interação social é o controle das atividades administrativas consoante os princípios e regras constitucionais e legais que estabelecem deveres e direitos dos cidadãos em geral nessa sinergia com o poder público.

De fato, os usuários dos serviços públicos são legitimados a obterem as informações sobre os atos de governo, naturalmente considerando as exceções razoavelmente estipuladas, conforme a própria Constituição republicana de 1988 dispõe e segundo a disciplina legal da Lei de Acesso à Informação e suas correspondentes regulamentações subsequentes.

A LAI é uma das bases normativas das tarefas regimentais do CENDOC, cuja missão de gestão documental requer a exata observância das normas e princípios arquivísticos, tais como a Teoria das Três Idades, pela qual o documento passará da fase corrente à intermediária e, por fim, à etapa de permanência, quando possuir valor histórico e probatório.

Nessa esteira, tem-se que o acesso à informação é a regra, salvo a existência de restrições que sejam toleradas nos termos da LAI e demais normas derivadas, criando-se, assim, um ambiente

de transparência, onde a cultura do acesso passa a predominar sobre a do sigilo.

O CENDOC, nesse engajamento missional, normatiza e gerencia, no âmbito do Comando da Aeronáutica, as atividades de transferência documental aos arquivos intermediários. Além disso, funciona como arquivo permanente de toda a documentação que não tenha restrição de acesso, isto é, as que não são classificadas como ultrassecretas, secretas ou reservadas. Além disso, o CENDOC, na pessoa de seu Diretor, secretaria a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Comando da Aeronáutica⁵ (CPADAER) no encargo de orientar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no âmbito do COMAER, com o fito de que seja promovida a posterior eliminação de documentos, nos estritos contornos legais.

O zelo na gestão documental, à luz dos preceitos da LAI, demanda também do CENDOC os cuidados necessários quanto às informações pessoais, cujo acesso é restrito, independentemente de classificação de sigilo, pelo prazo máximo de 100 anos a contar de sua data de produção. Ser o guardião da documentação como arquivo permanente do Comando da Aeronáutica e permitir o acesso das respectivas informações aos interessados, em respeito à Lei de Acesso à Informação, por si só, já demonstram o quilate da grandeza do CENDOC no contexto da Aeronáutica e do nosso país.

Nunca é demais enfatizar que a LAI é fundada em princípios fundamentais como a Publicidade Máxima, Transparência Ativa, Abertura de Dados e Facilidade de Acesso. A mencionada Lei ainda estabelece procedimentos e ações que vão compor o postulado da Transparência Passiva, que se delinea pela conduta que a Administração Pública deve assumir ao ser provocada pela sociedade a prestar informações. A LAI também adverte quanto às responsabilidades que os agentes públicos passam a ter, caso pratiquem ilícitos decorrentes da negação do acesso

4. BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm.

5. Cada órgão e entidade da Administração Pública deverá constituir Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) com o propósito de avaliar, selecionar e eliminar documentos, na forma e nos casos permitidos em lei. No caso do Comando da Aeronáutica, a CPAD é denominada Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Comando da Aeronáutica (CPADAER). A esse respeito, ver Resolução 40, de 9 dez. 2014, do Conselho Nacional de Arquivos. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/resolucoes-do-conarq/282-resolucao-n-40-de-9-de-dezembro-de-2014.html>.

à informação à sociedade, nos casos em que isso seja um direito do cidadão.

O fato é que a LAI preencheu enorme lacuna que havia no ordenamento constitucional e, a partir disso, vem fortalecendo o controle social sobre as ações estatais, especialmente da Administração Pública, por força, inclusive, de convenções internacionais às quais o Brasil se obrigou a cumprir.

O CENDOC, portanto, é uma engrenagem vital da gestão documental no Comando da Aeronáutica e que tem, como ferramenta essencial, a Lei de Acesso à Informação, cuja existência e aplicação fortalecem o

regime democrático, a credibilidade das instituições públicas e o constitucionalismo brasileiro.

Assim, o brilho do Centro de Documentação da Aeronáutica é lustrado pelo próprio ordenamento jurídico pátrio que, desde sua forte raiz constitucional até as mais delicadas pontas dessa árvore normativa, anuncia a importância do CENDOC no contexto do Comando da Aeronáutica e da sociedade brasileira como um todo, história que gera orgulho, arrepio e um doce olhar no horizonte, onde se pode ler com satisfação:

“DOCUMENTAR PARA PERPETUAR”



Obra: “Pavilhão Capitão Van Ness”
Autor: Coronel Intendente Marcus Cunha da Gama
Técnica: óleo/tela
Dimensões: 57 x 77 cm.



BIBLIOTECAS INTEGRADAS DA AERONÁUTICA: ALÇANDO VOO PARA A DISSEMINAÇÃO INFORMACIONAL

Thiago Roberto dos Santos Mercedes

Tenente bibliotecário, do Quadro de Convocados (QOCON), formado em 2008, como Bacharel na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, com MBA Executivo em Gestão Estratégica de Marketing, Planejamento e Inteligência Competitiva pela WPOS.

Ações colaborativas sempre estiveram no cotidiano das bibliotecas. Realizadas na informalidade entre algumas, geralmente pela proximidade, com ênfase nos serviços de empréstimo entre bibliotecas e fornecimento de documentos. Mas a partir de 1950, com o desenvolvimento das tecnologias da informação, surgiram oportunidades para a automação de acervos de bibliotecas, criação de bases de dados e outros serviços derivados.

A Internet, na década de 90, também possibilitou o avanço por meio de uma linguagem digital comum e a informação passou a ser gerada, armazenada, recuperada, processada e transmitida instantaneamente, transformando o ambiente de prestação de serviços de informação. Assim, as atividades de cooperação criaram novas formas, elevando a formalização para o cumprimento de objetivos mais amplos, visando a ampliar o compartilhamento de recursos, para evitar duplicidades de esforços e acervos.

Em decorrência desses fatos, os serviços e o acesso à informação nas bibliotecas evoluíram em alcance e forma, passando, de um espaço delimitado por paredes e usuários restritos, para um novo ambiente em escala mundial, no qual os usuários têm acesso a uma multiplicidade de recursos independente de sua localização física (MARCONDES *et al.*, 2006).

Assim surge a rede de bibliotecas, tendo sua conceituação mais citada através da *US National Commission on Libraries and Information Science*:

Duas ou mais bibliotecas e/ou outras organizações aderem a um padrão comum de troca de informações, por intermédio de ferramentas de comunicação, com algum propósito funcional. Uma rede normalmente consiste de um arranjo formal, no qual, materiais, informações e serviços, fornecidos por uma variedade de tipos de bibliotecas e/ou organizações são colocados à disposição de todos os usuários potenciais. (ALA, 1983, p. 82).

CENÁRIO RETROSPECTIVO

A realidade das Bibliotecas no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER) contemplava um cenário em que as mesmas trabalhavam de forma isolada, isto é, sem o conhecimento real do acervo e

serviços já prestados por outras bibliotecas da FAB. Essa infraestrutura de trabalho não possibilitava a integração das Bibliotecas, uma vez que os seguintes problemas foram identificados:

- elevação de custos na disponibilização e recuperação da informação;
- maior tempo despendido para a busca da informação;
- consulta descentralizada ao acervo das Bibliotecas do COMAER;
- falta de uniformização para classificação, catalogação e indexação;
- comunicação ineficaz entre as Bibliotecas;
- descentralização sem coordenação e controle da situação das Bibliotecas do COMAER pelo CENDOC;
- ausência de trabalhos cooperativos entre Bibliotecas;
- falta de padrões de intercâmbio automático da informação (MARC21) e protocolos de recuperação da informação (Z39.50 cliente e servidor);
- quantidade insuficiente de profissionais bibliotecários atuando nas Bibliotecas do COMAER;
- existência de bibliotecários fora de função;
- bancos de dados não disponibilizados para consulta via INTRAER e/ou Internet;
- ausência de padronização das atividades técnicas;
- inexistência de uma norma que regulamente o funcionamento e a organização de Bibliotecas; e
- ausência de uma interface única de pesquisa aos bancos de dados.

Observou-se, portanto, a iminente necessidade de criação de uma Rede que daria a agilidade operacional para gerenciar os processos de tratamento, disseminação, recuperação e disponibilização da informação das diversas Bibliotecas do COMAER. Isto proporcionou a integração da Rede de Bibliotecas Integradas da Aeronáutica (Rede BIA) à Rede de Bibliotecas do Ministério da Defesa – REBIMD.

HISTÓRICO E METODOLOGIA

Entendendo a necessidade e importância da disseminação informacional, foi solicitada pelo Ministério da Defesa às Forças Armadas, através da

Portaria SEORI/MD nº106, de 7 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, nº 106 de 7 de junho de 2010, a criação de redes de bibliotecas. Por isso, em 22 de setembro de 2011, o Comando Geral do Pessoal – COMGEP – instituiu, através da Portaria nº 548/5EM, um Grupo de Trabalho (GT) para criação da Rede BIA (Rede de Bibliotecas Integradas da Aeronáutica).

O Centro de Documentação da Aeronáutica, pela sua missão e atividade fim, foi indicado pelo COMGEP para ser o órgão central do Sistema de Documentação da Aeronáutica – SISDOC, e por isso Coordenador da referida rede.

Iniciados os estudos para a realização da Rede BIA, sua concretização alteraria por completo a forma como documentos e materiais bibliográficos seriam geridos no Comando da Aeronáutica – COMAER. Para isso o estabelecimento da cooperação entre bibliotecas requereu alguns requisitos, conforme Merlo Vega (1999, p. 1) apresentou:

- a) **administradores:** pessoas responsáveis que participem das atividades cooperativas, já que as bibliotecas compartilham as informações e serviços;
- b) **convênios:** documentos que formalizem a colaboração;
- c) **normas estabelecidas:** que devem ser definidas de comum acordo e deverão ser seguidas pelas instituições participantes, pois qualquer tarefa realizada requer que se tenha uma normativa para servir de referência ao desenvolvimento do trabalho. Essas normas servem para gerar a compatibilidade dos dados, para a leitura nos programas, e são imprescindíveis para a melhoria na qualidade dos serviços prestados;
- d) **estrutura organizacional:** que deverá mostrar a representação de todas as bibliotecas na rede;
- e) **infraestrutura e métodos técnicos:** deverão possuir infraestrutura e métodos técnicos que dão suporte aos mesmos pois as redes cooperativas têm objetivos comuns que se consolidarão em instruções globais e projetos concretos.

Para a Rede BIA possuir hoje todos esses requisitos, foram realizadas 14 reuniões com o Grupo de Trabalho (GT), constituído por 31 profissionais entre bibliotecários e analistas de informação, que

elencaram necessidades e ajustes para que a rede estivesse baseada nas exigências teóricas de expoentes da área, assim como na utilidade, adequando-a para responder aos óbices de divulgação e acesso das informações na Força Aérea.

Além dos predicados necessários para gerir a rede, seria necessário identificar quantas bibliotecas existiam em todo COMAER. Com o intuito de dirimir esse questionamento, foi enviado um questionário em 2011 para todas as Organizações militares, com diversos questionamentos, como:

- a) Quantos microcomputadores existem disponíveis na biblioteca?;
- b) Quantos usuários estão cadastrados na biblioteca?;
- c) A biblioteca possui acervo fechado?;
- d) A biblioteca utiliza o Serviço de Comutação Bibliográfica?;
- e) Formas de aquisição dos materiais?;
- f) Como é feita a pesquisa do usuário?

Neste primeiro questionário, foram recebidas 36 respostas possibilitando o início de uma reestruturação necessária devido a custos e todo um levantamento de hardware e software a serem adquiridos. O valor levantado com os analistas para o bom andamento da rede foi de R\$978 mil, o que inviabilizou o início imediato do projeto. Diante disso o Departamento de Ciência e Tecnologia – DCTA, possuidor de software compatível, iniciou a Rede DCTA com 11 bibliotecas, detentora de 60% do acervo de toda a Aeronáutica. Sendo essa uma rede robusta, a Rede BIA já foi colocada com compartilhamento de acervo na REBIMD, juntando-se as redes do Exército (Rede BIE) e Marinha (Rede BIM)

A REBIMD foi inaugurada em 24 de novembro de 2011 e tem como objetivos: disponibilizar o catálogo do acervo das instituições participantes; desenvolver produtos e serviços que explorem e maximizem a utilização de recursos compartilhados; colaborar com o desenvolvimento tecnológico e científico; capacitar o profissional na área de Defesa Nacional; contribuir para o controle bibliográfico nacional; disponibilizar o acesso à informação entre as instituições participantes; e contribuir para a formação da mentalidade de defesa na sociedade brasileira (BRASIL, 2013).

Para dar início à implantação da Rede BIA em todas as Bibliotecas do COMAER, visando a sua futura integração à REBIMD, conforme preconizado, o CENDOC editou um Relatório de Viabilidade Técnica, no qual se propõe a definir o projeto e logística necessária para a sua efetivação.



ESCOLHA DO SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE BIBLIOTECAS

O Sistema Gerencial de Bibliotecas tem por objetivo o controle e organização de todo o acervo de uma biblioteca. Tal organização envolve a entrada e a saída de documentos, bem como a emissão de relatórios de gerência e controle, visando a facilitar a administração da instituição, tornando-a mais ágil e eficaz, trazendo diversos benefícios para a organização, disseminação informacional e oferecendo celeridade na tomada de decisão.

Segundo Maia, a tecnologia vem para facilitar a informação e a recuperação, em unidades de informação. Quando se fala em Tecnologia da Informação (TI), entende-se que cada vez mais o uso de hardware, software, tecnologias de armazenamento e comunicação conectados em rede são importantes nas organizações para agregar valor aos bens e serviços, coletando, processando, armazenando e disseminando dados e informações, independentemente de unidades, departamentos ou setores onde estão sendo incorporados (MAIA, 2012, p.13).

Com o intuito de operacionalizar um Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas no COMAER, o Centro de Documentação da Aeronáutica (CENDOC) buscou, no mercado, soluções informatizadas para suprir as

Bibliotecas que não o possuem e padronizar as que já utilizam algum sistema.

O resultado da aplicação do diagnóstico de bibliotecas da Aeronáutica apontou o uso de dois softwares que demonstram atender às necessidades de organização da informação: Sistema Pergamum e Sistema JophiA. Neste sentido, os dois softwares mencionados foram analisados. O sistema Pergamum foi desenvolvido pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-Paraná) e, no COMAER, é utilizado pela Biblioteca da Universidade da Força Aérea (UNIFA). E o Sophia foi desenvolvido pela empresa Prima Informática, localizada em São José dos Campos, e é utilizado nas onze Bibliotecas que compõem a Rede do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeronáutica (DCTA).

No diagnóstico, o Grupo de Trabalho para implantação da Rede BIA (GT Rede BIA) considerou também o uso de softwares livres atualmente disponíveis no mercado. Entretanto, constatou-se que tais softwares possuem restrições no oferecimento das funcionalidades dos recursos elencados como essenciais para a criação e desenvolvimento da rede integrada, definida como vital para os serviços decorrentes, tais como: cooperação (empréstimo, catalogação, indexação, dentre outros), manutenção, atualização e capacitação de recursos humanos.

Assim, após análise de entrevista e questionários enviados aos fornecedores, observou-se que os sistemas possuíam diversas funcionalidades adequadas às necessidades da rede, porém, pela inserção de mais da metade do acervo bibliográfico da Aeronáutica sendo gerenciado pelo Sophia, foi decidido que esse seria o sistema oficial.

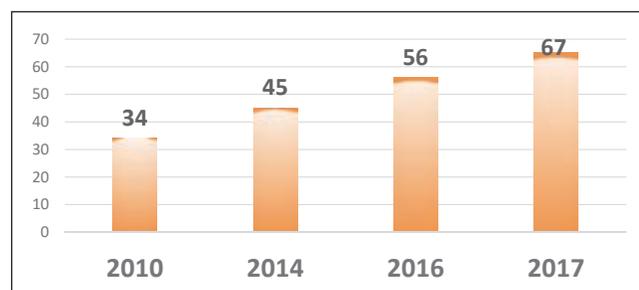
IMPLEMENTAÇÃO DA REDE

Após três anos, em 2014, reiniciando o projeto, foi realizado um novo questionário enviado a todas as Organizações militares e, dessa vez, obtiveram-se 45 respostas (onze a mais do que em 2011), uma diferença significativa diante do retorno anterior. Foi utilizado o mesmo questionário e dele tivemos algumas informações, duas delas muito importantes para o desenvolvimento da Rede, conforme apresentado abaixo:



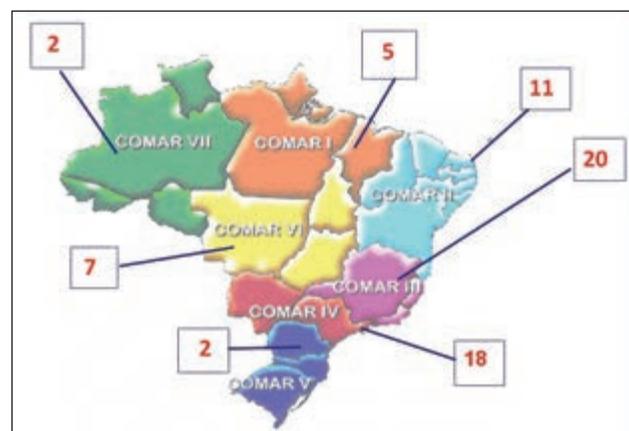
Diante dessas respostas, foram tomadas providências para abertura de um novo concurso do quadro complementar, que inseriu cerca de 30 profissionais especializados para o real ajuste dessa deficiência.

Observado o aumento de respostas, mudamos a estratégia, e, ao invés de enviar questionários, iniciamos, em 2016, as Visitas de Assessoramento Técnico – VAT, onde foi possível atestar um aumento significativo de acervos pelas Organizações Militares – OM, conforme segue no gráfico abaixo.



Após esses dois anos de VAT, foi possível esquematizar um novo mapa de bibliotecas do Comando da Aeronáutica, permitindo uma visualização macro de quantidades de biblioteca por região, o que

permite tomadas de decisão efetivas quanto ao empréstimo entre bibliotecas que é realizado por meio do SEGECAE – Serviço Geral de Correspondência e Arquivo da Aeronáutica.



CONCLUSÃO

Hoje a Rede de Bibliotecas integradas da Aeronáutica conta com 27 bibliotecas que perfazem 75% do acervo total do COMAER, disponibilizando 2.289.123 materiais entre livros, teses, artigos, periódicos e dvd's.

Através de documentos internos, as Bibliotecas do COMAER só serão criadas caso haja devida comunicação ao CENDOC, órgão central do Sistema de documentação da Aeronáutica.

Através dessa comunicação, surgem outros projetos colaborativos como o SISLAER, por necessidade da busca de publicações e legislações em apenas uma plataforma, visto que as informações estavam pulverizadas em diversos bancos de dados. Assim, surge esse Sistema de legislações e Publicações da Aeronáutica para ampliar e dar celeridade às pesquisas.

O cumprimento da missão das Forças Armadas exige atuação articulada e pressupõe a cooperação entre as suas Organizações, nas quais as Bibliotecas Militares estão inseridas.

Neste cenário, estas instituições são imprescindíveis, na medida em que passam a ser responsáveis por tornar acessível a informação necessária para o processo de tomada de decisão. Parte daí a importância de se ter bibliotecas organizadas e com serviços padronizados, que possam oferecer o que lhes é demandado, com eficácia e eficiência.

SISLAER

A proposta do Sistema de Legislação e Publicação da Aeronáutica (SISLAER) é integrar todos os ambientes de pesquisa (LEGIS, SISPUBLIC, BLAER, entre outros) de legislações e publicações do COMAER em uma única plataforma, criando um ambiente colaborativo e atualizado, promovendo o alinhamento de objetivos, aumentando o engajamento e a motivação dos usuários, como também o foco na solução.

www.sislaer.intraer

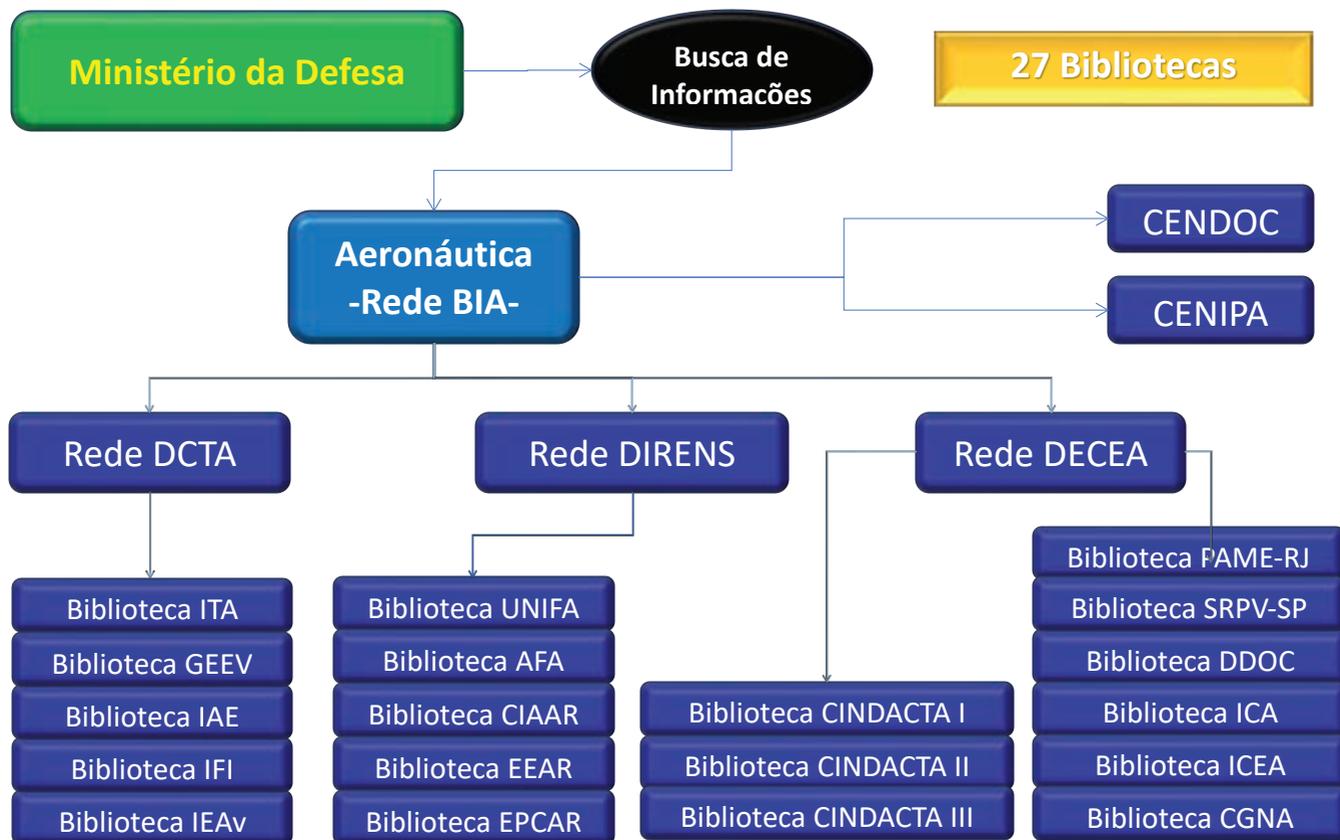
www.sislaer.fab.mil.br



Conteúdo em pdf

Informações detalhadas sobre a legislação ou publicação.





REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Glossary of Library and Information Science**. Chicago: ALA, 1983.

BRASIL. Rede de Bibliotecas do Ministério da Defesa. Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/site.20121204/index.php/biblioteca/historico-rebimd.html>. Acesso em: 14 fev. 2019.

MAIA, Osvaldina Maria Lucena. **A contribuição do sistema Pergamum para tomada de decisão na política de desenvolvimento do acervo do sistema de bibliotecas da UFC**. 2012. 109 f. TCC (Graduação) - Curso de Políticas Públicas e Gestão da Educação

Superior, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/5291/1/2012_omlmaia.pdf. Acesso em: 14 fev. 2019

MARCONDES, C.H. *et al.* Serviços via web em bibliotecas universitárias brasileiras. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v.11, n.2, p.174-186, maio/ago. 2006.

MERLO VEGA, J. A. La cooperación en las bibliotecas universitarias: fundamentos y redes cooperativas. **Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios**. Salamanca, n. 54, p.33-57, mar. 1999. Disponível em: <http://exlibris.usal.es/merlo/escritos/pdf/aab54.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2019.



ARQUIVO PERMANENTE DO COMANDO DA AERONÁUTICA

Renata Ferreira da Silva

Tenente do Quadro de Oficiais Convocados, na Especialidade Arquivologia. Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Especializada em Gestão de Projetos pela Universidade Cândido Mendes.

Luciana Jacomo da Silva

Tenente do Quadro de Oficiais Convocados, na Especialidade Arquivologia. Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Elaine Piovesan de Almeida Bezerra

Tenente do Quadro de Oficiais Convocados, na Especialidade Arquivologia. Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Especializada em Gestão Estratégica da Informação, pela Universidade Cândido Mendes.

“O CENDOC é uma Instituição que possui um acervo riquíssimo, não somente sobre a história da aviação brasileira, mas, também, sobre a história do Brasil”.

(TENENTE-CORONEL DA RESERVA REMUNERADA MARIA LUIZA CARDOSO, PÓS-DOCTORA EM EDUCAÇÃO PELA USP).

O Centro de Documentação da Aeronáutica (CENDOC) é responsável pela normatização e pelo controle das atividades relacionadas à arquivologia, biblioteconomia, imprensa e correspondência oficial, além de realizar a custódia dos documentos permanentes do Comando da Aeronáutica. O Arquivo Permanente do Comando da Aeronáutica (COMAER) tem a função de recolher, tratar e guardar definitivamente os documentos permanentes, após o cumprimento das razões pelas quais foram gerados. Segundo Bellotto (2005), é o referido arquivo o responsável pela passagem desses documentos da condição de “arsenal da administração” para a de “celeiro da história”. E bem como, dar acesso, realizar a preservação e a difusão cultural desses documentos com o intuito de preservar e resgatar a memória institucional.

O Arquivo Permanente do COMAER possui em seu acervo documentos anteriores à criação do Ministério da Aeronáutica, como Boletins do Quinto Regimento de Aviação, ano de 1935, sendo que o Ministério foi criado em 1941. Dentre os documentos com valor secundário das Organizações Militares Extintas e Desativadas que foram recolhidos ao CENDOC, destacam-se: Comando Aerotático Naval (CAT NAV), Departamento de Aviação Civil (DAC), Serviços Regionais de Aviação Civil (SERAC), Escola de Oficiais Especialistas e Infantaria de Guarda (EOEIG), Comando de Formação e Aperfeiçoamento (COMFAP) e Primeiro Grupo de Aviação Embarcada (1º GAE).

O acervo é constituído pelos seguintes gêneros documentais: textuais, cartográficos, iconográficos, informáticos e digitais com valor secundário. Refere-se ao uso para outros fins que não aqueles para os quais os documentos foram criados podendo ser probatório, histórico e informativo. Atualmente este Centro recolhe os documentos permanentes, por exemplo, boletins administrativos, livros históricos e fotos das Organizações Extintas e Desativadas. Quanto à documentação permanente das Organizações Ativas, esta fica guardada em seus próprios arquivos.



Arquivo Permanente



Hangar 4 - nova instalação do Arquivo Permanente do COMAER



Devido à falta de espaço para guardar os documentos permanentes do COMAER, o CENDOC recebeu um hangar com 2.000 m², que era do Núcleo de Parque de Material Aeronáutico dos Afonsos, para ser a nova instalação do Arquivo Permanente do COMAER. O hangar está em obras para melhor

atender às suas necessidades. Após o término da obra, o CENDOC disponibilizará o calendário de recolhimento dos documentos permanentes para as Organizações Militares. Os procedimentos de recolhimento dos documentos permanentes ao Centro de Documentação da Aeronáutica são preconizados na Norma de Sistema do Comando da Aeronáutica – NSCA 214-2/2016.

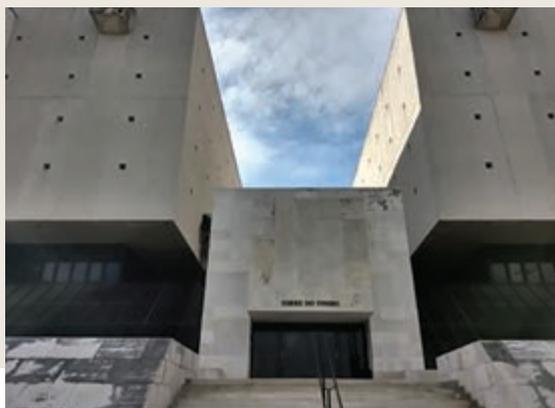
A nova instalação do Arquivo Permanente terá um espaço mais amplo para realizar a guarda, que será com estantes autoportantes, sala climatizada para o acervo iconográfico, sala de triagem maior, laboratório de conservação e restauração, sala de pesquisa adaptada para receber pesquisadores com necessidades especiais, espaço educativo e sala histórica, além das salas administrativas da equipe do Arquivo Permanente.

A concepção do novo Arquivo está de acordo com as orientações previstas no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e normas Internacionais Arquivísticas. Para tanto, em junho de 2018, o

CENDOC enviou uma militar para o Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT) – Lisboa (Portugal), com o objetivo de realizar Visita Técnica e, através deste intercâmbio, o aporte recebido contribuiu, decisivamente, para o planejamento ao futuro Arquivo Permanente do Comando da Aeronáutica.

Além de realizar a guarda dos documentos permanentes da atividade meio e fim do Comando da Aeronáutica, destacam-se sob a sua custódia o acervo pessoal do ilustríssimo Pai da Aviação, Alberto Santos Dumont, doado por sua família em 2005, e que está disponibilizado na internet; o acervo do Tenente-Brigadeiro do Ar Nelson Freire Lavanère-Wanderley, patrono do Correio Aéreo Nacional (CAN) e do Major-Brigadeiro do Ar Paulo de Vasconcellos Sousa e Silva, quarto Chefe do CENDOC, no período de 1973 a 1976.

O CENDOC, preocupado com o crescimento do acervo do Arquivo Permanente e a necessidade de atender melhor as pesquisas, iniciou a confecção do Guia, instrumento de pesquisa arquivístico, que tem por finalidade propiciar uma visão geral dos fundos do arquivo¹, seus serviços e possibilidades de acesso, conforme Bellotto (2005). E tem o projeto de realizar a descrição arquivística das 20.000 fotos na plataforma



Visita ao Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa (Portugal)/jun 2018



Visita ao Arquivo Nacional Torre do Tombo – A Tenente Cristina Botelho Fernandes portando a Carta de Pero Vaz de Caminha – Lisboa (Portugal)/jun 2018

1. Fundo de Arquivo – conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas, e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados a documentos de outro conjunto, gerado por outra instituição, mesmo que este, por quaisquer razões, lhes seja afim, conforme Bellotto.

Fotografia de Santos Dumont com familiares e amigos na porta do Museu Nacional, Quinta de Boa Vista, bairro histórico de São Cristovão - Rio de Janeiro, em janeiro de 1927. Fundo: Santos Dumont - SD Série: Documentos Pessoais e Familiares - Código de referência: BR-RJ-CENDOC-SD-DP-SD-0231



Fotografia de Santos Dumont caminhando e sorrindo, oferecida à sua sobrinha Sophia- S/D - Fundo: Santos Dumont - SD Série: Documentos Pessoais e Familiares - Código de referência: BR-RJ-CENDOC-SD-DP-SD-0225.

do ICA-AtoM², assim como, está disponível o acervo de Alberto Santos Dumont na internet.

As solicitações de pesquisas são recebidas por ofício ou e-mail. Além destas formas de acesso, o CENDOC possui o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC CENDOC), que atende o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação.

O CENDOC ainda promove difusão cultural do acervo do Arquivo Permanente através de exposições na sede e itinerantes em Organizações Militares, públicas e privadas do acervo de Santos Dumont e das fotos que retratam a história da aviação brasileira.

Portanto, o Arquivo Permanente deste Centro tem como missão principal a preservação e a difusão de seus acervos de guarda permanente, trabalhando com bastante afinco para disponibilizar essas informações aos consulentes, assessorando as decisões estratégicas, probatórias, de pesquisas, de estudos e bibliográficas, visando sempre a dar visibilidade sobre a memória do COMAER e seus heróis, como fonte para testemunhar o passado humano.

2. ICA-AtoM (AtoM) é um software que visa disponibilizar as descrições arquivísticas online, promovendo o acesso e a difusão dos documentos.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental . 3.ed.- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. **Portaria COMGEP nº 556/DLE, de 12 de abril de 2016**. Aprova a edição da Norma de Sistema do Comando da Aeronáutica que dispõe sobre o recolhimento de documentos de guarda permanente ao Centro de Documentação da Aeronáutica (NSCA 214-2). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, *RJ*, nº 068, 20 abr. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012**. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 16 mai. 2012. CARDOSO, Maria Luiza. De DIRDOC a CENDOC: A trajetória do Centro de Documentação da Aeronáutica. **Revista Comemorativa 48 anos do Centro de Documentação da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, p. 36-45, 2017.



O SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS DO COMANDO DA AERONÁUTICA

Fernanda Maria de Andrade Ferreira

Tenente do Quadro de Oficiais Temporários. Arquivista. Chefe da Seção de Gerência de Negócios do CENDOC. Mestre em gestão de documentos e arquivos pela Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro (UNIRIO).

Luciana Maia do Rosário

Tenente do Quadro de Oficiais Especialistas da Aeronáutica. Gerente de Rede e Suporte. Chefe da Assessoria de Tecnologia da Informação. Pós-graduada em História Militar pela UNIRIO, Bacharel em Administração pela Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco e Gerente de Rede e Suporte pelo Centro de Computação da Aeronáutica do Rio de Janeiro.

Com o advento e a necessidade cada vez maior da informatização do trâmite de documentos/processos, o COMAER desenvolveu o Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos da Aeronáutica (SIGADAER), definido como um sistema corporativo do Comando da Aeronáutica responsável pela gestão de documentos.

De acordo com o Conselho Nacional de Arquivos, SIGAD é um conjunto de procedimentos e operações técnicas, característico do sistema de gestão arquivística de documentos, processado por computador. Ressalta-se que o sucesso do SIGAD é garantido por meio da implementação prévia de um programa de gestão arquivística de documentos.

Segundo a Lei de Arquivos nº 8.159, “é dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, cultura, desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação”. A Lei, em seu art. 3º, considera gestão de documentos, como o “conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente”.

Com a criação da Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, a denominada Lei de Acesso à Informação (LAI), a preocupação das instituições públicas de racionalizar a produção e tratar os documentos passa a ter destaque. Em seu art. 5º, preconiza que “É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.” (BRASIL, 2011).

Entretanto, o fato da criação da LAI por si só não garante o acesso às informações, uma vez que se os documentos não estiverem organizados não será possível acessá-los. A ausência da gestão de documentos poderá comprometer o cumprimento da referida lei, visto que existem prazos para o atendimento às solicitações de informações.” (ROSARIO, p.17, 2015). Salienta-se que a garantia do acesso à informação não é singular, visto que o benefício de receber informações dos órgãos públicos já estava previsto no Art. 5º, inciso XXXIII da Constituição Federal Brasileira, de 1988:

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do estado. (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, a gestão de documentos se apresenta como uma atividade permanente e essencial para o funcionamento das instituições públicas no âmbito federal. A implantação de um programa de gestão de documentos garante que a Lei seja cumprida e, como consequência, tem-se a melhoria das atividades arquivísticas.

Atualmente o Projeto está na versão 6.1.7 que contempla, dentre outras funcionalidades, a produção de documentos/processos, a aplicação do plano de classificação e da tabela de temporalidade. A versão está em conformidade com o Decreto 8.539, de 8 de outubro de 2015, que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Diz em seu artigo 16 que:

Os documentos que integram os processos administrativos eletrônicos deverão ser classificados e avaliados de acordo com o plano de classificação e a tabela de temporalidade e destinação adotados no órgão ou na entidade, conforme a legislação arquivística em vigor. (Brasil, 2015).

O SIGADAER tem por base o Modelo de Requisitos para Sistema Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil), elaborado pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e aprimorado de acordo com as atualizações das legislações (Decretos e Portarias) do Arquivo Nacional, Ministério do Planejamento e Gestão e Presidência da República.

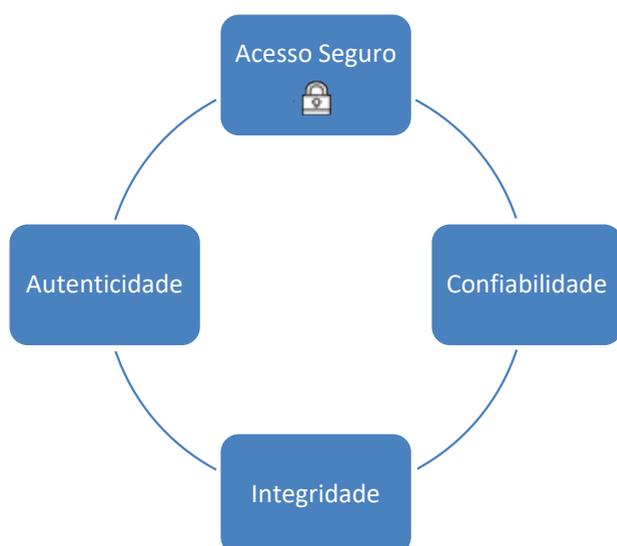
O CENDOC é o Órgão responsável por fornecer requisitos funcionais arquivísticos para o SIGADAER e ainda capacitar e orientar quanto à utilização do sistema no que afeta as atividades de gestão de documentos. Sua estrutura de desenvolvimento é constituída por:



PCA 7-82 - Plano de Implantação e Uso do SIGADAER a partir da versão 5.0, com ênfase na Assinatura e Expedição Digital de Documentos.

O Projeto é desenvolvido de maneira multidisciplinar, por profissionais arquivistas, analistas de sistema e engenheiros e, quando necessário, pode solicitar apoio de profissionais de outras áreas do conhecimento para assuntos específicos.

À luz da Tecnologia da Informação, o SIGADAER é um aplicativo em formato Web desenvolvido na linguagem Java, que possibilita uma usabilidade fácil e intuitiva na visão do usuário, provendo ainda o acesso seguro, garantindo quesitos imprescindíveis, tais como, a autenticidade, confiabilidade e a integridade das informações existentes no sistema.



Idealizado para oferecer uma navegação mais simples, facilidade de uso e uma padronização de procedimentos, o SIGADAER ainda pode ser configurado de acordo com as necessidades de cada OM, com o objetivo de atingir o Gerenciamento Eletrônico de Documentos. As funções do Sistema são:

- Captura de documentos/processos;
- Aplicação do plano de classificação e da tabela de temporalidade e destinação;
- Pesquisa e localização tempestiva;
- Redação de documentos, em conformidade com a ICA 10-1, e outros modelos definidos por instrução do Comando da Aeronáutica;
- Encaminhamento interno e anotações;
- Assinatura digital e verificação de assinaturas;
- Expedição digital criptografada;
- Registro de expedição física;
- Auditoria das ações do administrador;
- Autenticação de documentos/processos natos, digitais, assinados e impressos via portal ADOC;
- Marcadores e caixa personalizados;
- Numeração de documentos sigilosos;
- Geração de extrato para publicação no DOU, BCA e boletim interno;
- Trâmite de documentos/processos digitais intra e inter OM;
- Controle sobre os prazos de guarda e destinação (eliminação ou guarda permanente); e
- Preservação a médio e longo prazo da documentação arquivística digital e não digital.

Cabe ao Centro de Computação da Aeronáutica de São José dos Campos, como gerente técnico do sistema, entre outras funções, executar as atualizações do sistema em seu código fonte, conforme orientação do COMGEP, e manter ativo o Portal de Autenticação de Documentos do Comando da Aeronáutica (ADOC) para autenticar documentos digitais assinados digitalmente.

Dentre as funções dispostas, este Centro de Documentação ratifica a importância e obrigatoriedade da utilização da ferramenta “informações arquivísticas” no ato da produção do documento. Funcionalidade esta, primordial e essencial para o cumprimento das legislações vigentes e para a consolidação da gestão de documentos e, consequentemente, da guarda e acesso aos documentos, além

da construção da memória institucional da Força Aérea Brasileira.

Destarte, o Sistema dispõe de funcionalidades administrativas que aperfeiçoam e facilitam os processos de trabalho nas Organizações Militares, tais como: Relacionamento entre Documentos, Documento Resposta, Documento Gerado Fora do Sistema, Arquivamento de Documentos, Gerenciamento de Associações Temporárias, Marcadores e Caixas Personalizadas¹.

A última versão do Sistema possui: Novo Expedidor de Documentos e Processos, Novo Editor de Documentos, Maior Segurança e Emprego de novas tecnologias. Atualmente o SIGADAER passa por uma revisão que envolve a definição de novos atores de desenvolvimento do Projeto, a interoperabilidade com os outros Sistemas de Negócio do COMAER, a implementação da assinatura cadastrada e a construção do Repositório Digital Arquivístico Confiável.

O SIGADAER busca aprimorar cada vez mais suas funcionalidades para que, além de cumprir com as diretrizes regulamentadas no Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-Arq Brasil), aprovado pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e se atualizar de acordo com as leis e normativas da Presidência e Órgãos normatizadores do Poder Executivo, seja um sistema cujo objetivo é realizar a gestão de documentos/processos arquivísticos desde sua produção até sua destinação final, bem como garantir o acesso seguro, autêntico e confiável dos documentos produzidos no COMAER.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. **Plano de Implantação e Uso do Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos da Aeronáutica (SIGADAER) a partir da versão 5.0 com ênfase na Assinatura**

1. As funcionalidades apresentadas nesse texto estão dispostas de forma explicativa no site do SIGADAER - www.sigadaer.intraer, ou no campo "Saiba Mais" ao entrar no Sistema. Além disso, o CENDOC disponibiliza palestras anualmente através das Visitas de Assessoramento Técnico nas Organizações Militares.

e Expedição Digital de Documentos. Plano de Comando da Aeronáutica - PCA 7-82. Brasília-DF, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 02 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8539.htm. Acesso em: 03 jan. 2019.

BRASIL. **Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from%5Finfo%5Findex=11&infoid=100&sid=52>. Acesso em: 03 jan. 2019.

BRASIL. **Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 03 jan. 2019.

BRASIL. **Portaria nº 1.677, de 7 outubro de 2015.** Define os procedimentos gerais para o desenvolvimento das atividades de protocolo no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Disponível em: <http://www.conarq.gov.br/index.php/portarias-federais/401-portaria-interministerial-mj-mp-n-1-677,-de-7-de-outubro-de-2015>. Acesso em: 03jan 2019.

ROSÁRIO, Duala Pessoa do. **Auditoria aplicada à gestão de documentos do Comando da Aeronáutica.** Dissertação do Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro, 2015.



PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS

Ana Paula Domingos de Souza

Tenente do Quadro de Oficiais Convocadas, na Especialidade Arquivologia, Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Pós-graduanda em Gestão Eletrônica de Documentos, pela UNISUAM.

O sistema corporativo referente à gestão de documentos existente no COMAER é o Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos da Aeronáutica (SIGADAER). Embora o Projeto tenha sido criado para ser um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), atua com as funcionalidades de produção padronizada, protocolo e tramitação interna nas OM e externa ao Comando, porém ainda necessita desenvolver funcionalidades fundamentais para atender a todos os requisitos obrigatórios do e-ARQ Brasil.

Desde a versão 5.0, conforme o Aviso Interno nº 01/GC3 publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 015, de 23 de janeiro de 2015, os documentos passaram a receber assinatura digital e expedir eletronicamente. Também foi possível constatar a redução significativa do trâmite dos documentos físicos e a necessidade cada vez maior da gestão e gerenciamento arquivístico dos documentos digitais no COMAER.

Estes documentos digitais passaram a ser a maior fonte de registro e informação para a tomada de decisões, administração e garantia de direitos. Devido à complexidade e características próprias, os documentos digitais são vulneráveis e facilmente se tornam obsoletos, dificultando a manutenção das qualidades dos documentos de arquivo, que são: autenticidade, organicidade, unicidade, confiabilidade e fidedignidade, além do objetivo principal da gestão documental que é o acesso a longo prazo.

Ao Comando da Aeronáutica, como órgão Integrante do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR, conforme Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, compete promover a gestão, a preservação e o acesso aos documentos arquivísticos na sua esfera de competência.

O SIGADAER busca aprimorar cada vez mais suas funcionalidades para que, além de cumprir seu objetivo, que é ser um sistema cuja finalidade é realizar a gestão de documentos/processos arquivísticos desde sua produção até sua destinação final (guarda permanente ou eliminação), bem como garantir o acesso seguro, autêntico e confiável, também procura cumprir com as diretrizes regulamentadas no Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-Arq Brasil), aprovado pelo Conselho Nacional de Arquivos

(CONARQ) e se atualizar de acordo com as leis e normativas da Presidência e Órgãos normatizadores do Poder Executivo.

Além disso, o SIGADAER deverá também contemplar a Resolução nº 43, de 4 de setembro de 2015 que garante os requisitos mínimos de preservação digital sejam adotados para possibilitar a preservação e a segurança dos documentos custodiados ao implementar os Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis RDC-Arq para os integrantes do SINAR.

O Centro de Documentação da Aeronáutica, como Gerente de Negócios do SIGADAER, vem evidenciando esforços junto às Organizações Militares envolvidas no Projeto que são: Comando Geral do Pessoal e Diretoria de Tecnologia da Informação e os Centros de Computação da Aeronáutica para a adoção de um Repositório Arquivístico Digital Confiável que interoperabilize com o SIGAD, de forma a garantir a preservação, perenidade e acesso aos documentos arquivísticos digitais do COMAER.

O crescimento da produção destes documentos/processos arquivísticos impulsiona os estudos para busca de soluções para a preservação, segurança e garantia de acesso a longo prazo, visto que os documentos digitais sofrem ameaças devido à fragilidade e facilidade de adulteração e obsolescência tecnológica. Outrossim, não basta oferecer acesso, é necessário que esses documentos disponibilizados se mantenham orgânicos, autênticos (identidade + integridade), fidedignos e seguros.

Um repositório digital confiável é aquele que tem por missão oferecer a sua comunidade-alvo, acesso confiável de longo prazo aos recursos digitais por ele gerenciados agora e no futuro (RLG/OCLC,2002, p.5).

Importante ressaltar que, para a construção de um RDCArq, é necessário implementar uma Política de Preservação de documentos digitais de forma que esta esteja bem definida e aplicada, a qual deve ser criada por meio de um grupo de trabalho que contemple profissionais da Arquivologia, Tecnologia da Informação, Jurídica e Administração. A consolidação de uma eficiente Política de Preservação se promove na aplicação e controle das atividades por meio de normas, diretrizes manuais, instruções e treinamentos para o efetivo.

A preservação, a gestão e o acesso dos documentos arquivísticos digitais em fase corrente (fase em que o documento é frequentemente consultado pelo órgão que o produziu), intermediária (fase em que o documento originário da fase corrente, com uso pouco frequente pelo órgão que o produziu, aguarda destinação final) e permanente (fase em que os documentos ficam em caráter definitivo, devido ao valor de pesquisa para o órgão produtor e para terceiros) deverá estar associada a um repositório digital confiável.

Destarte, não menos importante na concepção de um RDC-Arq é garantir que as atividades de classificação e avaliação dos documentos digitais sejam requisitos básicos e obrigatórios e devam ser aplicadas no ato da produção documental nos Sistemas do COMAER. Todos esses documentos que estão em fase corrente e intermediária deverão ser gerenciados pelo SIGADAER a fim de garantir o controle do ciclo vital e o cumprimento de prazo de guarda dos documentos, seja para a eliminação ou guarda permanente.

MODELO DE PRESERVAÇÃO DO ARQUIVO CORRENTE

A partir da destinação do documento para a guarda Intermediária e Permanente, o SIGADAER deverá interoperabilizar com um Software de Preservação que

naturalmente garante a mudança na cadeia de custódia, assegurando as qualidades dos documentos de arquivo. Dessa forma, a responsabilidade quanto à preservação dos documentos passará do produtor para a instância de guarda (Software de Preservação + Hardware).

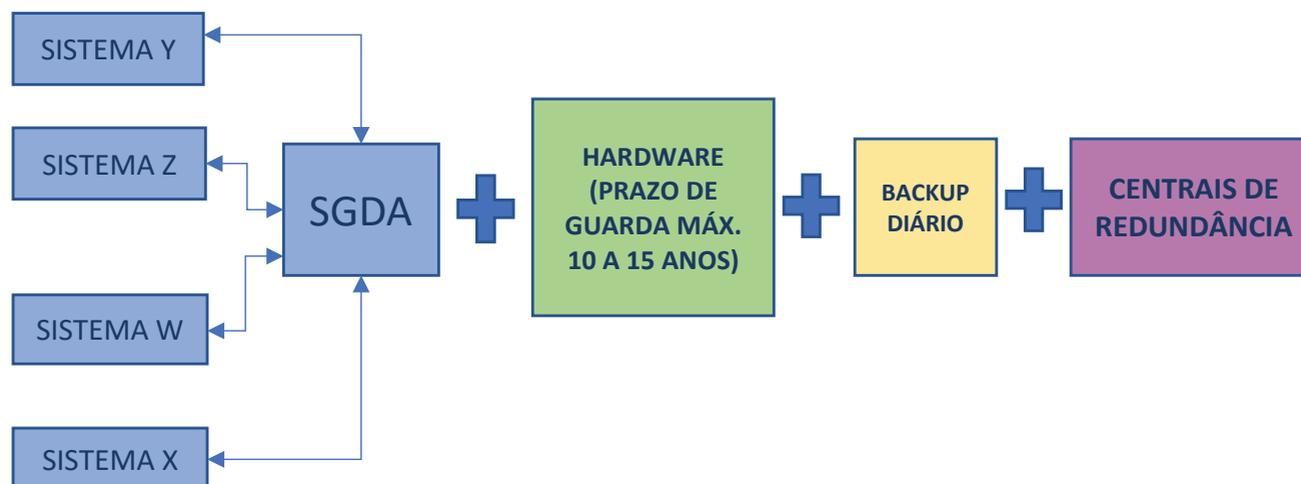
MODELO DE PRESERVAÇÃO DO ARQUIVO INTERMEDIÁRIO

A manutenção das características e qualidades dos documentos de arquivo e a relação orgânica destes, na fase corrente garantida no SIGADAER, apoiarão o tratamento técnico adequado desses documentos na fase permanente, incluindo arranjo, descrição e acesso.

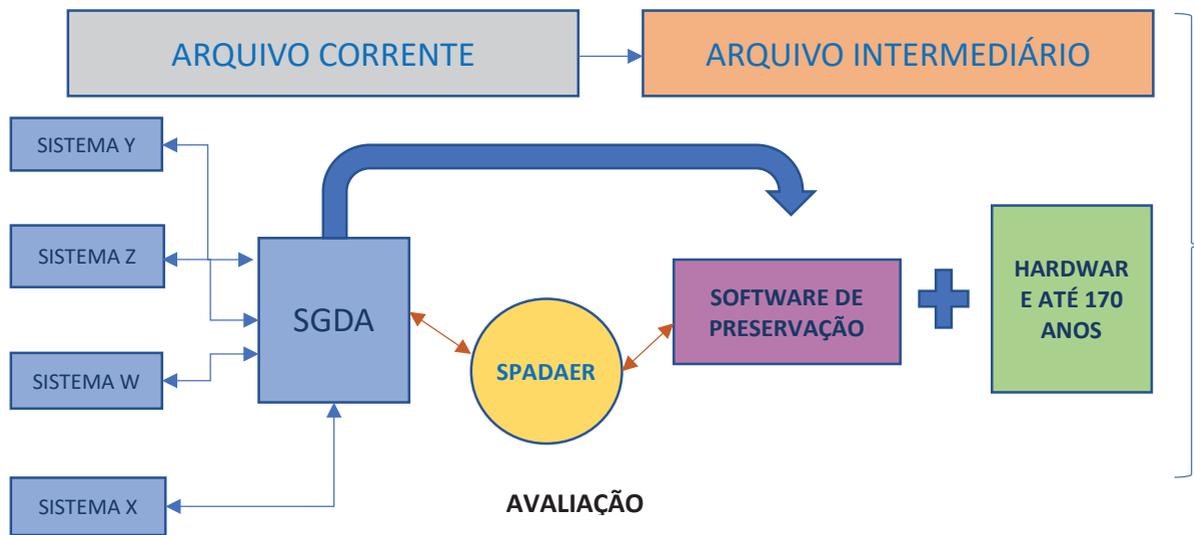
MODELO DE PRESERVAÇÃO DO ARQUIVO PERMANENTE

Um repositório digital confiável é um ambiente de armazenamento e gerenciamento de materiais digitais. É um complexo que apoia o gerenciamento dos materiais digitais, pelo tempo necessário, e é formado por elementos de Hardware, Software, metadados, bem como por uma infraestrutura organizacional e procedimentos normativos técnicos. “A ausência de procedimentos adequados de segurança e de preservação criam dúvidas quanto à confiabilidade, autenticidade e acesso futuro (ROCHA; SILVA, 2007).

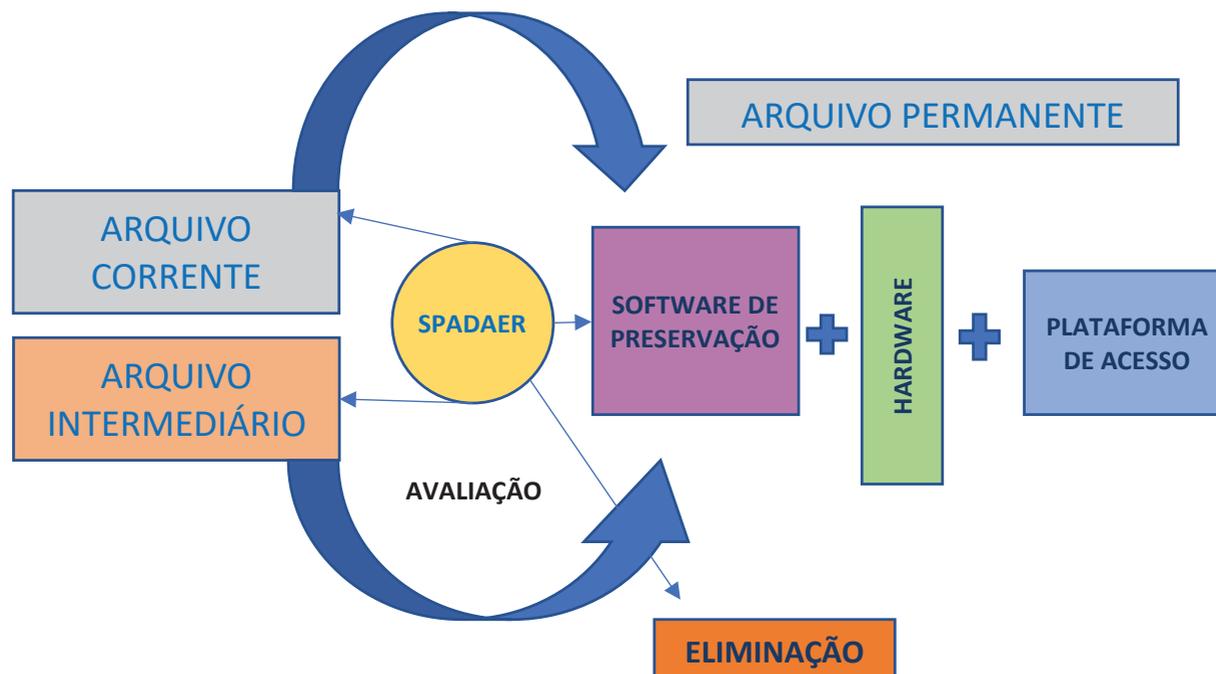
MODELO DE PRESERVAÇÃO DO ARQUIVO CORRENTE



MODELO DE PRESERVAÇÃO DO ARQUIVO INTERMEDIÁRIO



MODELO DE PRESERVAÇÃO DO ARQUIVO PERMANENTE



Durante o desenvolvimento ou escolha de um Repositório Digital Arquivístico Confiável, é necessário seguir o modelo de referência *Open Archival Information System* (OAIS), que é considerada pelo Conselho Nacional de Arquivo (CONARQ) a norma mais importante da área. O OAIS descreve as funções de um repositório digital, os metadados necessários para a preservação e o acesso dos materiais digitais gerenciados pelo repositório, que constituem um modelo funcional e de informação.

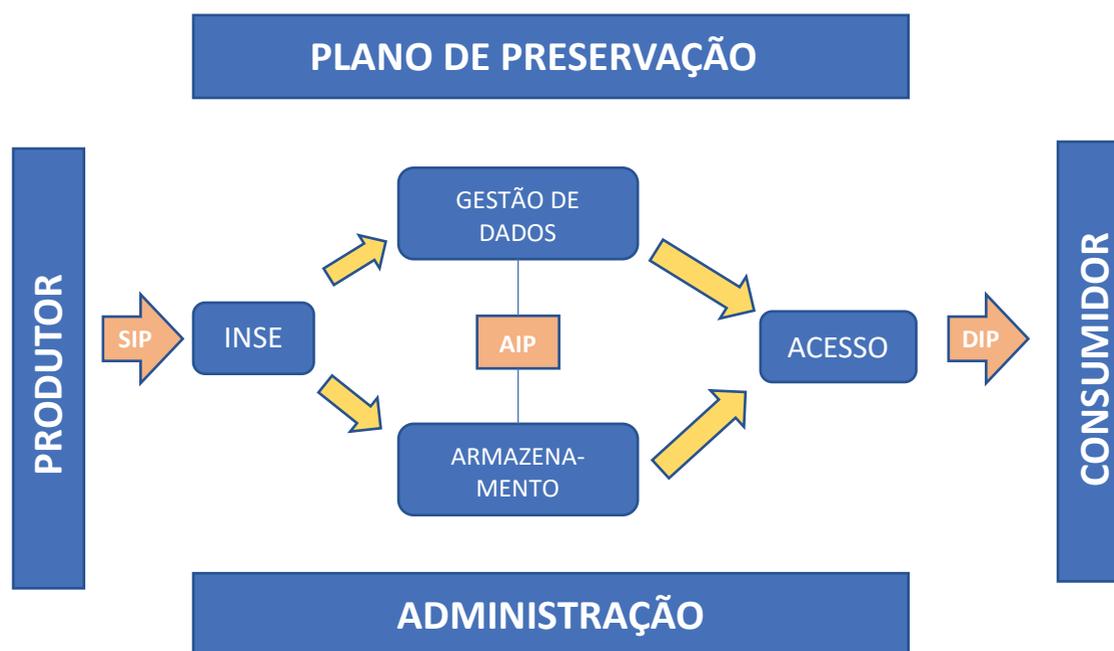
O modelo de referência OAIS se apresenta como um ideal a ser seguido durante a implementação de repositórios. Em sua estrutura é possível definir o plano de preservação apresentando, por exemplo, o que acontece com os documentos digitais inseridos, ou seja, é possível definir conversões específicas para diferentes formatos de arquivos. Além disso, um repositório em conformidade com o modelo OAIS permite a escolha dos formatos utilizados para a preservação e os formatos disponibilizados para o acesso (SANTOS; FLORES: 2016 p.79).

MODELO OAIS

A comunidade arquivística identificou que a confiabilidade está diretamente relacionada ao Repositório Digital Arquivístico Confiável. É necessário que o Repositório Digital realize ações relativas a estratégias de preservação digital considerando questões como: forma fixa, conteúdo estável e variedade limitada. Toda e qualquer alteração de metadado deve ser documentada. O alinhamento com esses conceitos é indispensável para comprovar a integridade e a autenticidade dos documentos arquivísticos armazenados.

Dispor de tecnologia adequada, profissionais capacitados e políticas institucionais definidas e disponibilizadas para os usuários dos Sistemas da Aeronáutica será um diferencial para adicionar confiabilidade e fortalecer a sustentabilidade do gerenciamento arquivístico de documentos no COMAER e, assim, aproximar-se da antevisão de um referencial de excelência no que tange à gestão de documentos da esfera federal.

MODELO OAIS



1. Produtor: quem fornece a informação a ser preservada - Submissão - SIP
2. Administrador: quem estabelece as políticas gerais que governam o repositório - Arquivamento - AIP
3. Consumidor: acessar a informação preservada desejada - Acesso e Difusão - DIP

REFERÊNCIAS

BAGGIO, C.C., FLORES, D. **Estratégias, critérios e políticas para preservação de documentos digitais nos arquivos**. Ci. Inf., Brasília, DF. V.41.

BRASIL. **Decreto nº 4.073, de 03 de janeiro de 2002**. Regulamenta a Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Diário Oficial de República Federativa do Brasil, Poder executivo, Brasília, DF, 2002.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1987**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder executivo, Brasília, DF, 1991.

BRASIL. **Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações. Diário Oficial da União. Poder executivo, Brasília, DF, 2011.

BRASIL. **Modelo de requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos- e-ARQ-Brasil**. Glossário: versão 7.0. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos- CDTE. Rio de Janeiro, 2010.

BRASIL. **Resolução nº 43, de 04 de setembro de 2015**. Altera a redação da Resolução do CONARQ nº 39, de 29 de abril de 2014, que estabelece diretrizes

para a implementação de repositórios digitais confiáveis para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR.

FARIA, J. P. **Repositórios digitais confiáveis nas organizações militares: uma necessidade para a preservação das informações**. Monografia apresentada ao Curso de especialização em Gestão em Arquivos (EaD), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS). Orientador: André Zanki Cordenonsi. Foz do Iguaçu, PR, 2017.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 160 p.

SANTOS, H.M, FLORES, D. **Os Fundamentos da Diplomática Contemporânea na Preservação de Documentos Arquivísticos Digitais**. Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 30, n.2, 2016.

SANTOS, H.M, FLORES, D. **Repositórios digitais confiáveis para documentos arquivísticos: ponderações sobre a preservação em longo prazo**. Perspectivas em Ciência da Informação, v.20, n.2, p.198-218, abr./jun. 2015.



A COMISSÃO DE FORMAÇÃO E FORTALECIMENTO DE VALORES E O PROGRAMA PERPETUAR

Marcus Rosseline Policarpo Silva

Tenente-Coronel da Reserva Remunerada da FAB.
Chefe da Divisão de Documentação do CENDOC.

A cultura está acima da diferença da condição social
(CONFÚCIO)

A Comissão de Formação e Fortalecimento de Valores deste Centro, conforme preconiza legislação vigente, vem desenvolvendo sua atuação pautada nos valores discriminados a serem trabalhados mensalmente, abarcando temas como disciplina, patriotismo, comprometimento, integridade, entre outros.

O trabalho da Comissão é realizado através de palestras voltadas para os temas propostos, gerando no seu efetivo a motivação, resiliência, força, coragem, amor à profissão, dedicação, empenho e todo um conjunto de fatores que, atrelados aos assuntos propostos no Manual do Comando da Aeronáutica (MCA) 909-1/2016, definem o norte, a orientação do indivíduo enquanto militar e cidadão.

As palestras realizadas pela Comissão se dão a convite de outros Comandos, acontecem em outras Organizações Militares no Rio de Janeiro, bem como fora de sede, como foi feito no ano passado para o efetivo do Grupamento de Apoio de Guaratinguetá (GAP-GW). Tem sido um esforço reconhecido e que conta com o apoio e o empenho de vários profissionais deste Centro de Documentação.

Já o Programa Perpetuar é uma atividade socioeducativa, realizada pelo CENDOC em parceria com o Programa Forças no Esporte (PROFESP) e que visa a estimular, nos alunos da rede pública de ensino, valores e princípios que conduzem ao desenvolvimento do seu caráter como um todo.

Elaborado e ministrado por militares do efetivo do CENDOC, o Programa vem contribuindo para o fortalecimento e desenvolvimento de uma nação próspera e feliz conforme atesta a mãe de um dos alunos:

“- Muito obrigada por tudo! Como podemos agradecer o que vocês têm feito pelos nossos filhos e por nós, se preocupando, cuidando, amando e respeitando.

Vocês estão cuidando de toda família. Obrigada, senhores e senhoras responsáveis pelo Perpetuar. Vocês mudaram a minha vida e da minha família de uma forma única”.

O Programa Perpetuar já se prepara para entrar no seu terceiro ano de desenvolvimento em 2019. Ao longo do ano, são ministradas aulas, palestras e dinâmicas voltadas para a colaboração da formação integral de cada discente participante das atividades. Como responsável, o Ten Cel R1 Policarpo, auxiliado pela Segundo-Sargento Pamela Gomes, desenvolve atividades de assessoramento na Assessoria de Programas, de modo a colaborar com a organização e o planejamento das aulas, levantamento de voluntários, realização das aulas e palestras e todas as demais ações necessárias definidas pela chefia.

No decorrer do ano de 2018, o Programa Perpetuar contabilizou um total de 320 alunos, com idade entre 12 a 18 anos, divididos em seis turmas, com atividades desenvolvidas às terças e quintas-feiras no auditório deste Centro, nos períodos matutino e vespertino. Cada instrução tinha a duração prevista de 50 minutos. Vários militares desta OM, entre Oficiais e Graduados, realizaram palestras para os alunos sobre vários temas de interesse voltados ao que o Programa se propõe.

Inicialmente quando foi criado, o Programa tinha uma preocupação mais voltada para a disseminação de conhecimentos básicos das áreas de Arquivologia e Biblioteconomia. Atualmente, a visão do Programa foi ampliada. Estende-se a trabalhar com os alunos temas importantes, muitas vezes pouco discutidos por eles e até mesmo incompreendidos, como suas motivações, crises existenciais, dificuldades familiares, orientação vocacional, aprendizagem profissional, doenças sexualmente transmissíveis etc.

O Programa foi muito bem-sucedido ao longo de suas ações e teve o encerramento feito em duas datas distintas, em novembro de 2018 (dias 6 e 8).



Alunos do Programa Perpetuar, assistindo a uma palestra ministrada pelo Tenente-Coronel Policarpo

Alunos do Programa Perpetuar





CULTURA E EDUCAÇÃO ALÉM DOS PORTÕES DA GUARDA

Sahara Burity Fernandez Cyrino

Tenente-Coronel da Reserva da Aeronáutica, Museóloga, Chefe do Arquivo Permanente do Centro de Documentação da Aeronáutica. Representante do segmento militar como membro do Comitê Memória do Mundo da UNESCO (MOWBrasil).

Os arquivos públicos constituem um tipo de fonte de cultura entre muitos outros tipos, como livros, manuscritos, e tesouros de museus (SCHELLENBERG, 2006, P.31).

Teodore Roosevelt Schellenberg, renomado arquivista estadunidense, afirmou no ano de 1956 que uma das principais razões para a criação do arquivo público no século XVIII (período revolucionário francês) era de ordem cultural. Hoje, sem perder as basilares funções dos arquivos, como recolher, custodiar, organizar e preservar, a difusão cultural tem-se apresentado cada vez mais patente nas instituições arquivísticas do Brasil e Exterior.

Em recente visita de oficial representante do Centro de Documentação da Aeronáutica (CENDOC) ao Arquivo Nacional Torre do Tombo de Lisboa (ANTT), constatou-se, de perto, primeiramente, a preciosidade do acervo desse arquivo, em que inúmeros documentos relacionam-se à história do Brasil, depois, a extensa difusão cultural e educativa praticada na Instituição. O ANTT utiliza como uma das principais ferramentas a disseminação cultural, especialmente, as exposições, tanto virtuais como físicas.

No Brasil, a Lei 8.159 de 1991, que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados reforça o conceito cultural, que em seu artigo 1º consta: “É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos como instrumentos de apoio à administração, à **cultura**, ao desenvolvimento científico e como elemento de prova e informação.” (BRASIL, 1991, grifo nosso).

O CENDOC possui oitenta e quatro anos de acervo arquivístico. Existe uma simbiose entre a documentação administrativa e a histórica, das quais podem ser extraídos vários insumos. Encontram-se documentos anteriores à própria criação do Ministério da Aeronáutica. Além disso, o CENDOC é custodiador da obra confeccionada à mão, em doze volumes, pelo Tenente-Brigadeiro do Ar Nelson Freire Lawenère Wanderley, Patrono do Correio Aéreo Nacional, que chegou a assumir a pasta de Ministro da Aeronáutica. Essa coletânea formou, na realidade, o primeiro livro que narrou a história da Força Aérea Brasileira, sendo

referência bibliográfica para tantas outras publicações do gênero.

O CENDOC também preserva o acervo Santos Dumont, composto por documentos que contam parcela importante da vida e obra do inventor brasileiro. São 2716 itens entre recortes dos principais órgãos de imprensa do mundo, datados do início do século XX, e ainda fotografias pessoais da coleção particular trazidas da França pelo Pai da Aviação. Esse Centro de Documentação, com base no potencial de seu acervo, tem apostado em projetos de difusão cultural e educativa além da guarda e dos portões da guarda.

No último ano, o CENDOC ultrapassou seus muros com a realização de 10 exposições itinerantes alusivas aos temas: “Asas que Protegem o País – Tributo a Santos Dumont” e “A Força Aérea Brasileira na Segunda Guerra Mundial”. A primeira foi inaugurada no Arquivo Nacional como efeméride dos 110 Anos do Voo da Demoiselle, aeronave projetada por Santos Dumont que, embora de grande importância, é menos difundida que o 14-Bis. A segunda, exibida inicialmente na antiga Base Aérea de Santa Cruz, atual Ala 12, mostrou a atuação do Primeiro Grupo de Aviação de Caça no Teatro de Operações Europeu, durante aquele conflito armado.

Na Segunda Semana Nacional de Arquivos em 2018, promovida pelo Arquivo Nacional e pela Fundação Casa de Rui Barbosa, o CENDOC realizou no salão nobre a exposição “Santos Dumont – Memória e Herança”, com exibição de filmes históricos e oficinas de práticas arquivísticas para cerca de 400 crianças integrantes do Programa Forças no Esporte e do Projeto Perpetuar, desenvolvido pela Comissão de Formação de Valores do Centro de Documentação.

As exposições atraem um público diversificado. Assim sendo, ao abrir espaço à reflexão, ao estudo e ao conhecimento, o CENDOC sente-se gratificado em atender os anseios culturais e educativos da criança, do jovem, do pesquisador e do consultante eventual. Significar referência na gestão documental e tornar-se fonte, um verdadeiro manancial de informações, são metas diárias na atuação desse Centro como instituição pública de memória coletiva que segue despertando no cidadão os valores autênticos da nossa nacionalidade.

“... a exposição simples e adorável cumpriu seu papel. Sai de lá, com a certeza de que o brasileiro Santos Dumont é um herói nacional. Sai de lá, mais patriota do que sou. Se é que isso é possível (eu amo o meu país)!”

(Depoimento da professora Ana Virgínia Pinheiro, Chefe da Divisão de Obras Raras da Fundação Biblioteca Nacional e Professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, acerca da Exposição *Asas que Protegem o País – Tributo a Santos Dumont*).

REFERÊNCIAS

BELLOTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos Permanentes:** tratamento documental. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SANTOS, Keyla. Difusão cultural e educativa nos arquivos públicos dos estados brasileiros. *ÁGORA*, Florianópolis, v-24, n 49, p. 311-342, 2014. 312. Disponível em: <<https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/wiew/504>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos:** princípios e técnicas. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.



Inauguração da Exposição *Asas que Protegem o País – Tributo a Santos Dumont*, no Arquivo Nacional (nov. 2017/jan. 2018)



Exposição *Asas que Protegem o País – Tributo a Santos Dumont*, no Arquivo Nacional (nov. 2017/jan. 2018)





Inauguração da Exposição *Asas que Protegem o País - Tributo a Santos Dumont*, no Arquivo Nacional, em outubro de 2017. Entrevista concedida pelo atual Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar ANTONIO CARLOS MORETTI BERMUDEZ

Exposição *Asas que Protegem o País - Tributo a Santos Dumont*, no Arquivo Nacional
Entrega de certificados Cel Int Leite, Sgt Batista e Sgt Johnson Barros



Exposição *A Força Aérea Brasileira na Segunda Guerra Mundial*, na Ala 12, antiga Base Aérea de Santa Cruz. Personagens com uniforme de época (abr. 2018)



Exposição *A Força Aérea Brasileira na Segunda Guerra Mundial*, na Ala 12, antiga Base Aérea de Santa Cruz. Major-Brigadeiro do Ar Damasceno, Chefe do Gabinete do Comandante da Aeronáutica, e Tenente-Coronel Michael, Diretor do CENDOC (abr. 2018)

Exposição *A Força Aérea Brasileira na Segunda Guerra Mundial*, no Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial. Visitação dos alunos do Colégio Brigadeiro Newton Braga (maio 2018)



Exposição A Força Aérea Brasileira na Segunda Guerra Mundial, no Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial. Visitação de grupo de Escoteiros do Mar (maio 2018).



2ª Semana Nacional de Arquivos no Centro de Documenta o da Aeronáutica. Visita o das crianças do Projeto Perpetuar do CENDOC (jun. 2018)



2ª Semana Nacional de Arquivos no Centro de Documenta o da Aeronáutica. Oficina de práticas arquivísticas com a participa o dos alunos do Projeto Perpetuar (jun. 2018)



QUEM FAZ





O CENODOC



Descrição Heráldica do Símbolo Comemorativo do Centro de Documentação da Aeronáutica (CENDOC)

INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA DIVISÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL SEÇÃO DE MUSEOLOGIA

Símbolo Comemorativo em formato circular, apresentando bordadura em tonalidade prateada. Na parte superior do campo, destaca-se o Gláudio Alado, em prata (branco), símbolo da Força Aérea Brasileira, sobre o fundo em azul aeronáutico, delimitado por dois filetes em sinopla (verde escuro) e jalne (amarelo), em referência às cores nacionais.

No coração, sobre campo em blau (azul ultramar), destaca-se o conjunto já consagrado do emblema do CENDOC, composto por um livro aberto em perspectiva, com nuances em bege e sable (preto), representando o Sistema de Documentação e o registro perene dos documentos de valor histórico, probatório e informativo da Aeronáutica. Transpassando o livro, aparece um triângulo equilátero, vazado e contornado em goles (vermelhos), simbolizando a Arquivologia, uma das atividades pertencentes ao Sistema de Documentação.

Acima do conjunto, aparece o termo “50”, dourado e estilizado, em alusão à data comemorativa. Abaixo do triângulo em goles (vermelho), destaca-se um pergaminho em bege, com a divisa, em sable (preto), “DOCUMENTAR PARA PERPETUAR”, lema da Organização.

Na parte superior da bordadura, os dizeres “CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA AERONÁUTICA”, e na parte inferior, centralizada, a sua data de criação “20 de maio de 1969, ambos os termos em blau (azul ultramar).





Lema/motto:

Documentar para Perpetuar

Grito de guerra/Battle cry:

*Documentar, perpetuar,
essa é a nossa missão!*

CANÇÃO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA AERONÁUTICA - CENDOC

(Aprovada pela Port. N° 088 / CMDO,
de 05 de Nov. de 1997).

Letra e música: SO SMU R/R Miguel Pereira

I

*Quando o sol ilumina no horizonte,
Na manhã de um dia feliz,
O trabalho implanta uma fonte
De riquezas do nosso país.
O CENDOC que nasce fulgente,
Como estrela no céu a brilhar,
Caminhando com passos gigantes
Para o ideal realizar.*

ESTRIBILHO

*Saber quem tu és
Procura na tua unidade,
Saber quem foste
O CENDOC responde a verdade.*

II

*Nos Afonsos, um berço lendário
Surge um órgão com brío e Fulgor,
Para o Histórico e o Documentário
Preservar com altivez e amor.
Cresce a FAB com este evento,
Pois seus feitos são evos de glória,
Com orgulho cantamos vibrantes,
CENDOC, CENDOC, a tua história!*

